



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 490 - EDIÇÃO ESPECIAL - R\$ 5,00

BALANÇO POLÍTICO DE 12 ANOS DO GOVERNO DO PT

**CONSTRUIR O
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Oposição revolucionária a Dilma

A política revolucionária diante dos 12 anos do governo do PT

Esse número do Jornal Massas é inteiramente dedicado ao PT. Depois das eleições que reelegeram Dilma Rousseff, achamos necessário expor as posições do POR diante do PT. Demarcamos o período de 2002 a 2014, que corresponde aos três mandatos petistas à frente do Estado.

A primeira seleção reuniu quase trezentas páginas do Jornal Massas. A terceira, é a que consta no especial. Procuramos manter o máximo de coesão entre os artigos escolhidos. Mas o leitor, certamente, encontrará lacunas, o que nos foi impossível superar. Acreditamos que no geral a coerência de posições foi assegurada. Esclarecemos, também, que este número especial contém um artigo introdutório que resume o percurso do PT e um conjunto de artigos que se referem a breves balanços do PT em alguns estados.

Há muitos outros escritos anteriores a esse período, parte deles foi editada no livro *“20 anos do POR”*. Existe um conjunto de artigos de importância histórica que corresponde ao momento em que o POR ainda militava como corrente interna do PT. Consideramos de enorme valor as posições desenvolvidas nos números de 3 a 9 do Jornal Massas, que abrangem o período de novembro de 1989 a agosto de 1990. Nesse momento, o PT teve uma grande projeção nacional com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República, indo para o 2º turno na disputa com Fernando Collor de Melo. O POR como corrente interna do PT defendeu o voto na candidatura de Lula.

As contradições se acirravam internamente ao partido. A direção majoritária ameaçava expulsar as correntes que não se sujeitavam à disciplina burocrática. Desenvolvemos uma inflexível luta contra a estratégia reformista do “governo democrático-popular”, a aliança com partidos da burguesia, o eleitoralismo e a submissão dos sindicatos à política de conciliação de classes. Rechacamos a adaptação das correntes de esquerda ao caudilhismo de Lula. Várias notas são dedicadas à crítica programática.

O Jornal Massas nº 9, de agosto de 1990, divulgou a resolução de rompimento com o PT e de defesa do voto nulo para as eleições parlamentares e governador, aprovada na Conferência Extraordinária de maio de 1990. Esse esclarecimento é importante para que o leitor tenha claro todas as posições fundamentais do POR.

Das correntes que se reivindicam do trotskismo, é bem provável que somente o POR tem interesse e disposição em expor sua trajetória política diante do PT. A adaptação dos revisionistas do trotskismo ao reformismo e ao caudilhismo de Lula foi profunda. Isso se explica pelo fato de não lutarem no seio do PT pela construção de um partido revolucionário, cuja estratégia é a da ditadura do proletariado e o método é o da insurreição das massas. Uma parcela dos revisionistas continua até hoje como corrente interna ao PT. Uma segunda, foi expulsa e passou a se construir em partidos. Uma terceira, rompeu com o PT para formar o PSOL. O estilhamento dos revisionistas expressa posições oportunistas diante do processo de integração do PT ao Estado capitalista. Nenhuma das variantes do revisionismo travou um combate pelo programa revolucionário e pela concepção leninista do partido.

A seleção que aqui apresentamos é suficiente para mostrar que

o POR se constituiu em contraposição ao reformismo e ao fisiologismo eleitoral do PT, bem como à política de seguidista dos revisionistas.

A reeleição de Dilma foi uma vitória de Pirro. O que permitiu o PSDB acusá-la de “estelionato eleitoral”. A investida dos derrotados se apoiou nas denúncias de corrupção, na utilização do assistencialismo e nas alianças com setores que estão vinculados ao atraso. É claro que o PSDB, que é um partido da grande burguesia paulista, usou as mesmas armas que o PT na luta eleitoral. O que importa é o fato de que, depois de 12 anos de governo, os petistas se identificaram integralmente com uma fração da oligarquia burguesa e se comprometeram com as quadrilhas que manejam o Estado.

No período inicial de formação do PT, quando este ainda refletia as mobilizações operárias do fim da ditadura militar e a recuperação dos sindicatos controlados por interventores, se justificava a criação de um partido de massa para derrotar a oligarquia dominante, democratizar o Estado, estabelecer novos parâmetros ético-morais na política e conquistar a cidadania para os pobres e miseráveis. Tais promessas de reformas do Estado burguês logo se revelaram sem nenhum significado prático. Não passavam de uma máscara ideológica para a formação de um partido voltado a desviar o caminho revolucionário dos explorados, que não mais suportavam a política pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso. A camarilha partidária liderada por Lula foi ao encontro dos partidos burgueses que lhes oferecia apoio para vencer as eleições e afastar o PSDB do comando do Estado. Não mais se sustentava o palavreado de reformas do capitalismo e mudanças progressistas na forma de fazer política. Antes mesmo de derrotar o PSDB em 2002, o PT havia se vinculado a setores do poder econômico. Somente poderia derrotar os grandes partidos da burguesia recorrendo ao financiamento da campanha eleitoral oferecido por corporações, que viram no PT uma via de canalização da revolta dos explorados e em sua burocracia sindical um instrumento de colaboração de classes. O PT e Lula mergulharam, assim, profundamente na política burguesa. Haveria de pagar por isso. Apodreceu até as entranhas na corrupção. A reeleição de Dilma foi contestada pelo PSDB que se valeu do escândalo da Petrobrás. A crise permanece. Dilma constituiu um ministério econômico ditado pelos banqueiros e imperialismo. O PT dará mais um passo rumo ao precipício.

Nossa luta em particular contra o PT se justifica pelo fato deste ter se levantado como um obstáculo à construção do partido proletário. Também tem importância o fato deste ter servido de referência aos revisionistas do trotskismo. Mas há ainda uma razão de força maior que é o controle que o PT exerce sobre a maior parte do movimento sindical, camponês e popular. A política burguesa está se encarregando de destruí-lo. No entanto, somente a classe operária organizada no partido revolucionário poderá superar a experiência com o reformismo. No passado, o Partido Comunista brasileiro foi uma trava para o proletariado conquistar a independência de classe. Desmoronado nos anos 60, não se recuperou. O PT pode-se dizer que historicamente ocupou seu lugar. É chegada a hora de avançar a construção do partido-marxista-leninista-trotskista.

O Partido dos Trabalhadores (PT)

Origem e integração ao Estado burguês

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. Surgiu no contexto de crise da ditadura militar e de ascenso da luta de classes, com a irrupção de greves em vários lugares, em particular no ABC paulista. Desde meados da década de 1970, o regime militar, ainda no governo do general Ernesto Geisel, iniciou a chamada “abertura lenta, gradual e segura”. O chamado “milagre brasileiro” (1969-1974) dava sinais de esgotamento, atingido não só pelas contradições da economia brasileira, mas, principalmente, pelo avanço da crise mundial do capitalismo, a partir de 1973. A queda do PIB, o arrocho salarial, as péssimas condições de trabalho, o aumento da exploração e a repressão contra o movimento operário e suas organizações levaram a classe operária e demais assalariados a se reorganizarem e paralisar a produção. Despontaram no final da década de 1970 greves e paralisações em vários estados. Só em 1978, 539.037 trabalhadores cruzaram os braços em todo o país, inclusive trabalhadores rurais.

As mobilizações pela anistia nos anos de 1978/1979, a extinção do AI-5 com a aprovação da Lei da Anistia e a volta ao pluripartidarismo em dezembro de 1979, no governo do general João Baptista de Figueiredo desmontaram o bipartidarismo consentido pelo regime ditatorial (ARENA e MDB). A ARENA se transformou em Partido Democrático Social (PDS) e o MDB em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A chamada oposição democrática ao regime se dividiu em vários partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB - reunia partidários do trabalhismo inspirado em João Goulart e Getúlio Vargas), Partido Democrático Trabalhista (PDT - reunia a dissidência dos trabalhistas em torno de Leonel Brizola), Partido Popular (PP - depois incorporado ao PMDB).

Desde meados de 1978, cogitava-se a necessidade de constituição de um partido dos trabalhadores independente. Líderes sindicais desse período, como Luís Inácio Lula da Silva, José Cicote, Henos Amorina (dirigentes dos sindicatos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco), Paulo Skromov, (sindicato dos coureiros), Jacó Bitar (petroleiros), Olívio Dutra (bancários) expressavam consonância com esse propósito. O PT surge nesse contexto de crise do regime ditatorial e reorganização do movimento sindical (a CUT seria criada em 1983) e camponês (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, em 1985), congregando sindicalistas, sob liderança de Lula.

Convergir para a fundação do PT a intelectualidade pequeno-burguesa de esquerda, setores de base da Igreja católica ligados à Teologia da Libertação, parte da militância proveniente da crise e fragmentação do PCB (como o PCBR), Ação Libertadora Nacional/ALN, Ala Vermelha, etc. e organizações que se reivindicavam do trotskismo. A Convergência Socialista (depois PSTU) fez parte da discussão do congresso metalúrgico de 1979 que lançou a ideia de construir o PT. A Organização Socialista Internacionalista (OSI - produto da fusão da Organização Comunista 1º de Maio e a Fração Bolchevique-Trotskista, depois O Trabalho) inicialmente rechaçou a proposta mas acabou aderindo ao PT e até hoje nele se encontra. A Causa Operária (depois PCO) atuou desde a fundação do PT. O PCB e PCdoB rejeitaram a fundação, sob a argumentação reacionária de que era necessário manter a unidade das forças democráticas, dentro do MDB.

Desde a sua origem, o PT esteve sob a direção de setores reformistas e democratizantes, que tinham como objetivo central não a destruição do capitalismo e a construção do socialismo, mas a realização de reformas no Estado, por meio das instituições democráticas burguesas e a aplicação de medidas de desenvolvimento econômico. A direção

do MST sempre depositou ilusões de que um governo democrático e popular do PT realizaria a chamada “reforma agrária”, garantindo o acesso dos camponeses às terras, mediante a desapropriação e indenizações realizadas pelo próprio Estado burguês. A Articulação (posteriormente deu origem ao chamado Campo Majoritário, com a adesão da Democracia Radical, depois à corrente petista Construindo um Novo Brasil, CNB) foi a corrente dominante em praticamente toda a história do PT, controlado por Lula e, mais adiante, junto com José Dirceu. Portanto, o PT nasceu programaticamente como um partido reformista, apoiado nos sindicatos.

Nas eleições gerais de 1982, o PT conseguiu eleger 8 deputados federais, 12 deputados estaduais e 117 vereadores no país. Na primeira metade dos anos 1980, o Brasil estava mergulhado numa crise econômica e política crescente. O partido participou ativamente da campanha pelas *Diretas-Já* e esteve à frente de inúmeras greves ao longo da década, como em 1983, 1986, 1987 e 1989. A alta da inflação corroía os salários, os trabalhadores sentiam na pele as consequências da crise mundial. A crise do regime militar levou à eleição pelo Colégio Eleitoral, em 1985, de Tancredo Neves. Com sua morte, assumiu José Sarney. O primeiro governo da abertura democrática foi marcado por altas taxas de inflação, arrocho salarial, crescimento da dívida pública e aumento de preços da cesta básica. Inúmeras greves e paralisações sacudiram o país no final da década. Nos primeiros anos de vida, o PT se organiza por núcleos de base e ainda respirava uma certa democracia interna, apesar da política reformista. A direção petista procurou direcionar a insatisfação da classe operária e demais assalariados para uma saída institucional, que se deu pela instalação da Assembleia Nacional Constituinte, preservando as bases do regime político e do Estado burguês.

Em 1982, a prefeitura do município de Diadema/SP foi conquistada pelo PT. A particularidade desse acontecimento está em que se trata de uma importante cidade operária do ABCD. O candidato eleito, Gilson Menezes, fazia parte da direção do sindicato metalúrgico. Pode-se dizer que sua vitória se deveu a sua projeção como liderança das greves e como membro ativo das manifestações. A eleição do primeiro prefeito petista no ABCD foi saudada como resultado da construção de um partido de massa. Não demorou a que Gilson Menezes se corrompesse e finalmente abandonasse o PT.

Em 1985, o PT elegeu Maria Luíza Fontenelle para a prefeitura de Fortaleza. Em 1988, Luíza Erundina foi eleita prefeita de São Paulo; Olívio Dutra elegeu-se no mesmo ano prefeito de Porto Alegre, seguido por Tarso Genro, Raul Pont e, novamente, Tarso Genro, totalizando 16 anos de governos. Também foi vitorioso em outras cidades (Vitória-ES, São Bernardo do Campo e Campinas). As eleições presidenciais de 1989 foram um termômetro para o partido. O pleito ocorreu no contexto de crise política e econômica, internamente, de crise econômica mundial, além dos acontecimentos que levaram à desagregação do Leste Europeu e à extinção da União Soviética.

Derrotado por Fernando Collor de Melo, em 1989, em meio a ataques da imprensa burguesa, a direção petista impôs um conjunto de medidas de depuração interna, pressão sobre a militância e organizações que se reivindicavam do marxismo e da revolução socialista, regulamentação do direito de tendência, abolição de finanças, imprensa e sedes próprias das correntes internas, provocando a saída ou expulsão de várias organizações. O objetivo central era ganhar a confiança de setores da pequena burguesia e da burguesia no partido e demonstrar claramente a sua intenção de respeitar as instituições democrático-burguesas e a ordem jurídica, enfim, sinalizar que estava

disposto a garantir a grande propriedade privada e gerenciar os negócios gerais da burguesia no seio do Estado capitalista. O primeiro Congresso do PT, realizado em 1991, em São Bernardo, não deixou qualquer margem de dúvida a esse respeito.

Do ponto de vista eleitoral-parlamentar, o partido avançava em número. Em 1990, é eleito o primeiro senador petista, Eduardo Suplicy. Em 1992, Jorge Viana é eleito prefeito de Rio Branco, no Acre. Em 1992, o PT elege quatro senadores e os governadores do Espírito Santo e Distrito Federal. Em 1998, Olívio Dutra é eleito para o governo no RS, Zeca do PT, no Mato Grosso do Sul e Jorge Viana, no Acre. Em 2000, Marta Suplicy é eleita prefeita em SP, além da vitória em outras cidades (Porto Alegre, Goiânia, Macapá, Recife, Aracaju, Belém, Guarulhos, Ribeirão Preto, Campinas, Caxias do Sul, Londrina, Maringá, Imperatriz e Corumbá). Em 2002, Aluísio Mercadante elegeu-se o senador mais votado do país. De modo geral, os primeiros governos do PT anunciavam o que viria na década seguinte. Antonio Palocci, então prefeito de Ribeirão Preto e futuro Ministro da Fazenda de Lula, introduziu as primeiras medidas de ataque a direitos dos trabalhadores, na mesma linha empreendida por Collor e FHC. Governos petistas tiveram de enfrentar mobilizações e greves.

Mesmo demonstrando a sua submissão às instituições da democracia burguesa e ao Estado, como garantidor da grande propriedade privada, o PT foi derrotado nas duas eleições presidenciais seguintes, para FHC, em 1994 e 1998. Os dois mandatos de FHC foram marcados pela implantação do Plano Real (ajuste fiscal, cortes no orçamento, altas taxas de juros, rebaixamento salarial), ataques aos trabalhadores e servidores públicos, imposição das reformas antipopulares (neoliberais), privatização de empresas estatais (Companhia Siderúrgica Nacional, Embraer, Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás e Eletropaulo). As greves de trabalhadores do setor público e privado foram reprimidas violentamente pelo governo. Destacou-se, por exemplo, a greve dos petroleiros em maio de 1995, declarada ilegal pela justiça e reprimida pelo Exército, com tanques e metralhadoras nas refinarias paralisadas. Em abril de 1996, em um protesto camponês em Eldorado dos Carajás, no Pará, foram fuzilados 19 trabalhadores.

A greve dos petroleiros teve particular importância, uma vez que Lula exigiu que a direção da CUT pusesse fim ao movimento. Tratava-se de uma greve que resistia ao cerco policial dos governos estadual e federal. Contra a vontade dos petroleiros, a CUT pôs fim à greve. Lula estava empenhado em se projetar eleitoralmente. Teve a oportunidade de demonstrar à burguesia seu poder de caudilho sobre os sindicatos.

O final da década de 1990 foi marcado pelo avanço da crise internacional. O desgaste do governo FHC e a instabilidade econômica mundial (crise de 1999, antecedida pelas crises do México, em 1994, e dos Tigres Asiáticos, em 1997) e nacional levariam à ascensão eleitoral do PT. Junto com a integração cada vez maior do partido no âmbito do Estado burguês, apareciam também as primeiras denúncias de corrupção, a velha corrupção burguesa antes denunciada pelos petistas como uma violação dos princípios republicanos. O “modo petista de governar” não se distinguia do velho modo burguês de governar.

Somente em 2002, após longa experiência na administração de prefeituras e estados, além da atuação parlamentar no âmbito federal, estadual e municipal, o PT conseguiu eleger Lula para a presidência. Para tanto, a direção petista teve de acenar com a *Carta ao Povo Brasileiro*, às vésperas das eleições, assegurando os contratos firmados pelos governos anteriores, os investimentos de interesses do grande capital, inclusive do agronegócio, a defesa da ordem pública, isto é, da grande propriedade privada. De fato, PT cumpriu fielmente a Carta assinada por Lula.

O PT recebeu o apoio de velhos partidos oligárquicos, como PMDB,

PL, PP, PMN, além do estalinista PCdoB. Grandes conglomerados capitalistas financiaram a campanha, como a Camargo Correia, OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Odebrecht, Itaú, Unibanco, Alvorada, BMG, além de empresas de mineração e metalurgia, como Caemi, Companhia Metalúrgica Prada, de engenharia e construção, como UTC Engenharia, Christiani Nielsen Engenharia, Galvão Engenharia, Veja Engenharia Ambiental, Serveng Civilsan, de produção de bebidas, como Recofarma e agronegócio, Vale Fertilizantes, Klabin, Fosfertil, Suzano Papel e Celulose, Aracruz Celulose e Braskem. O governo de Lula recebeu também a adesão de organizações do movimento sindical (entre elas, a Central Única dos Trabalhadores/CUT), estudantil (a União Nacional dos Estudantes/UNE), movimentos sociais e populares, além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O primeiro governo se realizou numa conjuntura internacional favorável. De 2003 a 2007, o PIB mundial cresceu, atingindo em 2007 5,2%. O Brasil nos primeiros anos do governo Lula ainda se ressentiu dos efeitos da crise que afetou o governo de FHC. Em 2007, o PIB atingiu 6,1%. Ao lado dos volumosos recursos destinados aos setores do capital nacional e dos monopólios, o PT manteve e ampliou as políticas assistencialistas de FHC, unificando-as no Bolsa-Família e reajustou o salário mínimo pouco acima da inflação. O primeiro mandato foi marcado por denúncias de corrupção envolvendo os nomes de José Dirceu e José Genoíno, acusados de compra de votos de parlamentares para aprovação de leis e da Reforma da Previdência, além de denúncias contra Delúbio Soares e Silvío Pereira (“mensalão”), antes praticado por Eduardo Azeredo (PSDB) em Minas Gerais.

O segundo mandato ocorreu em meio ao avanço da crise mundial, a partir de 2008. A retração internacional atingiu o Brasil. As margens de manobra do governo Lula foram reduzidas. Evidenciou o caráter antipopular e antinacional de sua política econômica. Apesar da crise, Lula conseguiu eleger a sua sucessora, a Ministra-Chefe da casa civil, Dilma Rousseff, vencendo José Serra (PSDB) no segundo turno. O primeiro mandato de Dilma (2010-2014) manteve as alianças com setores das velhas oligarquias, como o PMDB, que indicou Michel Temer, como vice-presidente. A economia cresceu apenas 2,7%, em 2011, 0,9%, em 2012 e 2,3%, em 2013, com estimativas de baixa em 2014. A dívida pública atingiu a marca de R\$ 2 trilhões, em 2012, chegando a 2,12 trilhões no corrente ano. A chamada valorização do salário mínimo foi posta de lado. Alcançou R\$ 724,00, sendo que o mínimo necessário para a sobrevivência de uma família, segundo o próprio Dieese, encontra-se em torno de R\$ 2.923,22.

O governo Dilma enfrentou em 2012 uma onda de greves no setor público e privado. Submetidas ao governo, as principais centrais sindicais, entre elas a CUT e a CTB, procuraram isolar as categorias em luta, direcionando os movimentos grevistas para as mesas de conciliação do governo, impossibilitando, dessa forma, a unificação das lutas. A fragmentação e o corporativismo favoreceram os exploradores. A Força Nacional de Segurança Pública, criada pelo governo Lula, reprimiu e prendeu lideranças e grevistas nas obras do PAC, em Belo Monte, Jirau e Santo Antonio. Greves e paralisações nas polícias militares e bombeiros foram igualmente reprimidas pelo Exército e Força Nacional de Segurança. Em 2013, uma nova onda de manifestações de estudantes e camadas da população explorada ocorreu em junho e julho, em várias capitais e cidades pelo país, defendendo a revogação dos aumentos de passagens. Foram reprimidas violentamente pela polícia a mando de governos. Prisões de lideranças e manifestantes, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, e o aumento da repressão serviram de combustível para que mais e mais jovens engrossassem o movimento pela revogação das tarifas de transporte. Pressionados pelos manifestantes, algumas cidades revogaram os aumentos. O governo Dilma chamou uma mesa de negociação com centrais e

representantes do Movimento pelo Passe Livre, tentado barrar as manifestações com promessas de uma reforma política por meio de uma Constituinte exclusiva.

O fato é que os governos petistas, ao par do assistencialismo e dos poucos aumentos salariais, têm se caracterizado por manter, em linhas gerais, os fundamentos do Plano Real, o superávit fiscal, cortes nos orçamentos para pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, a política de privatizações (bancos federalizados, rodovias, portos, aeroportos, petróleo). E a educação vive uma crise profunda, com o avanço da mercantilização e desnacionalização do ensino. A saúde vegeta. A “reforma agrária” já não consta dos objetivos do governo, ao contrário, o que tem avançado é o agronegócio e violência contra índios e sem terra em todo o país. O PT se integrou definitivamente

.....
Iniciamos esse número especial do Jornal Massas com um pequeno artigo de julho de 2002. Refere-se às eleições presidenciais que levaram o PT à Presidência da República. Dois fatos se destacaram: 1) a aliança com o Partido Liberal (PL), comandado pelo grande empresário da indústria têxtil José Alencar; 2) a denúncia de corrupção na prefeitura petista de Santo André. A posição do POR, diante das eleições presidenciais, foi de voto nulo. Essa posição permitiu desenvolver uma oposição revolucionária. Os fatos confirmaram os prognósticos sobre o aburguesamento do PT e seu papel contrarrevolucionário. Diferentemente, a esquerda centrista se arrastou por detrás da candidatura Lula e compareceu comprometida com a política de conciliação de classe do PT.

Consta também uma nota sobre o Jornal O Trabalho, que já se mostrava completamente adaptado ao lulismo.

Massas 242 – 8 a 22 de julho de 2002

Eleições – Aburguesamento do PT

O PT selou aliança com o PL e, no dia seguinte, a Promotoria denunciou um foco de corrupção na Prefeitura de Santo André. Os dois acontecimentos refletem o aburguesamento do PT.

A definição do empresário e senador do PL José Alencar para vice de Lula foi motivo de júbilo do comando petista. Concretizava o objetivo de ter fisicamente no núcleo de governo um representante do grande capital nacional. Não se pode chegar ao poder do Estado tendo contra o partido o conjunto da burguesia. E se chegar, não pode governar. Essa premissa tem sido defendida por Lula, que diz não querer perder de forma alguma outra eleição. O pragmatismo da direção do PT, na realidade, confirma definitivamente uma orientação de classe desse partido que se pretendeu “dos trabalhadores”.

Uma parcela petista ficou horrorizada com a confluência de águas peelistas e quercistas nos mananciais de Lula, repletos de ilusórias esperanças da classe operária e camponeses pobres. Mas tiveram de engolir o descontentamento. A lei da contradição não permite a nenhum partido expressar ao mesmo tempo o trabalho e o capital, o extremo da miséria generalizada e o da riqueza concentrada. A esquerda petista (O Trabalho, Democracia Socialista, Força Socialista, Socialismo Revolucionário) contrária à aliança com o maior empresário da indústria têxtil do país mostra sua impotência e sua adaptação ao eleitoralismo. Não é capaz de romper com o PT apodrecido.

Não é preciso estender a observação crítica para o fato do PL ser o instrumento político do obscurantismo evangélico. Trata-se de uma consequência.

A festa do tão esperado acordo não pôde ser bem degustada. O PSDB, FHC/Serra, aguardava com a taça de fel. Os corruptos dos corruptos sabem como manejar o poder. Tudo estava preparado para mostrar que o PT não é o imaculado das CPIs da corrupção.

Por mais que partido tenha evitado explorar eleitoralmente a corrupção do PFL, PSDB e PMDB, não pôde se livrar do fogo do adversário eleitoral. A direção petista e Lula chegaram a condenar a denúncia de corrupção envolvendo a ex-candidata do PFL Roseana Sarney, prevendo que o mesmo seria feito ao PT. Mas isso não o livrou das denúncias que estavam guardadas na gaveta de FHC/Serra. A chama do Rio Grande do Sul não pôde ser alentada, então explodiu o caso Asefe de Brasília de desvio de dinheiro para as candidaturas do PT,

ao conjunto dos partidos da ordem burguesa.

A experiência com os governos do PT demonstra a impossibilidade de reformar o Estado burguês. O PT fracassou em seus objetivos reformistas. O que ocorreu, na verdade, foi não só a integração do partido à ordem burguesa, mas a sua oligarquização. Demonstra, sobretudo, a necessidade de superar a crise de direção revolucionária, a partir da construção do Partido Operário Revolucionário (POR) e a reconstrução da IV Internacional. Não há como independizar setores da classe operária e demais trabalhadores assalariados, da juventude e do campesinato das ilusões em relação aos governos e ao Estado sem o cumprimento dessa tarefa histórica. O POR se constrói no calor da luta de classes, elaborando o programa da revolução proletária. É parte de sua construção a luta pela derrota ideológica e política do reformismo.

PCdoB e PCB, mas era muito pequeno para o tamanho da disputa eleitoral, então enegreceu o céu de Santo André.

Temos dito que a corrupção é inerente ao Estado burguês. O PT se propôs a governar esse Estado contrariando o seu funcionamento quadrilheiro. Todos os grandes partidos (PMDB, PSDB, PFL, etc.) já mostraram que encarnam o corpo e a alma dos interesses oligárquicos e parasitários. O PT passou a fazer o mesmo.

Retrato do falsário

O Jornal O Trabalho convoca o Encontro Nacional de 7 de julho sob a bandeira “Lula Presidente Prá Romper Com o FMI”. A ala mais à esquerda do PT se cobre com o véu da hipocrisia para se manter atrelada a um partido e a um candidato totalmente corrompidos na política burguesa e comprometidos com os fundamentos da política econômica pró-imperialista. Evita explicar nas páginas de seu jornal a integração do PT na ordem capitalista. Opõe-se à aliança com o PL sem dizer o seu verdadeiro significado de classe e para onde caminha o PT. No editorial, diz que “o povo espera de Lula romper com a política de FHC-FMI.” “Mas que isso é o contrário de coligar para governar com Alencar do PL, ou Quéricia e Requião do PMDB.” Conclui: “Esse é o caminho da derrota. E para quê? Para ganhar os 45 segundos do tempo de TV do PL? Esse não é o caminho da vitória.” Que superficialidade! Que falta de vontade para dizer a verdade!

O PT precisa do maior empresário têxtil do país para se aproximar de um setor da burguesia e para mostrar ao seu conjunto que o PT está inteiramente convicto de que não mexerá um dedo contra os interesses gerais dos capitalistas, o que inclui o imperialismo. Não são os 45 segundos de TV que levaram o PT ao PL, mas sim a necessidade de neutralizar a campanha de que o PT continua radical e afastar qualquer sombra de dúvida de que Lula fará um governo de coligação burguesa.

O editorial cita uma fala de Lula que estaria de acordo com o que pensa O Trabalho. “Precisamos ter a coragem de dizer: só interessa ganhar para mudar a política econômica. Não podemos capitular nem carregar o peso de uma culpa que não temos (...) vamos manter a estabilidade e honrar os contratos, mas à nossa moda, não à moda deles.” Como é que o editorial continua? Faz sua interpretação de

acordo com o slogan “Lula Presidente Para Romper com o FMI” Diz: “Realmente, não é mais possível continuar esta política do FMI que (...) está levando o Brasil para o buraco da Argentina.”

Mas Lula não está dizendo que vai romper com o FMI. Qual tem sido sua verdadeira posição? A de manter os contratos e a estabilidade. É o que diz na própria citação acima. A mudança pretendida, para “não capitular”, é promover uma renegociação dos contratos da dívida. Isso é o máximo anunciado por Lula. Frente às pressões do imperialismo e dos banqueiros nacionais em torno da estabilidade, o PT se comprometeu a sustentar o superávit primário de 3,75% do PIB, meta inflacionária e respeito à composição da dívida. Toda cúpula do PT correu a explicar que não haverá nenhuma ruptura na política econômica e nas relações internacionais. Mas O Trabalho maquia tudo de acordo com seu oposicionismo oportunista.

Nas páginas do meio do jornal, estampa a frase “A diferença entre Lula e os demais, são os milhares atrás dele”. Quer dizer, por isso devemos estar com Lula exigindo que rompa com o FMI. O Trabalho não quer dizer aos iludidos que o governo do PT não vai romper com o FMI e que Lula já assumiu claros compromissos com a burguesia não só em palavras, mas também na prática, colocando ao seu lado o capitalista Alencar.

Na mais recente entrevista, Lula reafirma seu pacto com os exploradores. Sobre o FMI, diz que “é preciso acabar com esta lógica perversa de ficar dependendo do FMI” Estaria defendendo uma rup-

tura com o imperialismo? Não. Em seguida, responde que se precisar recorrer ao FMI o fará. “Se precisar, vamos tomar a decisão de acordo com a necessidade.” O que Lula diz não concordar é que o FMI imponha o “seu modelo de ajuste fiscal e de desenvolvimento”. Parte da burguesia assina essa declaração, por exemplo, José Alencar, que prevê dias difíceis para seu capital nas condições de gigantesca sangria do País e avanço da desnacionalização.

Lula transmite a ilusão de que será um governo de negociação entre as classes, frações internas da burguesia nacional e com o capital externo (imperialista). Nesse sentido assinala: “Para mim, a figura do José Alencar é muito importante por um simbolismo. Pela primeira vez na história do Brasil, um trabalhador lidera uma aliança, tendo como vice um empresário bem-sucedido. O que quero com isso? Simbolizar o pacto social que tanto Fernando Henrique Cardoso falava em 1982, inspirado no Pacto de Moncloa. Mas ele não fez um gesto, uma reunião, não moveu uma vírgula para fazer um pacto” (Estadão, 29/6).

Nós dizemos aos trabalhadores: o pacto social é de traição à classe operária. Esse é o papel do caudilho que se emancipou de sua classe de origem e se integrou na classe dos exploradores. José Alencar foi bem-sucedido porque tirou e tira o couro dos operários. Um capitalista bem-sucedido significa operários muito bem explorados. O Trabalho com sua campanha eleitoral em torno de Lula estampa o retrato da esquerda falsária.

O artigo foi escrito dias antes das eleições presidenciais. Demonstra a capitulação de Lula diante das exigências do capital financeiro. Na eleição polarizada, atuou por cima das candidaturas de Lula e Serra o FMI. Nesse momento, os Estados Unidos invadiam o Iraque.

Massas 247 – 7 a 21 de outubro de 2002

Eleições pressionadas pelo imperialismo

Desde o momento em que o candidato do governo, José Serra, demonstrou incapacidade eleitoral e o do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, despontou como potencial vencedor, os banqueiros internacionais e suas agências de avaliação do mercado especulativo de capitais passaram a exigir um compromisso de todos os candidatos com o continuísmo. Teriam de declarar respeito aos contratos contraídos por FHC, ao acordo com o FMI e aos fundamentos do Plano de Estabilização do Real. A coluna vertebral da política econômica ditada pelos credores e aplicada pelo governo não poderia ser rompida.

As pressões sobre o PT foram as mais poderosas por ser o possível vencedor. Chegaram ao ponto de exigir que o partido e Lula renegassem o documento congressual que propunha uma ruptura na cadeia de especulação e voltasse à capacidade do Estado para a produção.

Sob um movimento de desestabilização do Real frente ao dólar, o PT reviu sua retórica, considerada radical pelos banqueiros, e firmou posição pública de que faria um governo de respeito à ordem preestabelecida.

Mas o problema não parou aí. Os credores exigiram de FHC um novo acordo com o FMI, de forma a condicionar os passos do novo

governo. Mediante o denominado “socorro” de 30 bilhões de dólares, estabeleceu-se a meta do governo elevar o superávit primário de 3,5% do PIB para 3,75%. O que resultará em mais dinheiro para pagar os credores e menos para as necessidades da economia. De forma que o Estado continue a extrair uma carga tributária na ordem de 34% do PIB, mantenha-se falido e seu governo encabrestado pelo capital financeiro nacional e internacional.

O novo acordo com o FMI implicou uma reunião de FHC com todos candidatos, para que aos olhos do País e do mundo ficasse claro que nenhum deles contestava o intervencionismo externo na política econômica do Brasil.

Está aí exposto o que é a democracia nas semicolônias. O governo que sairá das eleições mais disputadas da história política do Brasil e que arrastam a grande maioria a manifestar seu voto nasce sob a permissão e controle dos agiotas internacionais e nacionais. Ficou evidente que o PT, se quisesse ganhar as eleições, teria de contar com o apoio de setores do grande capital. Para isso, teria de se aproximar dos ditames do FMI e se colocar abertamente em defesa das diretrizes do grande capital.

O artigo refere-se à vitória de Lula no 1º turno. É constituído de teses que demonstram que Lula recorrerá ao apoio de forças oligárquicas para governar. Assinala que faria um governo de traição às esperanças da população oprimida.

Massas 248 – 23 de outubro a 4 de novembro de 2002

Eleições: É preciso dizer que o governo do PT/Lula será de traição às esperanças dos trabalhadores

1. As massas oprimidas foram arrastadas por detrás das quatro candidaturas. Houve uma queda nas abstenções, votos nulos e brancos, em relação às eleições passadas. Milhões foram gastos em propaganda. Os capitalistas abriram seus cofres a todos os quatro partidos, mas investiram mais resolutamente nas candidaturas Lula e Serra, por

onde passou a disputa. Os sindicatos tiveram atuação considerável, tanto os da CUT quanto os da Força Sindical. O riquíssimo aparato das Igrejas foi acionado. E os empresários foram convocados a injetarem grandes somas à campanha de seus candidatos. A declaração oficial dos gastos fica muito aquém do que de fato se despendeu. Tudo

indica que na história eleitoral do País nunca se teve uma campanha tão milionária.

2. Esse volume de recursos permitiu acionar um gigantesco esquema de publicidade. Da televisão aos postes, pontes, muros, até a distribuição de santinho, chegavam os apelos diários às massas oprimidas. Os comícios foram fartos. Prefeituras, igrejas, sindicatos, sociedades amigos de bairro, organizações estudantis concentraram esforços para levarem os populares às ruas e assistirem aos comícios e fazerem caminhadas. Reuniões dos candidatos com organizações empresariais foram montadas para propagarem a imagem dos concorrentes e mostrarem os apoios. Os artistas, grandes nomes das novelas, música, teatro, cinema, ganharam ricos contratos. Assim, os candidatos dos exploradores entraram no mais miserável dos lares, caçando votos.

3. A maioria oprimida, que havia nas eleições de 1998 dado vitória a FHC contra Lula, mostrou descontentamento com o governo. As reformas econômicas atacaram fundo suas condições de vida: destruição da previdência, flexibilização do trabalho, arrocho sobre o funcionalismo, rebaixamento da média salarial, ataque à educação, saúde etc. Elas favoreceram os banqueiros, especuladores e grande capital industrial. No trajeto do governo FHC, o PT ora votou com o governo ora contra, seguindo sua diretriz de “oposição propositiva”. Jogou um papel de oposição consentida e de estabilização governamental. Limitou a ação da CUT e de seus sindicatos a protestos contra esse ou aquele ponto das reformas, sem se contrapor à sua totalidade e sem se colocar em confronto ao governo antinacional e antipopular. No entanto, o PT conservou perante as massas a imagem de opositor responsável. Não se responsabilizou pelo governo FHC e também não o combateu como instrumento da burguesia e do imperialismo. Sua convivência foi obscurecida perante os explorados. Pôde assim comparecer nas eleições como a oposição que tentou ser governo três vezes e que agora estava pronta para governar, tendo por base a malsucedida política econômica de FHC e a experiência vivida pelos trabalhadores. As candidaturas “oposicionistas” de Ciro e Garotinho não tiveram como empolgar as massas, uma vez que não tinham traços de identidade popular. Ao contrário, Lula e o PT contam com um lastro popular. Fator importante para o oposicionismo burguês na situação de crise econômica e social. A bandeira de que é hora de mudança foi levantada por toda oposição e todos fizeram promessas grandiosas de solução da miséria, com planos e medidas de emprego, salário, assistência social. O candidato do governo José Serra procurou se desvincular do governo sem abandoná-lo, procurando não ser seu defensor, nem seu opositor. Mas não deixou de seguir a oposição com as fantásticas propostas de mudança social. Houve uma confluência enorme dos quatro candidatos em torno do objetivo de arrastar as massas para os currais eleitorais usando de apelos ao emprego, combate à miséria, à violência, à grande desigualdade e assim por diante.

4. Quem comanda as eleições é a classe burguesa. O Estado e seus partidos refletem, em última instância, as determinações do poder econômico. Atuam sobre as massas para que pendam para esse ou aquele candidato e coligação partidária. Diferentemente das eleições presidenciais de 1994 e 1998, a burguesia compareceu mais dividida. A coalizão PSDB, PFL e PMDB se esfacelou. A luta interna e entre esses partidos se acirrou na fase de lançamento das candidaturas, ao ponto da denúncia de corrupção servir de arma para liquidar algumas delas, tanto em nível nacional como local. A destruição da candidatura de Roseana Sarney teve um efeito inesperado para o PFL, que de carro chefe do processo eleitoral caiu para apoiador, dividindo-se entre as várias coligações. A disputa no interior da coligação para definir o sucessor de FHC expôs a fratura de interesse oligárquico entre os três maiores partidos da burguesia.

5. O PT compareceu como parte dessa divisão interburguesa. Passou a contar com apoio de uma parcela da burguesia. Atuou decididamente para atrair um setor desgarrado da antiga coligação de sustentação de FHC. Não colocou nenhum limite à aproximação, de forma que passou a contar com apoio de chefes da oligarquia, como José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, e de chefetes partidários típicos da política local, como os conhecidos corruptos Orestes Quércia e Paulo Salim Maluf. A diretriz do PT de aproveitar a divisão interburguesa para se credenciar junto aos capitalistas o conduziu à coligação com o PL, colocando como candidato a vice o senador e poderoso empresário José Alencar. Por essa via, o PT teve acesso ao poder econômico, sem o qual não poderia estar prestes a ganhar no segundo turno. O candidato do governo, que esteve em terceiro lugar, só ganhou projeção porque a máquina do Estado foi colocada quase por inteiro a seu favor. Os capitalistas mais poderosos e o capital imperialista investiram em Serra. Mas Lula estava com o apoio crescente das massas, tinha majoritariamente a máquina sindical e havia conseguido uma sólida escora na fração capitalista prejudicada pela diretriz abertamente pró-imperialista de FHC.

6. A divisão interburguesa, a presença de três candidaturas de oposição, o desesperado esforço do governo para levantar a sua candidatura e o crescente ascenso da candidatura petista provocaram uma mobilização eleitoral das maiores de nossa história. Fizeram vir à tona todas as forças subterrâneas que arrastam as massas a se decidirem pelas candidaturas. Tudo quanto é instituição - como estado, corporações patronais, sindicatos, associações, movimentos, igreja, imprensa - entrou na disputa. Em quaisquer eleições, esse aparato se movimenta a serviço de interesses próprios e de interesses gerais da classe capitalista. Isso porque as eleições são o momento de se formar um novo governo que tem a função primordial de assegurar o funcionamento do regime capitalista e que poderá favorecer mais ou menos os aparatos. Desse fenômeno, o que mais se destacou foi a presença das várias igrejas. Evidenciou-se o quanto elas estão entre as forças determinantes para a formação de um governo e, portanto, um gigantesco aparato eleitoral.

7. Nas duas últimas eleições, as igrejas evangélicas atuaram contra o perigo comunista representado pela candidatura Lula, caracterizado como criatura de Satanás. Nesta, tudo mudou. A maior parte da burocracia (pastores) evangélica se deslocou para o lulismo. Na verdade, a coligação partidária com o PL, partido esse comandado pela Igreja Universal, estabeleceu elos de interesse com os evangélicos, empenhados em ganhar força política no interior do Estado. O PT e Lula tinham de deixar de ser instrumentos de uma fração da Igreja católica e alargar a comunhão de interesse com a Igreja evangélica. A clara definição do PT como partido da ordem capitalista, que passou a combater a invasão de terras, a condenar greves e a defender o pacto social, foi necessária para as lideranças evangélicas transformarem o diabo Lula em um ser purificado. Parte da Igreja católica que ajudou a criar o caudilho Lula e o PT se viu no mesmo campo eleitoral de parte dos evangélicos que sempre o combateu. Mas o fundamental a observar é o fato de como as igrejas funcionam como partidos políticos, informais partidos políticos. As igrejas são um gigantesco aparelho de arregimentação das massas oprimidas. Cumpram uma função de organização e controle de suas consciências que nenhum partido burguês pode cumprir. As massas oprimidas dispersas são arregimentadas diariamente e agrupadas por detrás dos dogmas de fé, que na sua aparência são colocados acima dos interesses econômicos e da política. Entretanto, revelam-se como uma força extraordinária de sustentação do capitalismo, de submissão dos oprimidos à classe capitalista e de conservação da ideologia dominante da burguesia. As igrejas têm muito dinheiro e propriedades. Controlam uma potente

rede de comunicação e de ensino. Participam da distribuição do orçamento do Estado por intermédio de instituições e movimentos assistenciais. Assim, constituem-se parte do Estado, entrelaçam-se com as relações econômicas baseadas na exploração do trabalho e expressam a política de defesa do capitalismo. A ostensiva e aberta interferência das igrejas nestas eleições e a necessidade do PT em contar com seu apoio se deram sob a acirrada disputa interburguesa. As massas, em grande parte, têm seus votos condicionados pela orientação dada pelos aparatos religiosos.

8. No momento em que ficou evidente a tendência eleitoral favorável ao PT, cresceu a pressão do capital internacional e dos banqueiros nacionais para que Lula selasse um compromisso de manutenção dos contratos e das medidas fundamentais do Plano Real. Teve de assegurar que a monumental dívida pública de mais de 70% do PIB e a sangria do tesouro pelo pagamento de juros estariam garantidos no novo governo. Tal exigência foi colocada a todos os presidenciáveis. Com esta ou aquela crítica típica de disputa pelo voto, todos admitiram o ultimato do imperialismo e dos credores internos, de forma que o programa das candidaturas se tornou comum. Mas as pressões se dirigiram ao PT, virtual vencedor. O Partido foi cobrado quanto a posições de seu 2º Congresso que previam uma ruptura com a política econômica neoliberal e, particularmente, se referia ao fim da especulação financeira. Lula se viu obrigado a formalizar a revisão do 2º Congresso em um documento denominado “Carta ao povo brasileiro”. O capital internacional nem por isso deixou de trabalhar pela derrocada da candidatura petista. Conjugado com FHC/Serra, lançou a campanha sobre os perigos da instabilidade financeira que traria um governo petista. Apoiado na falência real do Estado, já incapaz de manter a crescente dívida interna e externa nas condições de estagnação e crise mundial, os credores e especuladores romperam a artificial “estabilidade” da moeda. As ameaças de quebra, que colocavam o Brasil na rota da Argentina, ajudaram os especuladores a ganharem muito, revelaram a situação de verdadeira falência do País e serviram para encurralar o PT quanto a um posicionamento de sustentação dos interesses do capital financeiro. O imperialismo atuou poderosamente no processo eleitoral. Colocou limites aos programas de governo. Todos teriam de continuar supervisionados pelo FMI. A interferência dos credores chegou ao ponto de se colocar um novo empréstimo de 30 bilhões de dólares e novas condições de superávit primário, elevado de 3,5% para 3,75% do PIB. Todos os candidatos foram convocados a uma audiência com FHC para se comprometerem com tais condições e com o continuísmo pró-imperialista. Ficou claro que nenhuma das coligações em disputa poderia ter um programa de governo próprio. Toda propaganda de mudança e promessa de reformas sociais não passou de palavreado para arregimentar os explorados às urnas.

9. A “Carta ao povo brasileiro”, de 22 de junho, faz apologia da mudança, critica o “modelo” econômico vigente, reconhece a limitação da soberania, reclama da estagnação econômica e falta de “justiça social”. Refere-se a “um projeto nacional alternativo” de crescimento, geração de emprego, resgate da soberania, redução da vulnerabilidade externa etc. Menciona uma reforma agrária para “paz no campo”, reformas da previdência, trabalhista e um “programa contra a fome”. Tudo muito genérico e crispado de crítica à utilização da “crise de confiança na situação econômica do país” pelo governo para enfraquecer a candidatura do PT. Mas o objetivo essencial do documento foi o de expor publicamente o compromisso do PT com o continuísmo da política econômica voltada aos interesses dos credores. Indica que

fará uma transição de um “modelo” esgotado para outro por meio de “um novo contrato social”, a ser produzido por meio de “uma ampla negociação nacional” e a constituir “uma autêntica aliança pelo país”. Segundo a Carta, o PT se coloca por “negociar” com todas as partes um pacto social, que englobaria os interesses mais distintos e mesmo opostos, como os dos trabalhadores e dos capitalistas. A intenção é essa, mas o compromisso concreto é esse: “Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país”. (...) “Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro”. “Superando nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. (...) “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.” Essas passagens contêm a essência do pronunciamento pró-imperialista de Lula. O PT renuncia às tímidas posições anteriores de fazer uma auditoria das dívidas e renegociá-las. Coloca-se por respeitar os contratos,

o que significa manter as diretrizes do FMI e as medidas do “modelo” considerado fracassado na própria Carta. A candidatura Lula reivindica a “estabilidade”, que não passa de uma máscara para a política pró-imperialista, de sangria do país e esmagamento da vida das massas. Diz com todas as letras: “A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram feitos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados”. Trata-se de uma declaração pró-capitalista e de defesa do sacrifício dos trabalhadores sobre os quais recaíram inteiramente as medidas do governo FHC/FMI de proteção ao grande capital. É com a ótica

burguesa de sacrifício das massas para salvar os capitalistas em meio a tremenda crise que o PT se coloca por um governo de “ampla negociação nacional”, “novo contrato social” e “paz no campo”.

10. Tudo indica que Lula será eleito no segundo turno com uma das maiores votações da história eleitoral do país. As massas depositam em vão sua confiança de oprimidos no PT e no seu ex-líder operário das jornadas grevistas de início de 1980. Os compromissos de seu governo com o grande capital internacional e seus acordos políticos com grupos capitalistas nacionais por si constituem traição à confiança e esperança dos pobres e famintos. Não se deve acreditar que esse governo fará uma política oposta a tais compromissos antinacionais e antipopulares. A base militante petista e as esquerdas que o apoiam querem dar a entender que o PT foi obrigado a contrair tais compromissos por razões puramente táticas, para poder ganhar as eleições contornando a campanha do governo sobre a instabilidade etc. Dizemos que essa explicação é ilusória e falsa. O governo do PT será de coligação com forças da oligarquia. Não terá independência frente ao imperialismo e descarregará a crise capitalista sobre os explorados, como já vem sendo feito. Utilizará o argumento de que o novo governo terá de ter tempo para arrumar a casa, que a crise já existia e que o sacrifício dos oprimidos será compensado mais à frente com o crescimento econômico etc. Exortará os operários a não fazerem greves e os camponeses a não ocuparem terras. Manobrá com a bandeira da negociação entre as classes. Pedirá compreensão para que seu governo seja estável. Acusará os lutadores de fazerem o jogo da direita frente à defesa das reivindicações das massas e contra o continuísmo das reformas pró-capitalistas. Tudo isso é previsível. É bom que se diga desde já para melhor enfrentar a traição do governo de Lula.



O artigo coloca a tarefa de ajudar os explorados a superar as ilusões democráticas no reformismo petista. Na capa do Jornal Massas, o POR levanta: Não ao apoio ao governo Lula. Não ao pacto social. Nenhuma organização de massa nas negociações do pacto. Que o governo atenda as reivindicações das massas e cumpra suas promessas de campanha: 10 milhões de empregos e fim da fome.

E uma pequena nota, denunciemos a posição do PSTU por ter apoiado a eleição de Lula, no 2º turno.

Massas 250 – 25 de novembro a 9 de dezembro de 2002

Como o POR se posiciona diante do governo Lula

Nas eleições, o POR caracterizou a candidatura Lula de burguesa, por seu programa de governo, por suas alianças e pela sua submissão ao Estado burguês. Criticamos a sua aproximação de posições pró-imperialistas, refletidas no compromisso de manutenção dos acordos, contratos e parte da política econômica de FHC. Denunciou a busca de apoio financeiro para a campanha eleitoral junto ao empresariado. Mostrou o servilismo da política petista às Igrejas. Rechaçou as promessas eleitoreiras. Combateu a propaganda do ilusionismo pequeno-burguês voltada a arrastar as massas por detrás de uma política estranha aos oprimidos. Enfrentou a burocracia sindical que enfileirou os sindicatos, material e politicamente, na campanha lulista. Lutou contra a trégua dos movimentos e o apoio desses ao PT/Lula, a exemplo do MST. Defendeu as reivindicações dos explorados e o método da ação direta. Colocou a necessidade da luta antiimperialista e anticapitalista. Propagandeou o caminho da revolução e ditadura proletárias. Com essa posição, defendeu o voto nulo programático, no 1º e 2º turnos.

Após a vitória do PT/Lula, o POR enfrenta todo tipo de pressão em favor do apoio ao novo governo. O primeiro embate se dá no enfrentamento à diretriz do pacto social. Lula para governar em meio à explosiva crise do capitalismo, à situação de quebra das finanças nacionais, ao poder desestabilizador do capital parasitário, à necessidade dos capitalistas se protegerem da crise, à acirrada disputa comercial e ao grave quadro social, em meio a tudo isso Lula necessita de reforçar a política de colaboração de classe desenvolvida pela burocracia sindical. O que o novo governo pretende é potencializar a colaboração já existente, que tem permitido as reformas pró-imperialistas e anti-operárias. A defesa da independência organizativa e política da CUT, sindicatos e movimentos perante o governo petista é a tarefa central da situação. Coloca-se a necessidade de defender as reivindicações econômicas das massas, as bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas, acompanhadas da luta política contra a integração das organizações dos explorados no pacto pró-burguês.

Ajudar os explorados a superar as ilusões petistas

Distinguímos a política burguesa criadora de ilusões nas reformas capitalistas, no assistencialismo do programa “Fome Zero”, nas promessas de 10 milhões de empregos, na reforma agrária pacífica, das ilusões (esperanças) dos explorados em verem os seus problemas solucionados pelo governo que acabam de eleger. As massas se dirigiram ao PT/Lula, escaudadas pelas medidas opressivas do governo FHC, acreditando que um governo vindo da oposição e tendo vínculos com os trabalhadores poderá usar a governabilidade em favor dos pobres e oprimidos.

Essa ilusão se manifesta na esperança de não precisar tomar as reivindicações em suas próprias mãos, arrancá-las pela força dos capitalistas e dirigir-se revolucionariamente contra o Estado burguês. A luta de classes é custosa, árdua. Implica o proletariado enfrentar com sua força coletiva a violência dos capitalistas. Recorrer à luta de classes para se defender do desemprego, fome e miséria, obriga as massas a usarem a violência revolucionária contra a violência reacionária da burguesia.

É baseado nisso que a política burguesa pode insuflar as ilusões na democracia burguesa, no eleitoralismo, nas promessas e nos chamados à participação popular. As massas, marcadas pelo sofrimento cotidiano da exploração, acatam o chamado do PT, que comparece como um instrumento delas e como a via de solução pacífica de suas necessidades. Acatam o chamado das Igrejas, dos sindicatos e dos movimentos populares, que as controlam, para canalizarem seus anseios aos profetas das mudanças.

Pelo caminho da democracia formal (eleitoral, burguesa), os oprimidos não podem enxergar seus opressores, não podem ver o lobo vestido de cordeiro. No momento em que a política oficial do governo de plantão se afunda e comparece aos olhos da maioria explorada como instrumento dos exploradores, o capital escora uma oposição pequeno-burguesa que irá servi-lo no objetivo de sustentar as ilusões dos trabalhadores e evitar que estes se lancem na luta de classes. Esse é o fenômeno político do estrondoso apoio das massas ao PT. Qualquer apoio ao governo do pacto ou corpo mole frente às suas pressões constitui traição à luta revolucionária do proletariado.

Por meio da luta de classes, as massas farão experiência com o governo do pacto social

As posições governamentais anunciadas pelo PT/Lula têm agradado o grande capital. A dúvida da burguesia é se o governo conseguirá sustentá-las. Isso por que terá de tomar medidas contrárias à vida das massas. Reformas previstas, como as da Previdência, trabalhista, contenção do salário mínimo, podem colocar o governo Lula em rota de colisão com os explorados, mais cedo do que se pode esperar.

O núcleo de comando da política econômica do governo Lula e de negociação parlamentar já anunciou a necessidade de resolver o problema da Previdência de acordo com as exigências do FMI. Quer urgência porque considera a demora um risco para sua aprovação, prevendo que o governo poderá ter um desgaste prematuro.

A cúpula petista que comporá os ministérios da área econômica, antes mesmo da posse de Lula, já vem governando sob os cálculos feitos pelo governo anterior e condicionados às diretrizes do “mercado financeiro”. Assim, as tinturas nacionalistas, de defesa nacional, e a demagogia do programa Fome Zero poderão ser desmascaradas em prazos indesejáveis.

A burguesia interna e o imperialismo já rodeiam o governo Lula com os acenos de apoio a sua política social. O BIRD e o BID dispuseram alguns bilhões de dólares para o assistencialismo da “Fome Zero”. Juntamente com essa disposição, fazem a exigência de se manter a rigorosa orientação dos acordos impostos pelo FMI. É uma forma de cercar o governo, que não era o desejável, de cuidados perante os perigos da luta de classes, que se acirrará frente a um governo que foi eleito para atender aos interesses populares, mas que atenderá de fato aos interesses do grande capital.

O assistencialismo populista e algumas quirelas aos camponeses terão de ser acionados para que a essência da política capitalista seja obscurecida diante das massas. Por mais que a burguesia procure sustentar a hipocrisia reformista do PT, não terá como manter a compatibilização desse governo com a fome e a miséria. As massas pode-

rão ser ludibriadas por um período, acreditando que seja preciso dar tempo ao governo Lula. Nesse sentido, atuarão os esteios sindicais do reformismo traidor.

Não se pode ter previsões tão precisas quanto ao choque da classe operária e camponeses pobres com o governo que elegeram. O fundamental é ter claro cada passo do governo Lula em defesa do grande capital e contra os explorados. É pela experiência da luta de classes que as massas reconhecerão a traição dos petistas.

O trabalho revolucionário se concentra na tarefa de denunciar as medidas pró-capitalistas e pró-imperialistas e defender as reivindicações da maioria explorada pela via da ação direta e de sua organização coletiva. O problema da relação do governo petista com o imperialismo terá grande importância nesse processo. O que nos obriga desenvolver as bandeiras imperialistas e a tática da frente única antiimperialista. Como parte desse combate, continuará tendo grande importância a luta camponesa pela terra. O trabalho em torno da aliança operária e camponesa poderá ganhar terreno.

A vanguarda revolucionária deve utilizar as contradições do governo de Lula para ajudar os explorados a constituírem organismos de poder independentes do Estado, de seus partidos e do próprio governo petista. A campanha contra qualquer tipo de pacto será parte dessa experiência.

PSTU capitula no 2º turno perante o PT/Lula

A capa do “Opinião Socialista”, nº 139, estampa: “PSTU chama o voto em Lula. Mas alerta: não haverá mudança sem romper com a Alca e o FMI” E no editorial explica a decisão de votar no 2º turno no

No discurso de posse, Lula deixou claro que seu programa de governo seria negociado passo a passo com as frações burguesas que o apoiaram e que não haveria nenhuma mudança radical. O artigo que reproduzimos demonstra o servilismo de Lula à burguesia e ao imperialismo.

Massas 252 – 17 de janeiro a 3 de fevereiro de 2003

Primeiros passos do governo Lula/PT

Qual é a fisionomia que a cúpula dirigente do PT resolveu dar ao governo de Lula? Os ministérios econômicos foram ocupados por homens comprometidos com a continuidade da diretriz do FMI. São convertidos aos interesses do capital financeiro, como é o caso do ministro da Fazenda Antônio Palocci, do Planejamento, Guido Mantega, ou representante do grande empresariado, como o ministro da Indústria, Luiz Fernando Furlan.

Faz parte desse quadro o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ligado ao BankBoston e parlamentar do PSDB.

Palocci foi talhado para o principal posto antes mesmo da vitória eleitoral. Despontou como defensor dos acordos com o FMI e das condições exigidas pelos especuladores internacionais. Henrique Meirelles é a garantia de que Palocci não pretende de fato operar nenhuma mudança na linha pró-imperialista articulada no governo FHC.

Os mecanismos de sustentação da dívida interna e externa condicionam as medidas e gerenciamento da política econômica. Vemos, portanto, que o governo Lula se orienta para o capital financeiro e os monopólios.

Ao lado desse núcleo, que de fato será o governo, o PT fez proliferar ministérios, secretarias, assessores vinculados aos assuntos trabalhistas, sociais, agrários e regionais. Procurou dar uma pequena inclinação à esquerda. O ministério do Desenvolvimento Agrário, voltado para a “reforma agrária”, foi destinado à Democracia Socialista (DS), grupo vinculado ao mandelismo e revisionistas do trotskismo. Aí ocupa espaço a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem muita influência na liderança do MST.

Para coordenar o projeto Fome Zero, foi nomeado um dos principais articuladores do governo Lula, José Graziano da Silva, e inventou-se o ministério das Cidades para abrigar Olívio Dutra, ex-gover-

PT “porque os trabalhadores acreditam em Lula e, sobretudo, querem a derrota eleitoral de Serra, candidato de Fernando Henrique, o PSTU se soma à classe trabalhadora e chama o voto em Lula.”

Dadas as divergências internas quanto a essa posição e para obscurecer a capitulação perante uma candidatura compromissada com o grande capital, no mesmo editorial, o PSTU declara “nenhuma confiança no futuro governo: preparar a mobilização popular”. Assim, o PSTU convocou os seiscentos mil eleitores que votaram em Zé Maria por repudiar a política traidora do PT/Lula (não repudiaram apenas Serra) a ajudarem a colocar no poder um governo compromissado com os acordos pró-imperialistas de FHC e destinado a montar o pacto social.

A quem acompanha a vida política do PSTU não estranhou essa conduta, uma vez que sempre se posicionou pelo apoio eleitoral ao PT/Lula, com o argumento de que votar em Lula é expressar a vontade da classe trabalhadora. Não poderia o PSTU dizer: olha trabalhador, nosso partido participou nas eleições para combater tanto a política pró-imperialista de Serra quanto a do PT, que não difere no essencial da do candidato do governo, agora, no segundo turno, chamamos a não apoiar nenhum dos dois candidatos e repudiar o programa capitalista e pró-imperialista de ambos.” Não, o PSTU não poderia combater o PT, contrariando as ilusões da maioria e reforçando a posição dos seiscentos mil que repudiaram as alianças petistas, sua adaptação ao imperialismo etc.

O POR, que defendeu o Voto Nulo Programático, tanto no primeiro como no segundo turno, denuncia o PSTU de colaborar para eleger um governo compromissado com a classe capitalista e que objetiva integrar as organizações operárias e camponesas em um pacto social.

nador do Rio Grande do Sul. Sua estrutura abrigará Ongs, Igrejas e toda sorte de parasitas que se arvoram salvadores dos miseráveis.

Não é preciso descrever mais a fisionomia do governo orientado para a proteção do capital financeiro e monopólios e para o assistencialismo apoiado pelo Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano (Bid) etc.

Cabe ainda umas poucas palavras sobre o ministro das Relações Exteriores - Celso Amorin. Trata-se de um embaixador totalmente alinhado com os Estados Unidos. Sua missão: negociar a Alca. Com essa peça, está completo o núcleo que de fato governará sob a figura do Presidente Lula.

Reforma privatista da Previdência

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Mostrou ser um burocrata vendido ao capital financeiro. Agora completa sua biografia de carreirista a serviço dos exploradores e do imperialismo. Está encarregado de terminar a reforma de FHC.

Eliminará a aposentadoria integral do funcionalismo, em nome da justiça social. Manterá um teto baixo para obrigar uma parcela da classe média a complementá-la, favorecendo as agências de previdência privada. A grande maioria continuará com ganhos de fome. Essa é uma das reformas básicas acordadas com o FMI.

Reforma trabalhista de flexibilização

O ministro do Trabalho Jaques Wagner (PT), também ex-sindicalista, já mostrou a que veio: dar sequência à reforma da CLT, em cuja base está o mecanismo de “flexibilização”. Pede colaboração entre exploradores e explorados para as reformas.

A posição de desonerar a folha de pagamento das empresas implica destruir direitos trabalhistas, em nome de geração de emprego. É nesse sentido que se declarou favorável a extinguir a multa de 40% no caso de demissão sem justa causa. Opôs-se a qualquer aumento da duração do seguro-desemprego.

Trabalhará como capacho do grande capital.

Caravana da pobreza

Lula e uma comitiva de 30 ministros e secretários encenarão o compromisso eleitoral de ser um governo dos pobres e miseráveis, comparecendo em locais de fome e miséria no Piauí e Pernambuco. O objetivo era lançar com estardalhaço o plano Fome Zero. Mas o ministro da Segurança Alimentar ainda não conseguiu dar o formato final ao assistencialismo petista. O Fome Zero tem por detrás os organismos internacionais do capital financeiro, que empresta dinheiro e impõem a política a ser seguida.

Formação do Conselho de Desenvolvimento Social

Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre, foi encarregado a constituir o Conselho, um órgão destinado ao pacto social. Participarão dele os maiores capitalistas da indústria, agricultura, comércio e bancos; ao seu lado, sindicalistas como presidente da CUT, CNTE, Contag, Força Sindical etc. Seu objetivo: negociar os conflitos intercapitalistas e impor aos trabalhadores as reformas, sob a máscara da negociação democrática.

Desenvolvimento regional

O opositor de Lula nas eleições, Ciro Gomes, acabou ficando com o ministério de integração nacional. Ligado às oligarquias nordestinas, Ciro Gomes toma a tarefa de reestruturar a antiga Sudene, fechada por FHC sob escândalo de corrupção. O PT, para governar, dependerá da velha estrutura oligárquica. Não por acaso, contraiu compromissos com os Sarneys, chefe do bando que usava a Sudam para aumentar seus capitais e manter o domínio político.

Lei de Responsabilidade Fiscal

Vários estados estão quebrados. Não têm como pagar o funcionalismo. O governador do Espírito Santo (PSB) exorta os explorados a

não fazerem greve. O governo do PT aplica a Lei de Responsabilidade Fiscal de FHC/FMI. Os 13% pagos mensalmente à Federação servem para manter o Tesouro solvente com os credores internacionais, enquanto que os funcionários têm seus salários atrasados e não recebem o 13o salário. A Lei de Responsabilidade Fiscal - antes questionada pelo PT - é peça chave da política ditada pelo FMI.

Diante da crise na Venezuela

Hugo Chávez pediu a Lula que o ajudasse resistir à greve dos petroleiros e o locaute mantido pela fração burguesa que arrasta os petroleiros e quer derrubá-lo. Um carregamento de petróleo foi enviado à Venezuela. A oposição chavista protestou alegando ingerência externa. Os Estados Unidos apoiaram o protesto. O ministro Amorim correu a explicar ao secretário norte-americano, Colin Powell, que não era a intenção brasileira ajudar uma parte contra a outra, mas sim conciliá-las. Ocorre que os Estados Unidos estão por detrás do movimento de derrubada de Chávez. O petróleo é o ponto de partida de todo problema da divisão interburguesa. Mas o fundamental nesse primeiro embate internacional do governo Lula foi o de ter de recuar perante a pressão do imperialismo, colocando-se apenas como auxiliar da OEA. Os Estados Unidos mandam e desmandam na América Latina e não há grandes conflitos que não estejam presentes. Estão empenhados em derrubar o governo de Chávez não porque esse seja um perigo para os interesses gerais do imperialismo mas porque tem procurado colocar a indústria petrolífera sob maior controle do Estado.

Fortalecer Duhalde?

A visita de Duhalde ao Brasil foi propagandeada com o objetivo dos dois países reerguerem o Mercosul. Lula exortou as grandes qualidades da cooperação regional, chegando a propor um Parlamento do Mercosul e unificação das moedas. O PT acredita que por essa via poderá o Brasil ter condições para negociar a Alca com os Estados Unidos numa posição de força. Pura ilusão. Mas o fundamental da visita está em que Duhalde se aproveita do governo petista para se fortalecer internamente contra o combate das massas famintas. Duhalde é um dos responsáveis pela aplicação dos planos do imperialismo, quebra da Argentina e fome dos trabalhadores.

O artigo demonstra que Lula assumiu a continuidade da política de Fernando Henrique Cardoso. O POR, seguindo a tática de ajudar os explorados a superar as ilusões no caudilho Lula, faz a seguinte campanha: Que o governo Lula rompa imediatamente com a Alca. Que cesse imediatamente o pagamento da dívida externa. Que anule o acordo de entrega da Base de Alcântara. Que assim defenda a independência nacional, não descarregue a crise sobre as massas e atenda as reivindicações dos explorados, de emprego, salário e terra aos camponeses. Que as organizações sindicais e populares formem comitês, convoquem manifestações de rua por essas bandeiras. Combater a guerra dos EUA contra o Iraque. Pela autodeterminação dos povos (direito do Iraque se armar). Contra as resoluções intervencionistas da ONU. Organizar a luta anti-imperialista.

Massas 255 – 3 a 17 de março de 2003

60 dias do governo PT/Lula

O fato do governo PT/Lula ter mantido integralmente a política de FHC surpreendeu tanto os partidos da burguesia quanto seus aliados. A base militante do PT e suas correntes internas foram os que mais ficaram perplexos. Setores da burguesia achavam que o PT manteria alguns aspectos do Plano FHC, mas que operaria mudanças. A população que o apoiou tinha esperança de que o governo mudaria o rumo da administração econômica e social. A base militante esperava o afastamento dos partidos oficialistas e o início da aplicação de medidas populares. Sobre tudo as esquerdas, por alimentarem ilusões de-mocrático-eleitorais no reformismo, não poderiam compreender que na época de desintegração do capitalismo um governo reformista logo se transforma em pró-imperialista ou então o populismo abre uma

tremenda crise política no poder do Estado. Em resposta à prematura desilusão da militância e de parcela da população trabalhadora, o PT/Lula e a burocracia sindical petista pedem calma e colaboração, explicando que o governo está no começo e que se trata de um período de transição. Fundamenta sua conduta dirigida a proteger os credores e monopólios com o fato de ter recebido um orçamento comprometido. Chega a usar a expressão “herança maldita”. Assinala, portanto, que continuará descarregando a crise capitalista sobre as massas oprimidas. E que as mudanças em favor dos famintos ficarão para o futuro. Anuncia inclusive que gradualmente cumprirá sua promessa de criar 10 milhões de empregos, erradicar a fome, garantir a todo o brasileiro 3 refeições ao dia e fazer a reforma agrária. O caminho trilhado nesses

60 dias de governo, no entanto, evidencia que o PT/Lula se dirige para o grande capital contra a vida dos explorados. Ninguém de sã consciência pode admitir o argumento de que o governo apenas começou e que não se deve contestá-lo.

1. As primeiras medidas indicaram a característica do governo do PT. Encarnou os interesses do grande capital. Seu ponto de partida: cumprir os contratos e acordos contraídos no governo FHC. Essa definição, por si só, colocou o PT/Lula no centro de interesse e poder do capital financeiro. Iniciou o governo como refém da dívida externa e das diretrizes da burguesia internacional. O pacto pré-eleitoral assumido por Lula de que não provocaria nenhuma ruptura na ordem constituída condicionou logo de início seu governo e determinou seu rumo. Por cima do governo petista, está o pacto pró-imperialista. Fazem parte dele não só os acordos e contratos, mas também a “herança maldita”. O governo FHC, as frações mais poderosas do capital nacional e os credores imperialistas exigiram que o PT/Lula assumisse a condução do país tal como estava e prosseguisse com a política econômica de “estabilidade” ao grande capital.

2. Para se cumprir o pacto pró-imperialista, o PT /Lula teve de montar os ministérios e postos-chaves de administração com homens que expressassem as diretrizes do capital financeiro. Os dois petistas que ocupam os ministérios do Planejamento e da Fazenda, Guido Mantega e Antônio Palocci, se mostraram completamente convertidos ao princípio da “estabilização” da era FHC. A indicação de Henrique Meirelles para o Banco Central, comprovadamente um homem do capital internacional, foi feita a dedo pelos banqueiros. Os demais ministérios negociados com os aliados burgueses e com a esquerda petista estão à mercê dos ministérios do Planejamento e da Fazenda, bem como da política financeira controlada por Meirelles. A “Carta aos Brasileiros”, na qual o PT expôs formalmente seu compromisso de cumprir as determinações do grande capital, tem servido de guia para o Ministro da Fazenda. Ela constitui a essência do programa de governo e a estrutura ministerial corresponde a sua aplicação.

3. A “estabilidade” pró-imperialista depende não só do cumprimento dos acordos, mas também do controle do governo PT/Lula sobre os sindicatos. Desde as disputas eleitorais, Lula caracterizou seu governo de “pacto social”. Um governo que seria de “negociação” com todas as forças da “sociedade civil”. A política de pacto social é da burguesia. Nasce com ela, se dirige aos sindicatos e partidos oposicionistas e serve a ela. A burguesia só a coloca em situação de grave crise. Objetiva evitar os confrontos de classe e impor às massas oprimidas a renúncia de suas reivindicações. Via de regra oferece em troca a democracia dos exploradores e quando muito algumas migalhas. O programa de qualquer pacto social é de aceitação de mais sacrifícios aos explorados, trégua ao governo, adiamento das reivindicações e compromisso com a “estabilidade” democrática. É um programa oposto às necessidades das massas famintas e à luta de classes. Um governo de pacto social se apoia em todas as classes, fundamentalmente no proletariado e no grande capital. Aplica suas medidas para atender as necessidades do capital e conta com a paralisia da classe operária por intermédio das direções sindicais que praticam a conciliação de classe. Ao assumir o país em crise e com ela os acordos impostos pelo capital financeiro, o governo PT/Lula colocou-se por debaixo de um pacto pró-imperialista e para cumpri-lo necessita do pacto social.

4. A vitória de Lula articulada por uma frente burguesa e apoiada na fração mais poderosa dos sindicatos (CUT) carregou em seu interior o embrião do pacto social. Setores do capital se aliaram a setores do sindicalismo para constituírem o novo governo. Para dar continuidade a essa aliança de capitalistas com a burocracia sindical reformista e para incorporar setores que ficaram fora da aliança elei-

toral, como a Força Sindical e outros opositores, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A intenção é de ter um organismo do Estado que possibilite as negociações e o pacto social, cujo resultado deve ser encaminhado ao Executivo e deste ao Legislativo. A grande maioria é constituída de empresários, banqueiros, supermercadistas e latifundiários, e de acólitos ditos representantes da “sociedade civil”. A aceitação da CUT, MST e UNE é consequência da aliança eleitoral de frações burguesas com a burocracia sindical em torno do PT/Lula. Inicialmente, tratava-se da vitória eleitoral; agora trata-se da governabilidade. A ideia de que pela primeira vez se tem um governo que incorpora as correntes sindicais nas discussões e plano de governo justifica a continuidade do pacto e a aceitação de medidas contrárias ao desenvolvimento econômico e à vida das massas. O pacto não precisa ser formalizado com os sindicatos, que terão como canal de “negociação” o Conselho. Espera-se que as forças de sustentação do governo PT/Lula, entre as quais estão os sindicatos reformistas, exerçam pressão aos setores oposicionistas dos partidos derrotados. Esses deverão ser trazidos para a “negociação”.

5. A governabilidade depende também de acordos com os partidos da aliança do ex-presidente FHC (PSDB, PFL e PMDB). As negociações abarcaram desde postos administrativos até o Congresso Nacional. A reabilitação do oligarca José Sarney, eleito presidente do Senado, serviu de ponto de apoio inicial para o governo PT/Lula assegurar o trâmite legislativo. Espera-se atenuar as resistências corporativas abrigadas nos três maiores partidos da burguesia. A ideia original do PT de ter um governo que representasse uma “nova hegemonia de forças progressistas” e derrota da “velha hegemonia conservadora” se mostrou inviável. A estrutura oligárquica do Estado não modifica em nada com eleições e substituição de governo. Não é a estrutura oligárquica que se adaptará ao novo governo mas é o novo governo que se submeterá à velha estrutura oligárquica. Trata-se da continuidade histórica do Estado burguês. Essa estrutura corresponde à formação e desenvolvimento do capitalismo semicolonial e sua correspondente burguesia. O governo que se pretendia de mudanças logo se depara com as forças dominantes no interior do Estado, incluindo as Forças Armadas, e exteriormente aos condicionamentos do capital internacional. Somente uma revolução social, encabeçada pelo proletariado, pode destruir a máquina oligárquica do Estado e romper os seus laços com o imperialismo. O PT é antagônico às transformações históricas. Por isso, está obrigado a se oligarquizar cada vez mais no aparelho estatal.

6. O pacto da reforma da Previdência com os governadores comparece como mais uma peça da governabilidade. Cada membro desse da federação controla uma parcela da bancada parlamentar. Os governadores, via de regra, ditam aos deputados e senadores a conduta no Congresso. Essa dependência é um dos poderosos elos da cadeia oligárquica que compõe o Estado burguês. Os mais diversos interesses regionais da burguesia se manifestam em conflitos no interior do Estado. Vão sendo tocados para frente por meio de concessões. O volume da crise obrigou FHC a centralizar com mão-de-ferro os Estados e Municípios. Trataram-se de medidas que restringiam a já escassa autonomia. Controlam os gastos e orçamento dos Estados e Municípios e impõem critério de pagamento de suas dívidas. A política financeira, condicionada pela dívida pública, exige uma disciplina centralizadora. O governo petista, para concretizar o pacto pró-imperialista, se vê na condição de manter a todo o custo a centralização, que se expressa de forma mais acabada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Dada a situação da crise e de quebra latente do tesouro da União, o PT/Lula tem de implementar a reforma fiscal, que limita ainda mais a capacidade de recolhimento de impostos pelos Estados. Com a reforma da Previdência em andamento, houve um primeiro pacto - “Carta de Brasília” - entre o governo federal e os Estados. Significa uma po-

derosa pressão oligárquica sobre o Congresso. A reforma fiscal para caminhar dependerá do mesmo método da reunião de Brasília.

7. O pacto pró-imperialista assenta-se em um conjunto de ações. São elas: manutenção da pesada carga tributária de mais de 36% do PIB, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da atração de capital externo por meio de altas taxas de juros, de arrocho sobre o funcionalismo e de manutenção do salário mínimo de fome. Essas ações são acompanhadas de reformas que ficaram pendentes no governo FHC, como a Previdenciária, Fiscal e Trabalhista. Todas elas atingem a vida das massas. Aguarda-se como resultado a sustentação e elevação do superávit primário, necessário para cumprir os acordos e contratos. A contenção orçamentária, que acaba de ser aprovada, golpeia o investimento do Estado e serve à meta do superávit primário. Mediante o jogo dos especuladores, o governo PT/Lula eleva ainda mais a exorbitante taxa de juros, alimentando o parasitismo do capital financeiro. A promessa de reduzir o endividamento com tais medidas, para em seguida retomar o desenvolvimento dito “sustentável” não tem o menor cabimento. Resultarão em pressões recessivas e fortalecimento dos negócios parasitários. O governo Lula começa contrariando o pressuposto de uma política de “desenvolvimento econômico conjugado com desenvolvimento social”. Por essa via, se deprimirá a economia, avultará o desemprego e ampliará a fome.

8. O programa “Fome Zero” é um componente do pacto financeiro pró-imperialista e do pacto social. Não passa do mais mesquinho assistencialismo burguês. Foi arquitetado para dar uma feição “humana” a um governo comprometido com a brutal opressão nacional e social exercida pelos monopólios. Por detrás do Fome Zero estão as mais influentes instituições internacionais do imperialismo, como o Banco Mundial, Banco Interamericano, FAO e OIT. Regendo-as está o FMI. O programa lulista de fim da fome acabou sendo incluído como parte do receituário dos banqueiros. Não se distingue do “Comunidade Solidária” de FHC a não ser pelo maior vulto propagandista do lema. É esperado que a aplicação de medidas que estrangulam a economia eleve a crise social. O Fome Zero servirá como bandeira distracionista e de instrumento para a burocracia sindical defender o pacto social. As Igrejas, ONGs e associações terão mais um meio para iludir os explorados. As promessas que levaram as massas a eleger o governo não serão cumpridas. Em seu lugar, o governo do PT/Lula apresenta a caricatura de um programa de extinção da fome. A manutenção do salário mínimo de miséria expõe o verdadeiro sentido demagógico do Fome Zero.

9. O reformismo apregoou no passado a defesa da soberania nacional. Criticou o neoliberalismo de FHC por comprometê-la. No entanto, mostra-se incapaz de traçar uma política independente do capital internacional e de rechaçar a opressão nacional. O PT chega ao poder do Estado em uma situação de ofensiva bélica dos Estados Unidos e seus aliados. A expansão colonialista da maior potência a obriga quebrar qualquer resistência nacionalista pela via das armas. É o que explica a iminente guerra contra o Iraque. A estratégia norte-americana de domínio mais amplo do Oriente Médio, estendendo-o para a Ásia como um todo, tem provocado a divisão interimperialista. Estados Unidos e Inglaterra de um lado, França e Alemanha do outro. A bandeira do governo brasileiro de desarmamento “pacífico” do Iraque ou então da guerra como último recurso, aprovada pela ONU, alinha o Brasil por detrás do bloco imperialista França/Alema-

nha. Portanto, não há a defesa incondicional da autodeterminação do Iraque. O governo brasileiro não se coloca do lado do Iraque contra o imperialismo norte-americano e o europeu. Sem se defender a autodeterminação incondicional dos povos oprimidos não há como combater em favor da soberania nacional. O mesmo problema aparece de forma diferente diante da estratégia dos Estados Unidos para a América Latina. O PT/Lula dá sequência às negociações da Alca com o mesmo argumento de que é um governo negociador. Esboçou um tímido apoio ao governo Hugo Chávez da Venezuela, que se encontrava ameaçado por um golpe apoiado pelos Estados Unidos. Rapidamente retrocedeu frente às pressões de Bush. O governo da Colômbia, Álvaro Uribe, levanta a voz contra o governo brasileiro acusando-o de não condenar as FARC como terroristas. Acuado, o PT/Lula se coloca na condição de mediador para se pôr fim à guerrilha. O que só pode significar triunfo do Estado burguês e do imperialismo. Tudo isso indica que o governo reformista é impotente frente às pressões do imperialismo e incapaz de ter uma política externa independente.

10. A tarefa colocada é de ajudar as massas a superar suas ilusões no governo do PT/Lula. Começa pela defesa intransigente das reivindicações dos explorados frente à burguesia e o governo. É preciso rechaçar o pacto pró-imperialista e o pacto social. Não pagar as dívidas interna e externa e denunciar todos os acordos e contratos com o grande capital. Dirigir-se ao movimento operário e camponês com a bandeira de independência das organizações frente ao Estado, ao governo reformista e aos partidos da burguesia. Exigir a não participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e denunciar as direções sindicais que se integram no aparelho estatal. Defender que as organizações de massa exijam do governo PT/Lula o cumprimento imediato das promessas de 10 milhões de empregos, erradicação da fome, três refeições ao dia a todos os explorados e reforma agrária. Denunciar o compromisso do governo com os parasitas do Estado – parlamentares,

juizes, altas patentes militares e burocratas do executivo – que recebem altíssimos salários e se valem de toda sorte de privilégios. Levantar as reivindicações de escala móvel das horas de trabalho contra o desemprego; de escala móvel de reajuste diante do processo inflacionário; reposição das perdas salariais e salário mínimo real calculado pelas organizações operárias. Lutar pelo fim das privatizações e pela recuperação das estatais sob o controle coletivo operário da produção. Exigir do governo Lula a condenação da guerra dos Estados Unidos e defesa incondicional do Iraque. Colocar a ruptura imediata do Brasil com a Alca. Combater as reformas pró-imperialistas e antipopulares. Organizar a luta dos empregados e desempregados, dos operários e dos camponeses, da classe média oprimida urbana e da juventude por suas reivindicações e sob o método da ação direta. Trabalhar pela constituição da frente única antiimperialista. Esse é o ponto de partida para enfrentar a situação que se abre sob o governo PT/Lula. A construção do partido revolucionário ganhará força ajudando os explorados a se emanciparem da política burguesa e assumirem por conta própria as tarefas de defesa da vida contra a exploração capitalista, de defesa das necessidades dos camponeses contra os latifundiários e de defesa da economia nacional contra o saque imperialista. Por esse caminho, será possível avançar a luta em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias.



4 MASSAS

ORGÃO DE DEFESA DA REVOLUÇÃO E DA LUTA PROLETÁRIA
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PARA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ABRIL 2001 - Nº 200 - 150 R\$ A 11 DE MARÇO DE 2001 - Nº 199

**Que o governo Lula imediatamente rompa com a Alca
Que cesse imediatamente o pagamento da dívida externa
Que anule o acordo de entrega da Base de Alcântara
Que assim defenda a independência nacional, não descarregue
a crise sobre as massas e atenda as reivindicações dos
explorados, de emprego e salário e terra aos camponeses
Que as organizações sindicais e populares formem comitês,
convoquem manifestações de rua por essas bandeiras**

Os 60 dias do governo Lula

Combater a guerra dos EUA contra o Iraque
Pela Autodeterminação dos povos (direito do Iraque se armar)
Contra as resoluções intervencionistas da ONU
Organizar a luta antiimperialista

Luta de massas na Bolívia derrota imposto

O artigo refere-se ao início de um processo contra parlamentares petistas que se opuseram à Reforma da Previdência. A expulsão será confirmada mais tarde. E acaba por ser um fator que levará à formação do PSol.

Massas 260 – 19 de maio a 2 de junho de 2003

A Crise no PT

A abertura de processo de expulsão de Heloísa Helena, João Batista e Luciana Genro culminou com um abaixo-assinado de senadores petistas para se evitar esse procedimento, que levou o líder da bancada Tião Viana e o presidente do PT José Genuíno a ameaçarem renúncia do cargo e, finalmente, a retirada do abaixo-assinado.

O descontentamento com a reforma da Previdência cresceu entre os parlamentares petistas diante do fato do governo Lula se submeter a um acordo com os governadores, que exigiram taxação dos aposentados e ampliação da idade mínima para se aposentar. Os protestos estiveram limitados aos três opositores enquanto havia esperança de que nos bastidores seriam negociados os dois pontos. Mas com a negociação de Lula com os governadores e a indicação de que o governo passou a depender diretamente das oligarquias regionais para administrar as reformas do FMI, os parlamentares petistas não viram outra função senão votar o combinado os governadores, sem que pudessem ter qualquer influência.

A reclamação da ala mais fisiológica do bloco de esquerda interna ao PT, a Articulação de Esquerda, Democracia Socialista e Força Socialista, é de que não tem havido diálogo entre a bancada e o governo. Os chamados seminários e a presença de Lula com seus ministros em um encontro com os parlamentares petistas não passaram de formalidades. As decisões partidárias são tomadas pela cúpula, comanda por José Dirceu e José Genoíno. Os parlamentares se transformaram em vacas de presépio da “base governista”.

Essa situação corresponde à nova relação que o PT passou a ter com o Estado. Antes, como oposição, as correntes e seus respectivos parlamentares formulavam uma posição de mais ou menos consenso. Todos seguiam a linha majoritária da “oposição propositiva”, que permitia as diferenças de grau, de circunstância e toda sorte de demagogia. Agora, tendo o Estado para governar, o Partido tem de seguir à risca as negociações de cúpula levada a cabo pelo núcleo fechado que sempre mandou no PT. Esse núcleo depende, por sua vez, das forças oligárquicas dos grandes partidos, governadores, entidades patronais (CNI, FIESP, etc.) e grandes corporações (industrial, financeira, latifundiária).

Estando com o encargo governamental, o PT se vinculou diretamente ao grande capital nacional e internacional. Dessa forma, as correntes de esquerda minoritárias tiveram sua margem de manobra quase que

eliminada. Têm de se adaptar à nova situação, que significa seguir o ditame da política econômica do capital financeiro. Todo seu trabalho de levar o PT ao poder do Estado, iludindo e se iludindo na possibilidade de um governo de reformas nacionais e populares, terminou por clarear definitivamente seu lugar de oposicionismo burguês esquerdista.

As diversas correntes internas constituíram-se na ala esquerda do reformismo. Na presente conjuntura de reformas pró-imperialistas e de continuismo do governo FHC, veem-se exasperadas. Não têm como aderir totalmente à Articulação/governo, não podem modificar o curso da governabilidade e comparecem como responsáveis pela política pró-grande capital. Trata-se do impasse do reformismo diante do capitalismo putrefato, das exigências do capital monopolista e da impossibilidade de afastar do real comando do Estado a oligarquia.

As ilusões democráticas da possibilidade de se eleger um governo “democrático e popular”, sustentado por “uma aliança democrático e popular”, se mostraram sonho da pequena burguesia esquerdizante, que teme a revolução proletária e luta contra essa via. Enfim, o PT está onde queria chegar, tendo à frente o caudilho operário que se aburguesou, e é obrigado a cumprir os desígnios do grande capital.

A crise que se abriu no PT é uma crise no seio da política reformista, entre correntes e parlamentares que mascararam o curso histórico do PT, lutando contra a formação do Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskista. Essas correntes ajudaram a Articulação a expulsar outras correntes de esquerda, agora estão colhendo o que plantaram. Ou se adaptam ou serão expulsas. O que vigora não é o centralismo democrático leninista, que tanto foi espezinhado, difamado e combatido, mas sim o centralismo do Estado burguês. Esse centralismo corresponde à ditadura de classe da burguesia.

Não há que mascarar esse fenômeno, como está fazendo o PSTU com seu chamado à esquerda reformista a constituir um novo partido socialista - na verdade, de esquerda eleitoral. Uma parcela das bases dessas correntes poderá vir a militar por um partido revolucionário, mas somente se enfrentar o crivo sincero da crítica e autocrítica marxista. O POR luta para que seja esse o caminho, sabendo de antemão que terá de enfrentar o obstáculo do centrismo esquerdista do PSTU. Não se furtará a se colocar diante, inclusive, da proposta do novo partido, considerando a necessidade de pôr em pé um partido proletário, internacionalista, marxista-leninista-trotskista.

Não precisou muito tempo para que Lula confirmasse definitivamente que seu governo se apoiava no grande capital. O POR denuncia: 6 meses do governo Lula. Já disse a que veio: cumprir os compromissos com o FMI; continuar e aprofundar as reformas neoliberais; anular os sindicatos como instrumento de luta; descarregar a crise sobre os assalariados; proteger os lucros dos capitalistas.

Impulsionar as lutas das massas por suas reivindicações, contra o governo do PT/Lula

Massas 263 – 1 a 13 de julho de 2003

Seis meses do governo PT/Lula

Fizemos o balanço dos três primeiros meses do governo PT/Lula demonstrando que este não poderia traçar uma política econômica e social independente do capital financeiro internacional (imperialismo) e do grande capital nacional. Em pouco tempo, ficou demonstrado que os dirigentes do partido, tendo à frente Lula, estabeleceram um compromisso de poder com o imperialismo no período de disputa eleitoral. Seu resultado foi publicado na “Carta aos Brasileiros”, editada próxima ao dia da votação, em que se configurava a possibilidade de vitória eleitoral, faltando apenas a aceitação dos credores

das dívidas interna e externa e de algumas personagens centrais da oligarquia brasileira.

O PT poderia chegar à presidência da República, apoiado numa frágil coligação com o PL, mas teria de se adaptar à forma do governo oligárquico burguês, que tem caracterizado a formação histórica do Estado semicolonial. Nas condições do momento, significava não provocar nenhuma ruptura com o governo FHC. Por meio desse governo, a burguesia nacional havia chegado a um dos pontos mais altos de submissão do País à orientação econômico-financeira ditada pelo

imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos, e cujo marco maior foi o “Consenso de Washington”.

As negociações para “estabilizar” a tumultuada conjuntura econômica após a derrocada da ditadura militar (e que chegou ao auge da crise no governo José Sarney, com o fracasso de vários Planos anti-inflacionários, desembocando na impossibilidade do governo Collor) concluíram com o Plano FHC, baseado nas diretrizes do “Consenso de Washington”. A diferença do Plano Real em relação aos anteriores (Cruzado, Bresser, Verão, etc.) estava justamente no fato de acatar todas as exigências comandadas pelo capital financeiro internacional e pelas multinacionais.

A estabilidade inflacionária obtida se deu às custas do vultoso crescimento das dívidas, da abertura do mercado, quebras econômicas, desestatização, desnacionalização de setores-chaves, crescimento do desemprego e queda da massa salarial. O intervencionismo do FMI no governo chegou ao ponto de controlar o manejo da política monetária por intermédio do Banco Central, presidido por representantes do capital financeiro indicados pelo imperialismo.

É importante retomar essa sintética descrição do entreguismo pró-imperialista de FHC para não se perder de vista que esse governo passou a condução do Estado ao PT nas condições de bancarrota econômica e financeira, crise social crescente e liquidação da restrita soberania nacional.

Apenas para cumprir o papel de um governo burguês de defesa nacional, o PT teria de enfrentar esses três grandes problemas: aplicar uma política de desenvolvimento; realizar reformas populares e defender a soberania frente à opressão imperialista. Pelo fato do Brasil ser um país economicamente atrasado e condicionado pelo poder mundial do imperialismo, um governo que se dispusesse a rechaçar o saque imperialista e concentrar os recursos do Estado para o desenvolvimento interno se caracterizaria como nacionalista. A burguesia semicolonial teria de estar unida e disposta a defender seus capitais, as fontes de matérias-primas e os recursos humanos (exploração do trabalho).

Mas ocorre justamente o contrário. As premissas de um governo “democrático e popular” de caráter nacional-reformista não correspondem às tendências objetivas da burguesia brasileira, que se encontra profundamente entrelaçada ao capital imperialista e que não tem como agir de forma independente. Não por acaso, o governo FHC foi constituído por uma ampla aliança pró-imperialista (PSDB, PFL, PMDB, etc.) jamais ocorrida na história política do Brasil. As frações oligárquicas do capital nacional foram centralizadas por um governo títere do capital financeiro internacional.

No final do segundo mandato de FHC, já estavam evidenciadas as graves consequências do plano de reformas neoliberais. A aliança se rompeu e possibilitou a vitória do PT. A ascensão do governo petista não se deveu apenas ao descontentamento popular, mas também à ruptura da unidade burguesa que sustentou a aliança FHC.

Setores da burguesia esperavam que o PT mantivesse os compromissos internacionais, mas que introduzisse mudanças na política econômica favoráveis à economia interna. As massas iludidas com os anunciados objetivos de desenvolvimento, emprego, fim da fome e reformas pacíficas no campo viram no PT a alternativa governamental.

Entretanto, o novo governo assumiu logo nos primeiros meses a continuidade plena das reformas de FHC e a orientação de política econômica do capital imperialista. A cúpula dirigente do PT compreendeu que não poderia ter uma política e condução ambígua do Estado perante os credores, e os ditames das potências. Segundo o Presidente da República, o acatamento de violentas medidas foi necessário para evitar uma ação do mercado financeiro (credores, investidores, etc.) que levasse à quebra do país, como foi o caso da Argentina.

O governo se colocou por seguir rigorosamente as metas do FMI,

de forma que os saqueadores não movimentassem seus capitais no sentido de expor a falência financeira e provocar uma situação de quebra. O problema imediato do novo governo era o de não permitir uma bancarrota imediata. O que o colocaria numa situação de possível ingovernabilidade. O governo PT/Lula não teve outra alternativa senão acatar os ditames dos banqueiros, especuladores e saqueadores. Atestou assim que o novo governo nasceu sem autonomia e refém das diretrizes pró-imperialistas.

O início do governo

No balanço de três meses, fizemos uma descrição e análise detalhada de cada aspecto de composição de forças, administrativo e de política econômica. Cabe aqui retomar apenas a essência.

O início do governo se caracterizou por orientar o Estado a proteger os interesses do capital imperialista e dos banqueiros nacionais. Em relação ao conjunto da burguesia, fixou a posição de um governo de defesa do capitalismo. Direcionou sua ação para obter a mais ampla possível coligação com setores da oligarquia. Reconheceu a necessidade de atrair partidos e frações de partidos que historicamente comandaram o poder do Estado.

O problema estava em não configurar uma ruptura nas relações de poder, embora o PT tenha se constituído sobre a ideia de afastar a velha oligarquia parasitária e estabelecer o que se denominou um novo bloco de poder. Uma vez tendo de formar um governo nascido da oposição à coligação dos partidos que dirigem, de fato, o domínio capitalista sobre o país, se viu incapacitado para enfrentá-los e cumprir o objetivo elementar de quebrar a influência das frações oligárquicas que representam os interesses do grande capital industrial, financeiro e latifundiário. Frações que têm profundos compromissos com o capital imperialista.

Isso explica a impotência do governo petista, que foi obrigado a rever posições anteriores e a reconhecer que suas intenções reformistas e populistas não poderiam ser colocadas em prática. Toda sua trajetória de oposição parlamentar e de pregação de reformas “democráticas e populares” foi cirurgicamente extirpada.

Evitou expor a situação de quebra e toda sorte de bandalheira deixada pelo governo FHC. Admitiu a transição de governo como continuísmo governamental. Significou não mexer na estrutura de poder estabelecida.

O imperialismo exigiu que o governo PT/Lula se assentasse sobre esse poder, para que as diretrizes econômico-financeiras também pudessem ter continuidade. O governo FHC não poderia sofrer nenhuma devassa quanto à sangria do país, não mexer nos canais de corrupção e, portanto, assumir para si toda obra e resultados anteriores. Essa foi a base política inicial para constituir o governo e estabelecer a linha de continuidade dos acordos com os credores e de aplicação das reformas neoliberais.

O lançamento do programa “Fome Zero” serviu de meio distracionista e de máscara para o plano de choque antinacional e antipopular assumido pelo governo. O que parecia ser a grande inovação do “governo democrático e popular” não passava do mesmo recurso assistencialista utilizado por FHC/FMI/BIRD, com o seu programa “Comunidade Solidária”, “Bolsa Escola”, “Renda Mínima” etc. Ficou evidente que a face humanitária do PT e de seus aliados clericais foi confeccionada de acordo com as previsões dos ataques às conquistas sociais e como um atentado à vida da maioria oprimida. A violência da continuidade das reformas teria e terá de ser compensada com programas que amortecem a revolta dos famintos.

A linha das reformas pró-imperialistas

O ponto central da governabilidade está em como sustentar o pe-

sado endividamento externo e interno e como manter em dia o pagamento da vultuosa soma de juros e amortizações. Toda e qualquer ação do governo parte da estrutura de endividamento e dos condicionamentos que o imperialismo impõe ao país a partir da relação credor/devedor.

O PT começou por admitir o aumento do superávit primário, que é o excedente financeiro destinado aos compromissos da dívida. Não há quem não admita que a meta fixada pelo FMI sufoca a economia. No entanto, tem de ser cumprida a ferro e a fogo.

FHC deixou na sequência das reformas neoliberais a Reforma da Previdência dos servidores públicos, a Tributária e Trabalhista. O PT adotou o mesmo calendário, procurando ser mais contundente na previdenciária, aproveitando-se do fato ser um governo vindo do oposicionismo, ter a seu favor as ilusões dos explorados e contar com o controle da burocracia sindical sobre os organismos das massas.

Um dos maiores crimes do PT é o de responsabilizar os explorados pela falência da Previdência e esconder a tremenda corrupção e sonegação provocadas por governos anteriores e por poderosos grupos capitalistas. A Previdência tem sido apontada como um dos principais fatores de quebra do orçamento estatal, acobertando-se o saque imperialista e a dilapidação de recursos públicos pelo grande capital parasitário.

A Reforma Tributária é uma luta intestina no seio da burguesia, que também está condicionada pela carga de arrecadação a ser destinada à sustentação das dívidas. As consequências nefastas continuarão a recair sobre os assalariados e camponeses pobres.

A Reforma Trabalhista, que já tramita, tem por fundamento legalizar e avançar a destruição de direitos trabalhistas. Destruição essa imposta por meio de acordos feitos entre a burocracia sindical e os grandes empresários.

O fundamental é que o PT assumiu a causa dos saqueadores e direcionou a ação governamental contra a vida da maioria.

A crise interna no PT

Ao assumir plenamente os interesses do grande capital e estabelecer uma política de aproximação com a velha oligarquia dominante, aflorou a divergência de um pequeno grupo de parlamentares vinculados às correntes de esquerda interna ao partido.

A direção do PT aplicou o centralismo burocrático. Podem divergir em palavras, mas têm de votar os projetos do governo. Projetos esses que não vêm da linha anterior do partido, mas do acordo com o imperialismo que antecedeu pouco antes das eleições (“Carta aos Brasileiros”) e dos acordos pré-estabelecidos por cima do PT com os demais partidos, governadores etc.

A esquerda petista, sem dúvida, está adaptada ao reformismo pró-capitalista e é responsável pelo PT pró-imperialista. Teve total consciência e conivência com a “Carta aos Brasileiros”. Nenhuma das correntes e parlamentares esquerdistas denunciaram o acordo com o imperialismo, caracterizaram-no como traição e se colocaram pelo rompimento com o PT. No entanto, não podem assumir plenamente essa responsabilidade. Contestam aspectos das Reformas, procurando expressar mais o descontentamento de suas bases eleitorais do que um posicionamento de combate às medidas pró-imperialistas.

Um outro grupo de parlamentares, mais ligado aos postos estatais e ao fisiologismo, identificados principalmente pela Força Socialista, tem procurado se distinguir pela defesa de uma política de desenvolvimento econômico, seguindo o descontentamento de setores do capital industrial e comercial, que reclamam das altas taxas de juros, da pesada carga tributária e dos perigos da recessão.

Abriu-se assim um primeiro foco de crise interna ao partido. Em resposta, está em andamento o processo de expulsão de alguns parla-

mentares esquerdistas e assimilação dos fisiológicos descontentes.

O despontar da crise

Seis meses é pouco tempo para um governo de quatro anos. Está apenas começando, como diz Lula frente às cobranças e críticas, que tanto vêm da direita quanto da esquerda parlamentar. No entanto, a situação de crise econômica, que vem se avolumando desde o segundo mandato de FHC, indica que os seis meses são suficientes para se verificar os fundamentos da política econômica do governo e seus efeitos.

As medidas tributárias, de contenção orçamentária, de arrocho salarial e de incentivo ao desemprego expuseram o conteúdo antinacional e antipopular da política econômica acordada com o FMI. Esse resultado contrasta com a manutenção dos altos ganhos dos banqueiros e a sangria do endividamento. Rapidamente, a situação objetiva de impasses na economia se manifesta frente ao governo na forma da divisão interburguesa e pressões das mais variadas frações do capital. As divergências em torno da taxa de juros administrada pelo Banco Central são reflexos de interesses distintos, ainda que complementares, entre industriais, comerciantes e banqueiros. São contradições internas à própria burguesia.

O governo, pressionado, promete breve mudança em favor do crescimento econômico.

A reação dos militares à Reforma da Previdência foi contornada, separando-os do conjunto do funcionalismo. Mas permanece o conflito com a alta cúpula do judiciário. Por debaixo, a contestação do funcionalismo contra a Reforma da Previdência desembocou numa manifestação de massa em Brasília e ameaça de greve. O movimento, mesmo combatido pela direção da CUT, se mostra resistente.

O mais grave da crise está na dificuldade do governo dar resposta às reivindicações dos camponeses sem-terra. O MST não tem como aguardar indefinidamente solução sob sol e fome. Seis meses é tempo demais para as milhares de famílias acampadas. A retomada das ocupações se tornou inevitável, embora o Ministério do Desenvolvimento Agrário esteja nas mãos de uma ala da esquerda reformista e a maior parte dos postos do Incra tenha sido distribuída entre a Igreja e ativistas do MST.

A tentativa de incorporá-los no poder do Estado, para se obter controle do movimento e administrar as ocupações de terra, não pôde evitar o agravamento do choque entre camponeses e latifundiários. Os fazendeiros retomaram a ofensiva repressiva contra o MST. Desfecharam uma campanha política para que o governo adote a violência estatal contra as ocupações e para substituir o Ministro e funcionários do Incra por representantes ligados aos interesses dos latifundiários.

Esse conjunto de fatores contraditórios e de impossível administração pela via da conciliação, negociação e do pacifismo indica que o governo petista enfrentará prematuramente profundos choques e crises.

Burocracia sindical diante do governo

O 8º congresso da CUT e o 48º congresso da UNE foram de apoio ao governo PT/Lula. A direção majoritária do PT (CUT) e do PCdoB (UNE) traçaram a linha de contestar alguns pontos das reformas neoliberais, mas apoiá-las nos seus fundamentos. Estão de acordo que são necessárias. O que quer dizer na prática apoiar os interesses do capital contra o trabalho.

O congresso metalúrgico do ABC segue essa mesma linha e avança as resoluções da Reforma Sindical adaptada à Reforma Trabalhista em andamento.

O controle do movimento sindical comparece como um dos pilares de governabilidade. É um fator social e político colocado a serviço do governo PT/Lula para enfrentar o jogo de pressão das frações burguesas.

A burocracia atua no sentido de defender a tais das “políticas públicas”, que é por onde pratica o estatismo e se fortalece como elemento de colaboração de classe. Todo o problema está na possibilidade desse governo adiar a crise que já se manifesta, para não ter de enfrentar prematuramente a revolta operária.

O desemprego, o esmagamento salarial e a quebra de direitos trabalhistas vêm acumulando um descontentamento que poderá explodir a qualquer momento, independente do controle da burocracia.

Lutar pela independência do movimento operário e camponês

O combate pela independência de classe dos explorados frente ao

A importância desse artigo está em que demonstra o quanto o governo de Lula se encontra submetido às multinacionais e, particularmente, a burocracia sindical petista como correia de transmissão da política pró-imperialista. O POR faz a campanha de oposição revolucionária com as bandeiras de abaixo as reformas sindical e trabalhista.

Massas 267 – 1 a 15 de setembro de 2003

As multinacionais impõem redução de custos

No final de julho, estiveram no Brasil os representantes das montadoras Volkswagen, Fiat e General Motors, com o objetivo de cortar despesas nas filiais. Duas medidas eram comuns: demitir e repassar o aumento de custo aos preços dos carros.

No caso da Volks, o executivo da matriz alemã (Peter Hartz) trouxe um balanço mostrando que a montadora no Brasil foi “fonte de prejuízo para o grupo”. E que pretende chegar ao “equilíbrio financeiro em 2004”. Após a reunião com Paul Fleming (presidente da Volks no Brasil), ambos se reuniram com Lula para comunicarem que a montadora tem um excedente de mão-de-obra de 4.000 operários. Tinham como proposta a criação de uma empresa “Autovisão”. Esta receberia o “excedente” e “disporia” a recolocá-los no mercado de trabalho.

A decisão da Volks de demitir não foi isolada. O executivo da General Motors alegou também prejuízos e exigiu que a fábrica de São José dos Campos suspendesse o “excedente” de 600 operários por cinco meses (lay-off) e determinasse a redução do salário. Mesmo assim, não garantiu que após os cinco meses todos voltariam à empresa. A orientação da GM em São Caetano foi incentivar as “demissões voluntárias”.

O superintendente mundial da Fiat – Giancarlo Boschetti – também esteve na montadora em Betim. Acusou o “baixo desempenho” da empresa, que, depois da crise da Fiat europeia, passou a ser considerada a melhor do grupo. Exigiu o “ajuste na produção”, que foi materializado, por enquanto, nas férias coletivas fora de período, que comumente se realizam no final do ano.

Capacidade instalada

As montadoras estão com uma capacidade instalada para produzir 3,2 milhões de carro por ano, mas a produção média tem alcançado 1,8 milhão. E, nesse ano, há uma previsão que alcançará no máximo 1,5 milhão. Os estoques acumulados são enormes e as multinacionais demitem, impõem os acordos de flexibilização do trabalho e exigem soluções do governo.

Da parte que lhes cabe, que envolve redução de custos de produção, as montadoras já vêm há muitos anos pondo em prática a redução da jornada com redução salarial, terceirizações, contratos temporários e todas as formas de demissão (“voluntárias” e não voluntárias).

As multinacionais exigem mais empenho do governo PT/Lula, reduzindo impostos, impondo a reforma trabalhista para eliminar direitos e facilitando dinheiro por meio do BNDES.

Ação do governo PT/Lula Acordo entre governo, montadoras e sindicatos

No início de agosto, o Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernan-

do PT tem se colocado há muito tempo e não apenas agora que se tornou governo. O Partido Operário Revolucionário (POR) vem se opondo ao nacional-reformismo, apoiado na tese marxista da impossibilidade de reformas progressistas no capitalismo e a necessidade da revolução proletária. Havia caracterizado o curso do PT, que chegaria à constituição de um governo burguês, incapaz de realizar o nacional desenvolvimentismo e que acabaria por assumir posições pró-imperialistas. Os acontecimentos têm confirmado essa tese.

O que temos pela frente agora é a luta no interior dos movimentos operário, camponês e estudantil pela independência frente ao governo PT/Lula, em defesa das reivindicações dos explorados e pela estratégia da revolução e ditadura proletárias.

do Furlan, instalou o “Fórum de Competitividade” para os setores da indústria. Afirmou que existe um problema estrutural, que é a capacidade de produção maior do que a demanda. Diz que isso está vinculado às dificuldades de créditos e financiamentos e à necessidade do governo firmar acordos bilaterais que “desonerem” as exportações. Reafirmou que o governo continua discutindo com as montadoras e sindicalistas o programa “Modercarga” para aumentar a venda de caminhões. A dificuldade está na proposta de criação de um fundo para garantir crédito ao transportador.

O “Fórum de Competitividade” conta com a participação do governo (Ministros do Planejamento, Desenvolvimento e do Trabalho), BNDES, dos representantes das montadoras, entidades patronais e sindicatos dos trabalhadores. A intenção é estabelecer um pacto entre governo, empresários e sindicatos, com vistas a conter o enorme descontentamento por parte dos trabalhadores diante das medidas de desemprego, redução salarial e precarização do trabalho, impostas pelo setor automotivo.

No dia 5 de agosto, o governo decretou a redução do IPI – Imposto sobre os Produtos Industrializados – dos carros populares e de médio porte. O objetivo é aquecer o mercado consumidor. Esta medida veio após a enorme pressão das montadoras com as ameaças de demissão, férias coletivas, suspensão temporária etc. Até outubro, a redução será de 4% e, em novembro, 3%. Em contrapartida, as multinacionais se comprometeram em não elevar o valor dos carros e não realizar demissões até o final de novembro. O Ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse que o governo reduz o IPI e em troca as montadoras terão de assumir o compromisso de não demitir, não aumentar os preços e manter a margem de lucro.

O acordo do governo com as montadoras dará um prejuízo de R\$342 milhões para os cofres públicos. As montadoras persistiram no propósito de reduzir “custos operacionais”, que implicam demissões. O presidente da Anfavea, Ricardo Carvalho, disse que isso não mudaria a decisão da General Motors de suspender 600 trabalhadores e também não modificaria a decisão da Volks de “transferir” 3.933 operários para o projeto Autovisão.

Também ficou acordado que será criada uma comissão para fiscalizar as consequências da redução do IPI. Dessa comissão, fazem parte os sindicatos.

O setor automobilístico foi o que mais recebeu subsídio do governo

De janeiro a junho, o setor automotivo recebeu mais de R\$700 mi-

lhões em recursos do governo PT/Lula. Teve um crescimento de 106% em comparação ao período de 2002.

Os bancos das montadoras pegam o dinheiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e repassam como financiamento aos consumidores. Ganham o chamado “spread” bancário, ou seja, a diferença entre o custo de captação do dinheiro e o que é cobrado dos interessados. O Banco da DaimlerChrysler pegou nesses seis meses R\$200 milhões. O banco da Volks é um dos grandes tomadores de dinheiro do BNDES. Nesse mesmo período, já pegou R\$360 milhões. Superior ao ano de 2002, que foi de R\$247 milhões. Esse mecanismo de emprestar dinheiro público subsidiado e depois emprestá-lo sob juros maiores, no financiamento de carro, é uma sangria para a economia nacional.

Em pouco mais de um ano, as montadoras conseguiram de FHC e Lula a redução do IPI. Em julho e outubro de 2002, com o mesmo argumento da queda das vendas, o setor conseguiu redução do IPI.

Como respondeu Paul Fleming (presidente da Volks no Brasil)

Fleming disse que recebeu a incumbência de “enxugar 4.000 postos de trabalho das fábricas de São Bernardo e Taubaté”. A proposta é a criação da Autovisão, que já foi apresentada para Lula, Palocci e Furlan. Afirmou que todos eles consideraram o projeto como uma “inovação”. O inglês que dirige a Volks contou vantagens criticando as outras empresas que demitem e não oferecem quase nada como pacote do “desligamento”, a não ser o “programa de demissão voluntária”.

O executivo da multinacional enfatizou que respeitará o acordo até o ano 2006 na Volks de São Bernardo e 2004 em Taubaté. Mas não poderá ficar com os “excedentes”. A Autovisão seria uma empresa para tentar arrumar outro trabalho para os que serão desligados da Volks. Anunciou que a multinacional se dispõe a gastar R\$300 milhões para “enxugar” o excedente de mão-de-obra.

Do ponto de vista dos investimentos, Fleming mostrou que já lançou o Polo sedã, que o Gol foi “reposicionado” e recebeu o aval da matriz para produzir e exportar o projeto 249 (Tupi). Enfatizou que a capacidade produtiva cresceu e que não pode ser usada em função da crise econômica. E que a Volks perdeu posição para outras montadoras e, por isso, necessita cortar custos.

Sobre a redução do IPI, disse que o governo está na direção certa. Porém, os resultados deverão vir com o aumento da vendagem dos carros. Em relação ao projeto Autovisão, reafirmou que o manterá, a despeito da redução do IPI.

Montadoras continuam demitindo

O BNDES facilita o dinheiro para as montadoras e diz que se trata de um plano para incentivar a expansão do emprego no Brasil.

Os dados da própria Anfavea indicam que nos últimos 12 meses houve uma redução de mão-de-obra no setor. Caíram de 94,3 mil para 92,3 mil trabalhadores. Um destruição de 2 mil postos de trabalho. O que significa que as montadoras pegaram mais recursos do governo e, ao invés de ampliar os empregos, cortaram custos de produção, atingindo a força de trabalho.

A destruição de um posto de trabalho nas montadoras significa o desemprego de cerca 7 nas autopeças. Não por acaso, a taxa de desemprego nesses meses de governo Lula vem crescendo. Houve aumento do trabalho informal, do emprego sem carteira assinada e queda no rendimento médio do trabalhador.

O poder das multinacionais

A petulância das montadoras anunciarem destruição de postos de trabalho em massa, manobram descaradamente com projetos do

tipo “Autovisão”, exigirem do Tesouro renúncia fiscal e se utilizarem de bancos de fomento, como o BNDES, expõe o poder ilimitado do capital imperialista no interior da economia e perante o Estado.

A crise de superprodução da indústria automobilística não diz respeito a uma filial, como a do Brasil. Trata-se de um fenômeno mundial. Por sua vez, combina com o conjunto dos fatores da crise internacional do capitalismo. Não só a Fiat demonstra perdas na Europa e anuncia demissão em massa. As montadoras em geral apresentam esse quadro. Quem paga são os trabalhadores com o desemprego, precarização do trabalho e destruição de direitos.

A penetração do capital imperialista nas economias semicoloniais serve, num certo momento, para alimentar as forças produtivas internas, mas pelo seu caráter saqueador e por concentrar a essência da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, nos momentos de crise, constitui fator de profundos desequilíbrios para as economias nacionais. Não só resguardam a liberdade de demitir em massa, transferir suas fábricas, fechar setores etc como implantam um poder próprio perante o Estado, ao ponto de pressionar o governo a subsidiar a crise de superprodução.

A colaboração da burocracia sindical

Esse poder não seria tão vasto se as multinacionais não contassem com a atuação política e social das direções sindicais para contornar a revolta da classe operária, canalizá-la para soluções que aumentam a taxa de exploração sobre o conjunto dos assalariados e mutilam uma parte da força de trabalho pelo desemprego. Não há como o grande capital expressar crises tão brutais sem estimular a luta de classes. Medidas tão violentas de demissão em massa e destruição de conquistas trabalhistas elementares trazem à tona o antagonismo entre o capital e o trabalho.

A burocracia sindical atua para que esse antagonismo se converta em acordos favoráveis aos planos capitalistas. Usam a força do aparato sindical para dividir os operários entre os que ficarão com o emprego e aqueles que o perderão. O raciocínio de que é melhor conservar o emprego da maior parcela e permitir a demissão da menor parcela está no fundo da colaboração de classe e dos acordos assinados, como os das montadoras. Aceitam-se mecanismos como o da “demissão voluntária” e assinam-se acordos de redução salarial, terceirização, suspensão temporária etc. seguidos de demissões.

Diante das tendências de luta e do surgimento de uma vanguarda oposicionista ao peleguismo, as direções corrompidas pelo capital usam de todos os meios para sufocar as manifestações independentes no interior das fábricas e no conjunto do movimento operário. Uma marca essencial para impor o colaboracionismo é a eliminação da liberdade de expressão e militância sindical. Ou seja, maior redução possível da democracia operária. Impede que os oposicionistas defendam seus pontos de vistas e propostas nas assembleias, reuniões, congressos etc. Criam organismos nas fábricas, como o consentimento patronal, para no seu interior ter uma rede de apoio de burocratas, que usam dessa posição política para estar bem com os patrões e garantir sua estabilidade no emprego. Esse aparato é movimentado a favor dos acordos antioperários a cada situação de agudização da crise.

A burocracia vai tão longe no colaboracionismo que convence os trabalhadores de que é dever do sindicato e da classe operária unirem-se ao patronato para obter vantagens do governo para as multinacionais. Exemplo disso são as pressões para reduzir impostos, subsidiar o capital e projetos do tipo “renovação de frota”. Juntamente com o patronato e o governo, a burocracia estimula e participa de Fóruns econômicos, campanhas, conselhos fiscais etc. Essa casta colaboracionista estende seus tentáculos para o interior do Estado, cultiva aproximação amistosa com as diretorias das multinacionais, organiza-se

internacionalmente com o sindicalismo pró-imperialista e conserva o aparato sindical imune ao controle das bases.

Fraqueza e submissão dos governos às multinacionais

Tanto o governo federal quanto os estaduais não têm capacidade para limitar o poder econômico do grande capital. As demissões em massa denunciam a barbárie capitalista e ampliam a crise social. Para os governantes, não é nada positiva a situação em que se colocam conflitos generalizados entre capital e trabalho.

O proletariado tende a se chocar com o Estado e, portanto, com os governos, uma vez que estes se veem pressionados a defender os interesses da classe capitalista. Mostram-se tão submissos ao poder econômico das multinacionais, que não podem agir contrariamente às decisões de suas matrizes de demitir e destruir conquistas trabalhistas.

Os grupos mais poderosos chegam ao ponto de usar o desemprego como meio de chantagear o governo e conseguir favores do Estado.

Sob o governo FHC, acirraram a guerra fiscal, transferindo fábricas de um lado para outro, mostraram que têm total liberdade para explorar as fraquezas da economia nacional, a debilidade da política governamental e a escassa organização do proletariado.

O governo PT/Lula prometeu 10 milhões de novos empregos. Já nos primeiros oito meses de mandato, teve de arcar com mais de 600 mil demissões. E as multinacionais prometem ampliar ainda o exército de desempregados. A reforma trabalhista em andamento é claramente uma peça da reforma neoliberal que atende as necessidades do grande capital, tendo à frente o capital imperialista.

A política revolucionária do proletariado

A descrição e análise acima do poder das multinacionais e do conjunto do grande capital nos mostram o tamanho da tarefa que é a de defender a integridade física e moral da maioria explorada contra a desintegração do capitalismo e a superexploração.

Só uma política revolucionária pode dar conta dela. Revolucionária porque levanta um programa do proletariado contra o grande capital, o Estado e o governo, apoia-se na defesa das reivindicações mais elementares, direciona-se a destruir o sistema capitalista de exploração por meio da luta de classes. Ao contrário da colaboração, a política genuinamente proletária contrapõe as massas exploradas aos exploradores.

Os momentos em que a classe capitalista se vê obrigada a atacar abertamente os empregos e os salários são os mais favoráveis para os trabalhadores vivenciarem a experiência com o colaboracionismo da burocracia traidora e a atuação das direções revolucionárias, que se

constroem no seio da luta.

É com a implantação e o desenvolvimento da política proletária no interior dos movimentos sociais, das fábricas, bairros, escolas etc. que a maioria despolitizada, iludida e controlada pela política pró-patronal, e os trabalhadores construirão direções fiéis e resistentes, apoiadas no programa e no método da luta de classes.

A tarefa de libertar os sindicatos e o movimento operário das direções que compactuam com as multinacionais e o Estado é parte dos objetivos revolucionários. O caminho para isso é defender a todo custo o programa dos explorados em contraposição a cada medida que os capitalistas e o governo lançam contra os trabalhadores.

Reivindicações como emprego a todos, escala móvel das horas de trabalho, defesa dos salários, escala móvel de reajuste salarial, salário mínimo real, controle geral da produção pela classe operária, terra aos camponeses, nada de acordos malditos, fim das reformas neoliberais e combate à opressão imperialista devem ser colocadas em prática de acordo com a situação concreta criada pela crise capitalista e pelas medidas patronais e governamentais.

É fundamental que a tática e a estratégia da política proletária estejam sempre unidas e presentes em cada embate. A luta por um governo operário e camponês, pela ditadura do proletariado, tem de ser trabalhada constantemente a partir das manifestações e das reivindicações, por mais elementares que sejam.

A política que separa as reivindicações elementares da estratégia da revolução proletária, não importando com que argumento seja, leva ao reformismo e ao oportunismo socialdemocrata. Acaba por se sujeitar ao estreito sindicalismo e ao economicismo. Termina como política burocrata sindical. Também não se pode fazer da estratégia uma bandeira desvinculada das lutas concretas, que são o ponto de partida por onde o proletariado vai superando as amarras das direções corrompidas e compreendendo a necessidade das transformações históricas.

É na justa relação entre a plataforma de reivindicações elementares e as tarefas de destruição do capitalismo, que tem por essência a expropriação do grande capital e sua transformação em propriedade social (socialista), é na correspondência e interdependência da tática (meios de luta) e a estratégia (tomada do poder), que se constitui a política revolucionária.

Como é possível trabalhar com essa política no seio dos explorados? Construindo o partido-programa. É o partido revolucionário que permite a ação transformadora do proletariado e o combate a toda variante de política burguesa e pequeno-burguesa. Não há política revolucionária sem o partido revolucionário do proletariado.

Esse número do Massas denuncia os assassinatos de camponeses que lutam pela terra. Evidencia a adaptação do governo petista aos latifundiários. Estampa em sua capa: 28 assassinatos de sem-terra durante o governo do PT/Lula, sem punição. Punição aos assassinos de sem-terra. Fim da medida provisória anti-ocupação.

Massas 268 – 15 a 29 de setembro de 2003

PT/Lula atende aos latifundiários

Na formação do governo, a burguesia teve um ponto especial de resistência. Foi a entrega do Ministério do Desenvolvimento Agrário a Miguel Rosseto, que pertence à corrente Democracia Socialista (DS). Embora petista fisiológica e comprovadamente arrivista do Estado burguês, como ficou evidenciado em seu mandato na Prefeitura de Porto Alegre e participação no governo do Estado, a DS ainda é conhecida por estar filiada aos pretensos trotskistas franceses do Secretariado Unificado (SU). A burguesia ainda conserva na memória a dúvida sobre o passado esquerdista de Rosseto.

Mas a resistência burguesa cresceu no momento em que o INCRA foi apresentado à ala da Igreja vinculada ao MST. Protestou contra a direção de Marcelo Resende e o preenchimento da maioria dos postos

do INCRA por membros do MST ou próximo dele.

O governo PT/Lula sustentou tal configuração com o pressuposto de que se tratava de cumprir um dos aspectos fundamentais de seu programa de governo, que era o de apaziguar o conflito agrário e pôr em andamento a reforma agrária prometida. O MST, com capacidade de mobilização nacional de centenas de famílias camponesas sem-terra, tendo como avalistas fortes setores da Igreja católica, teria de compor um planejado pacto social, que foi lançado logo no início do governo petista.

A direção dos sem-terra havia apoiado Lula nas eleições e inclusive acatado o pedido de Lula para que houvesse uma trégua nas ocupações. Esse gesto não só neutralizaria o uso eleitoral do PSDB, mas também ajudaria a participação do MST/Igreja no governo. Ganhas as

eleições, Lula atribuiu o INCRA a membros direta ou indiretamente vinculados aos sem-terra. Contrastando com os Ministérios de condução econômica, que ficaram com homens dispostos a cumprirem as regras do grande capital.

O fato é que o governo PT/Lula assumiu imediatamente as heranças de FHC e praticamente toda sua orientação de reforma neoliberal, bem como os acordos com FMI e banqueiros internacionais. Os milhares de assentamentos prometidos ficaram para o futuro desconhecido. O MST sentiu o mel virar fel. Voltou às ocupações.

Com Marcelo Resende na presidência do Incra, o movimento retomou a luta direta. Em sete meses, fez 171 invasões, enquanto havia feito 103 no ano anterior, no mesmo espaço de tempo (de janeiro a dezembro de 2002). Nos choques, contabilizaram-se 18 mortos. Assistimos aos fazendeiros exibindo suas milícias armadas e se mobilizando para uma guerra civil no campo, que só não ganhou tal dimensão porque os camponeses não mostraram capacidade de resistência armada. Os latifundiários estão armados, mas os sem-terra não.

No plano político, os partidos da burguesia, tendo à frente o PSDB e PFL, lançaram a campanha de repressão e desmantelamento do MST. A grita de que o movimento dos sem-terra está infiltrado de subversivos, que o objetivo já não é a reforma agrária, mas 'a quebra da ordem democrática' e que o governo PT/Lula se mostra complacente ganhou corpo na imprensa, nos discursos parlamentares etc. O velho artifício para amedrontar a classe média urbana foi posto em movimento. Até mesmo a adormecida TFP reativou sua marcha em defesa da propriedade e valores da família.

Lula, seus ministros Miguel Rosseto e Tomaz Bastos (Justiça) responderam acuados com o argumento de que ordem será mantida, que nem MST nem fazendeiros estão acima da lei, que quer dizer da propriedade privada capitalista. A resposta dos latifundiários: "então que se cumpra a lei contra o MST, nossas armas são legais, podemos defender as terras com nossas milícias. Os fora da lei são o MST, então, que o governo use as atribuições do Estado para brecar o avanço das ocupações de terra".

O Juiz de Paranapanema decretou a prisão de José Rainha, como ação exemplar. Uma clara provocação a mando dos latifundiários e do governador de São Paulo (PSDB). Ganham vulto as denúncias de partidização do INCRA.

O que a burguesia exigia do PT/Lula, além da repressão ao MST? Destituir Rosseto e Marcelo Resende. Mas Rosseto não contrariava uma só linha da diretriz do governo Lula. O que lhe faltava? Atuar sobre o INCRA.

Esperou-se que a reforma da Previdência fosse aprovada na Câmara Federal para pôr na rua o Presidente do INCRA.

O que disse o esquerdista da DS? 'Faz parte de um processo de gestão pública: sintonias mais claras, padrão mais afinado'. A sintonia mais clara está em colocar na direção do INCRA Rolf Hackbart, que é assessor de Aloizio Mercadante no Senado. Esse parlamentar petista - modelo do arrivismo pequeno-burguês - é favorável a disciplinar o MST, em nome da democracia, ou seja, da democracia dos latifundiários.

A destituição de Marcelo Resende foi ordem direta de Lula, bem como a nomeação do assessor de Mercadante. Rosseto é uma peça figurativa, que se equilibra sobre a corda bamba para manter o cargo.

Representantes dos latifundiários consideraram uma pequena vitória.

Declarou João Sampaio, da Sociedade Rural Brasileira: 'O governo demorou a perceber que, com toda ligação ideológica que o Resende tinha com os movimentos dos sem-terra, ele não estava em condições de mediar conflitos'.

O representante dos latifundiários acha que foi apenas um primeiro passo para modificar a orientação do INCRA. Sabemos que

'mediar' para os donos do poder econômico e do Estado é defender seus interesses de classe capitalista.

O presidente da Comissão Pastoral da Terra, bispo d. Tomás Balduino, considerou um desastre para a reforma agrária. Faz a seguinte revelação: 'Não se trata apenas de uma troca de pessoas, mas sim da mudança de modelo da reforma agrária. O que está em gestão no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é um modelo baseado no mercado - pior do que o adotado no governo de Fernando Henrique.' Acusa diretamente ao ministro: 'Rosseto está comprometido com a reforma agrária de mercado, que pode trazer de volta o Banco da Terra, combatido pelos movimentos sociais. É possível compreender melhor agora porque ele não deu nenhuma agilidade ao plano de reforma agrária, que, após oito meses de governo, ainda não conseguiu andar.'

De fato, tanto Lula quanto o ministro Rosseto haviam dito que não se tratava de quantidade de assentamentos, mas sim de qualidade dos já assentados. O que evidenciou o não cumprimento dos 60 mil assentamentos prometidos.

A secretária de política agrária da Contag, por sua vez, lamentou a demissão do Presidente do INCRA porque estava em discussão um Plano Nacional de Reforma Agrária. A burocracia sindical da Contag é insuspeita. Apóia o governo na sua linha mestra de evitar a luta de classe no campo.

Mas o PT/Lula teve de ouvir as exigências da burguesia e provavelmente dos órgãos de segurança do Estado (Abin, polícia federal, judiciário) sobre o perigo de se perder o controle do MST e da ordem social no campo, determinada pelo poder da oligarquia latifundiária.

Estamos diante de fatos políticos e de uma situação que mostram o quanto é ilusório o ponto de vista das esquerdas petistas de democratizar o Estado capitalista, ganhar espaço por dentro 'em favor da sociedade civil', 'desprivatizar a coisa pública', criar um 'novo modelo alternativo de governo democrático e popular' etc. O Estado é a máquina de exercício da ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

Não houve reforma agrária sob FHC, não haverá sob o do PT/Lula e sob nenhum governo burguês. Enquanto o Estado for burguês, os camponeses não terão acesso à terra.

A via dos assentamentos não leva à reforma agrária, que implica liquidar o poder latifundiário sobre a terra.

Não há nada de absurdo na denúncia de d. Balduino que Rosseto pode trazer de volta o Banco da Terra, pois a avaliação de que a via do assentamento fracassou e de que o Estado não pode doar terras, comprando-as dos latifundiários, reforça a pressão do FMI, Bird, etc. A pequena parcela de camponeses que, por ventura, possa voltar a ter uma pequena propriedade (para perdê-la logo mais) terá de arcar com parte do custo, por meio do Banco da Terra. Assim foi planejado por FHC/Bird, sob a supervisão do FMI, para pôr fim aos assentamentos provenientes de terras compradas pelo Estado e repassadas aos sem-terra.

D. Balduino reclama da 'mudança de modelo de reforma agrária', como se antes não fosse baseada no mercado e agora sim. Não é esse o fundo da questão. Antes o governo fazia vistorias e comprava as terras, para distribuí-las segundo um cadastro. A lei da propriedade e do mercado continuava a vigorar. A diferença é que com o Banco da Terra o camponês tem de pagar a terra. Sem dúvida, piora a condição do assentado e limita ainda mais o pequeno acesso provisório do 'modelo anterior'.

O movimento dos sem-terra enfrentará um impasse mais decisivo, pois o governo do PT era uma esperança de reforma agrária pacífica, dentro da ordem social e das leis de mercado de venda e compra das terras. Esse governo se revelou pró-oligarquia.

O desfecho do impasse dependerá do proletariado responder ao

problema do poder do Estado. O que passa pela luta em torno da constituição da aliança operária e camponesa para derrubar o poder burguês. Toda ilusão em torno de modelos de reforma agrária, em governos comprometidos com as causas populares, em políticas de inclusão social,

em Planos Nacional de Reforma Agrária deve vir abaixo e superada. A construção do partido-programa, que tenha por estratégia a revolução proletária, por tática a aliança operário e camponesa e por método a ação direta, é a condição decisiva para a emancipação de todos oprimidos.

Publicamos abaixo o Manifesto do POR, que mostra as raízes da corrupção do PT. Desde o momento em que os petistas fizeram das eleições seu principal objetivo e se vincularam ao Estado burguês, mergulharam no emaranhado das quadrilhas que parasitam o poder público. Nenhum partido poderá se projetar eleitoralmente sem que dependa do financiamento de campanha por grupos capitalistas.

Massas 277 – 1 a 15 de março de 2004

O governo do PT/Lula repete a corrupção de todo governo burguês

As massas devem lutar pelas reivindicações e exigir do governo seu atendimento, sem seguir nenhum dos bandos capitalistas em disputa. Nenhuma CPI julgará ou punirá de verdade os corruptos. Os oprimidos em luta é que, com seus tribunais populares, poderão julgar e punir a burguesia corrupta.

A revelação de que no núcleo do governo PT/Lula há um foco de corrupção abalou definitivamente a falsa imagem de uma política pró-burguesa limpa, transparente, honesta e ética. Pouco importa se se trata apenas de uma célula cancerígena ou de metástase. O fundamental é que apareceu no cérebro do governo.

É sabido que os homens da administração central são escolhidos a dedo e de acordo com o critério de confiabilidade e fidelidade. Certamente, essas qualidades servem a todo e qualquer objetivo partidário e governamental. Não por acaso o subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, ocupou um cargo de tão elevada importância. Constituiu o círculo do Ministro José Dirceu, que, por sua vez, ganhou força real equivalente a de um primeiro ministro, como passou a ser chamado pela própria oposição burguesa.

O homem responsável pela relação entre o Executivo e o Parlamento se revelou, com a denúncia, ser um agente da contravenção. Está envolvido com a rede de jogos, que vai do bicho à loteria. E, por detrás dela, está o narcotráfico. Esse conjunto de negócios, que envolve bilhões, é movimentado por uma fração burguesa mafiosa, com ramificações internacionais. As mais altas autoridades do poder público sabem perfeitamente como se movimenta a massa financeira sob o controle do jogo, do contrabando e narcotráfico.

A primeira coisa que promotores e especialistas nesse assunto fizeram foi comentar, com maior naturalidade, como as casas de bingo servem à lavagem de dinheiro da contravenção. Um parlamentar do PDT chegou a dizer que, se fosse levada a sério uma investigação sobre o financiamento de campanhas eleitorais envolvendo empresários legais e ilegais, 90% do Parlamento estaria comprometido.

A grande imprensa, que é porta-voz dos interesses da burguesia, retomou uma série de casos de corrupção envolvendo prefeitos, vereadores, governadores e assessores petistas. Em meio a esse relato, demonstrou-se que Waldomiro Diniz já havia sido denunciado por prática de corrupção, em 2002, que tinha por protagonistas chefes da jogatina. Parte do dinheiro financiaria candidaturas e parte iria para seu bolso. José Dirceu e o PT tiveram conhecimento na época, mas julgaram o fato improcedente. São indicadores do avançado estado de apodrecimento do partido reformista, que se projetou como um arauto do renascimento da ética e da moralidade em meio aos estrumes da política burguesa.

A ilusão da ética na política burguesa

“Ilusões perdidas”, sob esse título editorial, a Folha de São Paulo constata com a maior desfaçatez: “Que o PT precisaria, de alguma maneira, sujar as mãos para governar, poucos duvidavam”. Não é

preciso continuar a transcrição, para saber que se refere à perda das ilusões prematuramente. Mas o fundamental é a constatação de que seria inevitável “sujar as mãos”.

Desde o momento em que o PT ganhou força eleitoral e passou a se ocupar de administrações na República burguesa, teve de reproduzir relações de seu funcionamento. A oligarquização partidária e a corrupção política são imanentes a seu funcionamento. Por isso, fatalmente tinha de “sujar as mãos”, mas não só para governar, também para chegar a ser governo.

O Estado é um organismo político-administrativo, que cuida dos interesses gerais da classe capitalista e que exerce a ditadura do poder econômico, para isso tem o monopólio da violência armada, contra os trabalhadores. Eis por que está obrigado a expressar todo tipo de relação econômico-financeira, o que inclui atividades consideradas ilícitas pelas leis burguesas.

Apodrecimento da política burguesa expressa o esgotamento do capitalismo

Com a decomposição do capitalismo, cresce o montante de negócios do tráfico e sua influência no Estado, ao ponto do conjunto da política depender da fração da burguesia do jogo, contrabando e narcotráfico. O Executivo, Legislativo e Judiciário estão penetrados por esse poder, que compra políticos, juizes, policiais e funcionários. Poderão dizer que a corrupção é tão velha quanto a história do homem. Esse argumento procura naturalizar o fenômeno, como se fosse inerente à sociedade humana. Na realidade, é expressão da sociedade de classes. Mas o essencial é que as formas e negócios “lícitos”, com as quais o governo PT/Lula se vê envolvido, são próprios do Estado burguês e refletem a decomposição histórica do capitalismo.

A interação entre as atividades econômicas em geral e o Estado, e, em particular, com determinados grupos monopolistas, é a fonte originária da corrupção. E essa interdependência que entrelaça a burguesia com todos os partidos, e, particularmente com determinados políticos, governos, juizes, militares etc. Os exploradores de negócios como jogos, contrabandos, prostituição, narcotráfico, uso do trabalho escravo, venda de órgãos humanos etc. são engendrados nas entranhas desse organismo econômico e que, forçosamente, se ligam à política burguesa. A burguesia nem sempre pode reconhecer como atividade genuína e legal, mantendo-os fora da lei e sendo obrigada a reprimi-los. Não pode reconhecê-los como produto de sua economia e da sociedade de classe, ou seja, como atividades econômicas que constituem uma fração de si própria.

Não é possível corrigir a podridão

A ilegalidade e a repressão por parte do Estado não é capaz de coibi-los. Na verdade, não pode fazê-lo consequentemente ao ponto de parte da contravenção ser legalizada, como já vinha sendo feita com o bingo. Há muitos jogos institucionalizados, como loterias, baú

da felicidade, raspadinha e outros. O mais execrado é o narcotráfico que serve de bode expiatório para a política norte-americana de intervencionismo. É sabido que os maiores lavadores do dinheiro do país são banqueiros. Uma variedade enorme desse tipo de mercadoria, serviços e jogo especulativo se movimenta no interior da economia, se espalha por todo o tecido social e penetra nos poros do edifício do Estado.

Notamos que esse movimento cresce nacional e internacionalmente de acordo com o agigantamento geral do parasitismo financeiro e com a crise estrutural do capitalismo da época monopolista. Verificamos que o capital mafioso está fundido com o capital industrial, comercial e financeiro. Influencia direta ou indiretamente a administração de grandes empresas e bancos. E inevitável, portanto, que faça parte das lutas interburguesas. De quando em quando explode um escândalo da contravenção como resultado de interesses atingidos. As vozes da legalidade e a repressão são obrigadas a denunciar os facínoras, mas o fazem como uma exceção no organismo econômico e político da classe capitalista. Chega-se ao ponto de cingir o caso, individualizando-o, para proteger a rede de negócios e as quadrilhas burguesas.

CPI é um jogo entre quadrilheiros do Estado

A bandeira da CPI levantada pelo PSDB e apoiada por setores da esquerda só serve para instrumentalizar a luta interburguesa no poder do Estado. É do interesse do PSDB arranjar munição para a disputa eleitoral e reagir contra o fortalecimento da aliança governamental PT/PMDB. A população já assistiu a muitos espetáculos da CPI. Ficaram evidentes que todos os partidos têm suas ramificações com privilégios, falcaturas, roubo de dinheiro público e toda sorte de tráfico. Enquanto a classe operária e demais explorados não saírem às ruas, com suas reivindicações, para constituir organismos próprios, como os tribunais populares, a impunidade continuará vigente. A burocracia sindical ora apoia, ora é contra as CPIs, de acordo com sua filiação partidária e o grau de submissão à política eleitoral. A posição de independência dos trabalhadores frente aos choques interburgueses exige a defesa de tribunais populares.

O fato da corrupção se revelar no núcleo seletivo do governo PT/Lula um agente da jogatina não deve surpreender. As ilusões criadas pelo reformismo em torno da moralização do Estado e a limpeza ética que viria sobre os partidos, uma vez corrigidas as distorções no aparelho estatal, só foram ilusões para os inocentes ou tolos. É parte da luta eleitoral interburguesa o tema da moralidade.

Muito se faz nos porões da sociedade e de seu Estado que não vem à luz do dia, mas que sabemos existir. Qualquer que seja o governo se assenta sobre esses porões. Mas negociatas, roubos e falcaturas também são praticados à luz do dia e dentro da legalidade. São as compras de votos, a proteção do Estado a setores oligárquicos, privilégios de cargos, contratos...

A bandalheira legalizada

Recentemente, os parlamentares fizeram um jogo para receber no recesso 25 mil reais além do altíssimo salário de 12 mil mensais (sem contar os ganhos indiretos). Funcionando em quinze dias, fizeram um desfalque de 50 milhões de reais nos cofres públicos, quando são os trabalhadores que suportam a maior parte da violenta carga tributária de 36% do PIB. E a reforma da previdência? A propaganda incidiu sobre o fim dos privilégios e garantia da justiça social. Qual foi o resultado? Militares, juizes, parlamentares e governos mantiveram-se protegidos, enquanto a maioria oprimida recebeu o impacto das medidas.

E as privatizações, salvamento de bancos, isenções a usineiros, a

montadoras, empréstimos de dinheiro público a multinacionais...

O governo PT/Lula tem reproduzido todas essas variantes, que saqueiam o Estado. Não seria esse montante de jogos, tidos como lícitos, expressão de relações corruptas? Não é o governo se submetendo ao poder econômico, que lhe impõe condições dos porões e da luz do dia para governar? Está aí por que para o PT chegar ao poder pela via da democracia burguesa e governar teve obrigatoriamente de “sujar as mãos”.

Um partido da ordem capitalista tem de ser corrupto

Um partido que se dizia dos trabalhadores, mas que se propunha reformar o capitalismo e governá-lo acima das classes, teria de colocar suas mãos a serviço do grande capital, dos exploradores e opressores da população. Teria de se meter a fundo na luta interburguesa, estabelecendo alianças que os petistas diziam não almejar e se afastando de outras que almejavam. E visível a procura de socorro do PT a oligarcas e políticos quadrilheiros, como Sarneys, ACMs, Malufs, Tassos, Quéricias... Todos sujos da cabeça aos pés. Refletem a estrutura da democracia burguesa.

Governar o capitalismo é submeter-se a essa gente. É manter o Estado e sua base econômica, que gera toda forma de exploração, de negociatas, corrupção e onde as massas são submetidas a todo tipo de privação e opressão social. Comenta-se que, com o escândalo Waldomiro Diniz, o PT estaria manchado definitivamente para os trabalhadores. Na verdade, está manchado desde o momento em que passou a governar a serviço dos capitalistas e assimilou as diretrizes econômicas do imperialismo. O fenômeno da corrupção é apenas um reflexo.

Construir o partido do proletariado

A experiência do fracasso de um partido reformista (e das variantes de esquerda que a ele se submeteu) deve servir para compreender que é preciso construir um verdadeiro partido revolucionário. O que quer dizer um partido que tenha por programa a revolução proletária. Por meio dessa luta histórica, a classe operária aliada à maioria explorada, em uma aliança operária e camponesa, tomará o poder do Estado, que será destruído enquanto Estado burguês e em seu lugar edificado o Estado operário. Somente por essa via a burguesia será destruída como classe detentora do poder econômico apodrecido e geradora de todas as enfermidades próprias do capitalismo. Só a erradicação da exploração do trabalho poderá dar nascimento a uma nova sociedade, na qual os homens não precisem se utilizar de negócios mafiosos, de privilégios, de cargos, de roubos, de narcotráfico etc.

Não se trata de um novo partido

Temos afirmado que o PT nunca foi o partido da classe operária. Nunca se constituiu com o programa da revolução proletária. Desde o início se dispôs a democratizar o Estado burguês, portanto, a defender o capitalismo por meio da jogatina “democrática” dos exploradores. Por isso, não dizemos que agora é necessário um novo partido. Dizemos que a classe operária carece de um partido revolucionário. A experiência do PT apenas ajudou e ajuda a fortalecer essa consciência e a colocar a necessidade de pôr em pé o partido da revolução social, que é internacionalista.

Um chamado revolucionário

Convocamos todos aqueles que compreendem esse objetivo a rechaçar o reformismo traidor e a constituir o Partido Operário Revolucionário, o POR. Obra essa que é parte de uma tarefa maior — construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

O Ministério da Educação do governo Lula não rompeu com a diretriz privatizante. Pelo contrário, o petismo favoreceu em grande escala os empresários do ensino. O artigo expõe os primeiros passos da reforma mercantilista da universidade.

Massas 290 – 3 a 15 de novembro de 2004

Combater a Reforma universitária do governo PT/Lula

1. A reforma do ensino do governo PT/Lula é privatista. Essa é sua principal característica. Objetiva comprar vagas nas escolas particulares, ajudando-as a preencher ass 40 % de vagas ociosas.. Manter os subsídios fiscais às particulares classificadas de confessionais e filantrópicas. Legalizaras Fundações Privadas no interior das universidades públicas. Recorrer às parcerias público-privadas, por meio do sistema de PPPs. Manter a Desvinculação de Recursos Públicos (DRU), instituído no governo FHC, eliminando-a progressivamente. Conservar as verbas para a educação no baixo patamar de 4% do PIB. O Projeto assegura os interesses empresariais e o controle de parte do sistema de ensino pelas Igrejas. Na sua introdução, afirma o papel do Ministério da Educação de manter as Instituições Federais Públicas de Ensino Superior, supervisionar e regular o Sistema Federal de Ensino Superior, constituído pelas redes pública e privada. Na verdade, o MEC não só “supervisiona e regula” o ensino privado, mas o protege e o alimenta.

2. A preservação da coexistência da *rede* pública e da rede privada de ensino corresponde à defesa da mercantilização, ou seja, à exploração empresarial da educação. Corresponde também à exigência das Igrejas de controlarem parte do ensino. É necessário rejeitar a distinção entre escolas confessionais, caracterizadas como “organizações públicas não-estatais” e as “instituições particulares” com finalidades lucrativas. São, na realidade, constitutivas do sistema particular. O princípio de que a coexistência da escola pública e particular é democrática, porque é pluralista, não passa de um princípio liberal-burguês aplicado à escola de classe.

3. O projeto refere-se a “uma expansão desordenada” do “sistema não público” de ensino. O que quer dizer que os empresários investiram na criação de propriedades escolares, objetivando valorizar seus capitais. Viram nas necessidades educacionais da classe média uma fonte de exploração econômica. A análise do Ministério da Educação reconhece que a expansão mercantil da educação veio em detrimento da qualidade do ensino. Isso para apregoar a necessidade do Estado agir como “normatizador” e “fiscalizador” da educação. Segundo o projeto, o governo pretende estabelecer “marcos regulatórios” para a rede particular. Trata-se de palavreados dos reformistas do PT para sustentar a coexistência do ensino particular e mascarar as medidas privatizantes.

4. O pressuposto de que a reforma proposta considera “um projeto de nação e um modo específico de desenvolvimento sustentável” não passa de retórica. As diretrizes governamentais para educação seguem as recomendações do FMI, Bird e BID. O governo está impedido de ampliar o investimento estatal na educação. Não são as necessidades do capitalismo semicolonial, que tem tarefas democráticas pendentes, como a do acesso da massa de explorados à educação, que ditam o teor da reforma, mas sim os interesses do capital internacional. Há um claro vínculo da contenção de verbas para educação, saúde, etc. com a meta do superávit primário, exigida pelos acordos com o FMI. Não por outra razão, também, a reforma da educação é parte de um conjunto de medidas, *que* vêm sendo implantadas desde o governo Collor, que ganhou dimensão na gestão de FHC e que continua sob o denominado governo democrático e popular de Lula. É o caso das desestatizações, reformas da previdência, trabalhista e sindical.

Trata-se de medidas antinacionais e antipopulares.

5. Os argumentos de “relevância, equidade e qualidade” são uma farsa facilmente reconhecível. A escola está desvinculada da produção social, portanto sua “relevância” diz respeito apenas à participação da minoria da população no sistema escolar a partir do grau médio. A escola expressa, em última instância, o desenvolvimento da base econômica. Por mais que se objetive um ensino que combine os conhecimentos gerais com os específicos, que vincule aprendizagem e pesquisa, é irrealizável, uma vez que o capitalismo atingiu a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. O conhecimento alcançado não pode ser assimilado pelas massas e sua aplicação social é ultralimitada pela divisão de classe. Não há como impulsionarem em grande escala as forças produtivas, de forma que o capitalismo semicolonial necessitasse de um ensino voltado a tal desenvolvimento. O que temos é crise constante e reforço das tendências desintegradoras da sociedade burguesa.

6. Sobre a “equidade” pretendida, trata-se de uma manobra de aparência social e democrática. O governo quer dar à reforma neoliberal um ar de progressista, indicando que todas as camadas sociais terão acesso ao ensino. Assim, institui o critério das cotas para estudantes da escola pública e para parcela étnica. O que faz, no entanto, é manter a maioria sem acesso em todos os níveis, forçar uma parcela da classe média a migrar para as escolas pagas, comprar vagas nas instituições privadas e acomodar um setor minoritário da classe média que não consegue pagar a universidade. A maior parte da população é formada de pobres e famintos que jamais poderá ir do ensino fundamental para o médio e deste para o superior. O princípio da equidade do projeto só serve para obscurecer o fato de que o capitalismo aumenta o precipício entre a classe dos exploradores e dos explorados e perpetua a fome e miséria da maioria.

7. E quanto a tal da “qualidade”? Mais uma vez o palavreado de um “ensino crítico e interrogativo”, “de formação multidisciplinar”. Concretamente, o projeto de reforma pretende implantar a “flexibilização dos currículos dos cursos de graduação”. Isso significa modificar a estrutura atual, implantando “um ciclo inicial de formação, com a duração de dois anos, após o qual o estudante receberá um título próprio — Estudos Universitários Gerais -, sem valor de habilitação, correspondente à formação básica em nível superior”. O que se pretende, de fato, é reduzir o tempo de estudo na Universidade. Afirma que os dois anos básicos e o correspondente título não têm valor de habilitação, mas com o tempo o básico autorizará a habilitação. Ou então, o objetivo é obrigar os estudantes completar o básico por meio do ensino pago. Caso contrário, não tem o menor sentido a medida. Não há nada de qualidade, de ensino crítico etc.

8. O projeto prescreve a autonomia universitária. Na realidade, usa-se esse conceito para representar o aspecto jurídico e administrativo dos dois sistemas: o público e o privado. O primeiro é mantido pelo Estado e o segundo por um mantenedor particular. Conforme o projeto, o vínculo administrativo “não deve limitar o exercício da autonomia, antes pode indicar a que tipo de ente mantenedor deve a autonomia estar garantida”. O que se pretende é estabelecer “condições jurídicas e administrativas para uma relação autônoma entre mantenedoras e mantidas”. Para que se considere Universidade é ne-

cessário uma relação de autonomia entre o mantenedor e o mantido, ou seja, entre o Estado e a Universidade pública; entre o proprietário e a Universidade privada. O primeiro aspecto que ressalta é o fato do projeto consolidar a coexistência do ensino público e privado. Como “princípios e diretrizes” estabelece que “cabe ao Estado, prioritariamente, criar as condições políticas, definindo autonomia e prerrogativas correlatas, garantindo condições de financiamento e tributação, estabelecendo processos de avaliação e regulação para adequado funcionamento do sistema”. No fundo, essa formulação objetiva estabelecer formas de controle do Estado sobre o sistema de ensino superior, preservando o direito dos empresários e das Igrejas explorarem a educação. Uma vez reconhecido que houve um crescimento desordenado da Universidade privada, o Estado vê a necessidade de uma disciplina, segundo a qual se garantirão a “relevância e qualidade”. Mas estaria assegurada a autonomia jurídico-administrativa. Logo se vê que a noção de autonomia universitária é uma forma de dizer aos empresários e Igrejas que continuarão tendo ascendência sobre o sistema privado da educação, mas que terão de se encaixar na regulamentação estatal. Diz o texto: “(...) equilibram-se a autonomia da instituição universitária e a soberania expressa o programa de governo”. Também é uma forma de dizer à burocracia que comanda o sistema público de que terá uma margem de liberdade para aplicar medidas privatizantes como as de parcerias público-privadas (PPPs, etc.). A real autonomia universitária é oposta à concebida no projeto do governo PT/Lula. Sob essa bandeira, lutou-se e se luta pela independência do ensino em relação ao Estado e às determinações da classe burguesa. Autonomia implica controle da educação por aqueles que trabalham e estudam. Portanto, a Universidade (e todo o ensino) é autônoma frente ao Estado burguês, mas não autônoma frente à classe operária e demais oprimidos. Igualmente é necessário rejeitar a utilização do conceito de autonomia feita pela burocracia docente. Essa pretende a autonomia para controlar a universidade em detrimento dos demais trabalhadores e estudantes. É preciso ter claro que a luta pela autonomia exige a bandeira de fim do ensino privado e sistema único, público, gratuito e científico.

9. No item “Gestão” evidencia-se mais claramente que a autonomia universitária é usada no seu contrário, ou seja, como controle geral do Estado e como controle particular da burocracia. Eis a formulação: “Garantida a predominância docente nos órgãos colegiados, o processo de consultas à comunidade universitária, por ocasião da eleição direta para Reitor nas IFES, deve ser definido, autonomamente em cada universidade, permitindo explorar diferentes modelos de eleição e participação discente e de técnico-administrativos”. Tem-se o seguinte: 1) domínio da burocracia docente sobre os órgãos colegiados; 2) a eleição para Reitor virá na forma de consulta; 3) a burocracia decidirá sobre a forma de eleição do Reitor. A burocracia colegiada e o Reitor terão “autonomia” para elaborar um plano de gestão das Universidades Federais e o Ministério da Educação (MEC) finalmente decidirá. Nota-se que se estabelece uma gestão combinada da tecnocracia estatal e da burocracia acadêmica. O projeto deixa claro que cabe ao governo elaborar as diretrizes gerais do ensino e a burocracia executá-las. Assim, o “autogoverno” da Universidade não passa de uma pequena atribuição da burocracia, que encontrará os meios para concretizar as determinações do Estado.

10. O governo, de acordo como projeto de reforma, deve interferir nas Universidades por meio da avaliação, no que respeita à “relevância” e “qualidade”. Dois institutos são responsáveis pela avaliação: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Eis a formulação: “Os SINAES/CONAES são pilares fundamentais da Reforma da Educação Superior e partes integrantes indissociáveis de

outros pilares, tais como autonomia universitária e financiamento”. Verifica-se que a avaliação estatal das universidades, instituída já no governo FHC, como exigência do Banco Mundial, é uma forma de intervenção, que serve de instrumento para identificar a aplicação das diretrizes do MEC. É por isso que o documento menciona a relação da avaliação com autonomia e o financiamento. A função dessa avaliação externa não é garantir de fato a qualidade de ensino, que se desmorona, entre outras causas, justamente porque o Estado sucateia a educação pública e favorece a privada. Objetiva condicionar a aplicação de verbas, controlar o funcionamento do ensino, responsabilizar estudantes e professores pela desintegração da educação e negociar com os empresários e Igrejas o andamento das Universidades privadas. Realizam-se “provões” confeccionados nos gabinetes de determinadas instituições. Os reais obstáculos para o processo de ensino e pesquisa científicos, em grande medida inviabilizado, não são equacionados e resolvidos. A desfiguração das Universidades federais retrata bem a política contrária ao ensino público e científico. A avaliação para criar uma hierarquia na “qualidade” das Universidades segundo os critérios do provão não expressa uma ação governamental para tirar do precipício o ensino público e agir contra a mercantilização. Ao contrário, vem no sentido de justificar a distribuição da minguada verba da educação entre as escolas públicas e particulares.

11. O documento do Ministério da Educação — Reforma da Educação Superior — tem por introdução “Princípios e Diretrizes”. Embora tenha muito de retórica, é bom rebatê-los para demonstrar o reacionarismo e a hipocrisia da ideologia burguesa sobre a educação. Diz que “a educação é um bem público e direito básico e universal dos cidadãos”. Está aí a hipocrisia. O que temos é a exclusão da maioria trabalhadora do acesso a todos os níveis de ensino. Inclusive, no ensino fundamental, considerado quase universal, metade das crianças sai como analfabetos funcionais, o que quer dizer não há universalização real. Não é preciso repisar que a ultra minoria chega ao nível superior. A razão disso está em que o capitalismo semicolonial expressa a mais profunda divisão de classe, de concentração de riquezas nas mãos da minoria e expansão da miséria da maioria. A escola se assenta na infraestrutura econômica e nas concretas relações sociais. A burguesia não tem interesse e não pode resolver a tarefa democrática da educação como “bem público e direito básico e universal dos cidadãos”. Só a classe operária e demais explorados podem defender e assegurar a educação para todos. Eis por que a questão da educação, entre outras, tem de ser enfrentada pela luta de classe. O segundo aspecto dos “Princípios e Diretrizes” refere-se à visão da educação “como direito subjetivo”. Afirma que o direito subjetivo “é um elemento de transformação pessoal e de participação na cidadania”. Portanto, deve “ser acessível a todos, em todas as fases da vida, constituindo em fator de justiça social, oferecendo equidade de oportunidades a todos os cidadãos, contribuindo para redução de desigualdades regionais, sociais e étnico-culturais”. A noção da educação como “direito subjetivo” é típica do liberalismo burguês. Acentua o individualismo e a concorrência. E falseia o princípio de “equidade de oportunidades”. O sistema econômico de exploração do trabalho produz todo tipo de desigualdade. A educação não está isenta da divisão de classe. O tal do direito subjetivo corresponde à apropriação de riqueza gerada pela exploração do trabalho. Está aí por que é bem nítida a diferenciação econômica e social de quem pode ou não pode ter acesso à educação. O mesmo ocorre com as diferenciações regionais, características particulares do capitalismo semicolonial do Brasil. É evidente que a escola não comporta e não expressa as faculdades coletivas e as potencialidades criadoras do indivíduo. A escola que temos é de classe e reflete a divisão social do trabalho. De um lado, está desvinculada da produção social, que é encarnada pelo proletariado e demais tra-

balhadores no processo produtivo; de outro, é discriminatória porque não se baseia em igualdades de condições materiais dos estudantes e porque não tem como dar acesso universal, uma vez que está condicionada pela base material. A resposta proletária contra a escola de classe é a da escola vinculada à produção social, que será uma escola nova resultante de uma nova sociedade.

12. É necessário rejeitar de conjunto a reforma do governo e se contrapor à farsa da “participação” e da “construção democrática” do projeto. As forças pró-governamentais, que incluem não só os petistas, mas também seus aliados, como os estalinistas e outros reformistas, afirmam que se trata de influenciar a reforma, negociando nos fóruns criados pelo governo. Não há nada que negociar em nome dos trabalhadores e da juventude oprimida. A reforma na sua essência é privatista. Os defensores da “construção democrática” aceitam e defendem a coexistência do ensino público e privado. Criticam o projeto do governo por não ser concreto no “controle social” da escola privada, por não ser mais avançado no sistema de cotas e por destinar verbas públicas para as particulares. Mas não questionam o princípio de coexistência do público com o privado. A defesa dos falsos opositores de que o importante é que o governo confira a supremacia do público sobre o privado expressa a adaptação ao mercantilismo c, especialmente, ao poder das Igrejas sobre uma importante parcela do ensino. Combatem a bandeira de estatização e sistema único, público, gratuito e científico com o argumento de que a correlação de

forças não permite acabar com a mercantilização. Portanto, caberia ao movimento se limitar à defesa genérica do ensino público e, concretamente, reivindicar o controle social das escolas particulares e ter “a educação pública como centro e referência”. Esse oposicionismo acaba por se submeter ao processo de reforma ditada pelo governo e a colocar o movimento social na dependência das decisões parlamentares. A dita correlação de forças diz respeito à influência que se pode ter sobre o Ministério da Educação e o Congresso Nacional. Por essa via, os trabalhadores e a juventude nunca poderão lutar de fato pelo ingresso universal e pelo ensino público.

13. A luta contra a reforma privatista implica a defesa da estatização do sistema privado, sem indenização e implantação do sistema único de ensino público, gratuito, científico e vinculado à produção social. Não se pode defender a bandeira democrática de acesso universal em todos os níveis sem se colocar pela estatização da escola particular. É claro que a luta pelo ensino público tem de fazer parte de um programa proletário de combate ao capitalismo e à escola de classe. As tarefas democráticas não resolvidas pelo capitalismo passaram historicamente para as mãos da classe operária e demais explorados. Não será possível quebrar a reforma neoliberal do governo PT/Lula sem uma ampla mobilização dos explorados e da juventude oprimida sob a direção da classe operária. Para isso é preciso levantar as bandeiras dos trabalhadores contra as reformas antinacionais e antipopulares.

O POR realizou uma campanha contra a estatização dos sindicatos, que sob o governo Lula teve um grande impulso. Ao mesmo tempo, se opôs à via de divisão da CUT e constituição de novas Centrais que não expressavam uma tendência de ruptura nas bases operárias. Levantou a bandeira de: rechaçar a reforma sindical estatizante e intervencionista do governo do PT/Lula.

Massas 296 – 20 de março a 4 de abril de 2005

Rechaçar a Reforma sindical estatizante e intervencionista

A Reforma Sindical do governo PT/Lula e da cúpula dirigente da CUT é intervencionista e autoritária.

O Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, alega a necessidade de modernização da estrutura sindical, cujas características remontam à época varguista. Usa a crítica do controle fascizante do Estado, como regulamenta a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT-1943), para elaborar um projeto substitutivo que recrudesce o controle do Estado sobre a estrutura do sindicato e sua vida social.

A colaboração da direção da CUT, que serve de correia de transmissão da política do PT no movimento sindical, com esse monstrenço se explica pelo fato de reforçar a burocratização e perpetuar a dinastia de burocratas, que tomou o lugar dos interventores da ditadura militar.

O presidente da CUT, Luiz Marinho, diz que a nova legislação permitirá acabar com os sindicatos fantasmas, criados pelo imposto sindical. Na verdade, arrumou-se uma fórmula de arrecadar muitas vezes mais com a tal da contribuição negocial.

Um outro argumento é o de que a CLT restringe a liberdade sindical. De fato, restringe. Porém, o projeto de reforma aumenta as restrições. De um lado, o Estado se torna mais amparado legalmente para agir contra a luta da classe operária e demais trabalhadores pela democracia e independência dos organismos sindicais; de outro, a burocracia passa a ter poderes emanados do Estado para criar sindicatos, dividir os que já existem, segundo sua política estatizante e seus interesses materiais.

A legalização das Centrais Sindicais não expressa a conquista organizativa dos trabalhadores, sob princípios e práticas de independência e democracia sindicais, mas sim a concessão do Estado à casta dirigente, que necessita de poderes legais para consolidar o centralismo burocrático e autoritário.

Historicamente, a Central Sindical surge como uma necessidade de centralização do movimento dos trabalhadores, para superar a fragmentação e os limites corporativos dos sindicatos. A criação da CUT resultou de um amplo movimento social, tendo à frente as greves operárias. A recuperação dos sindicatos, que estavam sob o comando da ditadura militar, por meio da unificação dos trabalhadores em torno de reivindicações, e o uso da greve contra o capital edificaram a CUT.

Não por acaso, os primeiros congressos da CUT contaram com ampla representação operária. Mas, gradativamente, foram restringindo-se a uma minoria de representação de base e ampliando-se uma maioria de dirigentes sindicais, que ganhavam coesão de casta burocrática. A transformação da CUT, apoiada nos congressos de base para uma CUT apoiada nos congressos de burocratas, substituiu prematuramente a forma de centralização democrática pela forma centralista-burocrática.

Não é compreensível esse fenômeno se desconhecermos que refilete a consolidação da rede de dirigentes dos sindicatos, que rapidamente se adaptaram às pressões do patronato e, inclusive, da burguesia imperialista.

A ação política desses dirigentes se voltou contra a natureza de classe dos sindicatos e seus métodos de luta. Não se trata de uma nova política. A atuação para que os sindicatos se transformem em instrumentos de colaboração de classe é expressão histórica de uma tendência política de sindicalistas adaptados e corrompidos pelo poder econômico. Somente a explicação dada pela própria burocracia parece ser nova.

Encontramos os argumentos favoráveis ao sindicato corporativo e colaboracionista nas reformulações implantadas no interior da CUT pela corrente lulista. Trata-se da fundamentação ideológica e da defe-

sa do sindicato orgânico.

Já faz algum tempo que os dirigentes da CUT se colocaram por uma reforma sindical, anunciada sob o governo FHC. Estabeleceu-se um vínculo entre a reforma sindical e a trabalhista. A burguesia internacional (capital financeiro e multinacional) e o patronato nacional argumentam que novas condições surgiram na economia mundial. Ou seja, “globalização” e “reestruturação produtiva”. Consequência: as economias dos países de capitalismo atrasado, semicoloniais – o Brasil é cotado como “emergente” – têm de fazer uma reestruturação trabalhista.

A cúpula dirigente do sindicalismo brasileiro, em aparente contrapartida, advogou a reforma sindical, que deveria antecipar a trabalhista. A verdade é que os capitalistas esperavam mudanças na lei sindical, de forma a torná-los mais frágeis perante o ataque generalizado ao emprego e salário, bem como perante a necessidade de eliminar direitos trabalhistas.

Concretamente, como foi assimilada a exigência de reformas do grande capital, que tem como porta-voz o FMI/BIRD/BID/OMC/ONU?

Governos, partidos, dirigentes sindicais e a grande imprensa transformaram-na em uma grande campanha pela “flexibilização” do trabalho. A CLT, que não é uma maravilha para os trabalhadores, mas que contém conquistas dos assalariados, é tomada como uma trava para a tal das novas condições econômicas. O que quer dizer que os capitalistas querem revogar as concessões do passado, obtidas pelos trabalhadores por meio da luta de classe.

O governo FHC não fez a reforma sindical/trabalhista pretendida, mas deu um grande passo com a legislação que precariza as relações de trabalho em favor dos exploradores. O que fizeram os burocratas do PT e da CUT? Passaram a ser negociadores das medidas de flexibilização. Serviram imediatamente às montadoras, que demitiram em massa, reduziram salários, terceirizaram setores inteiros e utilizaram os contratos com redução de direitos.

A Oposição Metalúrgica denominou-os de “Acordos Malditos”.

Foi também no Sindicato Metalúrgico do ABC – coluna vertebral do PT e da CUT – que primeiro aplicou o sindicalismo orgânico. Eliminou praticamente as campanhas salariais unificadas, aceitou a fragmentação imposta pelo sindicato patronal e arquitetou acordos sob o princípio da flexibilização da CLT, que pressupõe o primado do “negociado sobre o legislado”. Assimilou, assim, as exigências do grande capital e os argumentos da reestruturação produtiva. Pôs em prática o vínculo entre a reforma sindical e a trabalhista, que a burguesia e seu Estado criaram.

A burocracia fez acompanhar à sua adaptação ao capital multinacional uma reforma dos estatutos dos sindicatos. Sempre em nome da democracia, implantou mecanismos que servem de perpetuação da dinastia lulista. Aboliu a eleição direta de chapas. A direção passa a ser constituída por representantes de comitês sindicais e votada em seguida, numa forma plebiscitária. Por esse mecanismo, a eleição passou a ser com chapa única. Isso por que jamais uma oposição classista poderá ter maioria nos comitês sindicais. Para constituí-los, é preciso o acordo da empresa. Esse acordo só é obtido pela direção do sindicato dócil e colaboracionista. Está aí a máscara da democracia dos comitês para o monolitismo burocrático e autoritário.

É importante relatar esses antecedentes para entendermos que o projeto de Berzoini/Bargas/Marinho/Skaf reflete, em sua essência, medidas já aplicadas.

Os sindicalistas da CUT e o PT, que prometeram um governo que iria democratizar o Estado e o país, não só mantêm a lei antigreve como a aperfeiçoam como instrumento do patronato contra os trabalhadores. Mantêm e ampliam a obrigatoriedade do sindicato

comunicar ao patronato o início da greve. Um aviso que serve para o explorador ter tempo para usar seu poder interno à empresa e externo (governo, Justiça, polícia) para golpear o movimento. Legaliza a forma de quebrar a greve por meio da exigência de manter os “serviços necessários à retomada das atividades”. Estabelece o direito do patrão contratar trabalhadores para ocupar aquilo que julga necessário para manter “a retomada das atividades”. Põe nas mãos da burocracia a determinação estatutária de “número mínimo” de trabalhadores para decidir a greve. Protege os fura-greve, comuns em todo movimento e muito utilizados pelo patrão. Estão impedidos os piquetes e bloqueios de entradas, caracterizados como atentado ao direito individual e à propriedade. Combinando o poder do patrão, a pressão da Justiça e da polícia – não considerados atos violentos contra os grevistas – o direito individual é uma arma para destruir a greve.

Está claro que a lei antigreve do projeto é mais violenta que a anterior. Age para enfraquecer a natureza coletiva do movimento grevista e, na correlação de força, para favorecer o poder econômico. Qualquer greve, nestas condições, nasce derrotada.

Os trabalhadores não poderão respeitá-la, se quiserem defender seriamente suas reivindicações e direitos. Será motivo para o Estado intervir com a espada da Justiça e as armas da polícia.

Nessa reforma, por meio do governo Lula e da burocracia sindical, a classe capitalista retira da classe operária a soberania de decisão sobre os sindicatos e a CUT.

Os sindicatos surgiram da revolta espontânea do proletariado contra a exploração e opressão da burguesia. Assim ocorreu na Inglaterra, berço do sindicato; semelhantemente se passou no Brasil até o intervencionismo do Estado Novo de Vargas. A legislação getulista demonstrou que o Estado atua no sentido de disciplinar e neutralizar os sindicatos como instrumentos independentes e democráticos dos trabalhadores. Antes mesmo de se estabelecer um sistema mais acabado de estatização dos sindicatos, a burguesia exigiu de seu governo uma lei antigreve.

A substituição do intervencionismo varguista pelo intervencionismo lulista – de quem menos se esperava – comprova a lei da luta de classe. Ou seja, a classe dominante não pode permitir liberdade sindical.

A maior estatização dos sindicatos/CUT, pelo projeto do PT/Lula, da burocracia e dos representantes patronais, indica que o desenvolvimento da forma monopolista do capital e com ela o avanço interno do capital internacional agudiza o antagonismo entre os explorados e exploradores. Esse fenômeno estrutural se expressa na política da burguesia frente às organizações sindicais. Age em duplo sentido, de um lado, corrompe a burocracia sindical, submetendo-a aos seus interesses; de outro, aperfeiçoa as restrições às liberdades sindicais e à independência.

A democracia do Estado faculta apenas a liberdade à classe dominante, por meio de seus partidos, do parlamento e do judiciário. As organizações dos trabalhadores são disciplinas por essa liberdade, que emana do direito burguês de propriedade e exploração do trabalho.

As massas trabalhadoras têm de rejeitar mais esse ataque à democracia e independência sindicais. É preciso constituir uma direção programática, combatendo a estatização e burocratização dos sindicatos. Enfrentando os ataques econômicos, sociais e políticos dos governos serventes do grande capital.

Ao contrário de se tomar a burocratização da CUT e a reforma totalitária do governo como motivos para a divisão da Central, a tarefa é a de construir as frações classistas no seio do movimento social e no interior dos sindicatos e da Central.

Trata-se de um momento em que se agrava a crise política. Apesar da situação econômica favorável e do apoio quase que generalizado da burguesia a Lula, a oposição burguesa realizava uma ofensiva contra o governo, se utilizando dos escândalos de corrupção que seriam denominados de Mensalão. O POR levantou a bandeira: Diante da disputa entre as quadrilhas da burguesia, é preciso manter a independência de classe: Tribunais Populares para julgar e punir de verdade. Defender as reivindicações das massas. Unificar nacionalmente as lutas pelo salário, emprego, terra, educação, saúde, moradia e ruptura com o imperialismo.

Massas 305 – 23 de agosto a 11 de setembro de 2005

Teses sobre a crise política do governo PT\Lula

1. Reflexos da decadência da classe capitalista

O apodrecimento do PT, como demonstra a rede de corrupção em que se envolveu, reflete a podridão da classe capitalista e de seu Estado. Os partidos da oposição burguesa inventaram o conto de que no governo Lula a corrupção partidária pontual foi transformada em sistêmica. Na realidade, o que o PT fez foi utilizar o modo de existência da política burguesa e dos mecanismos de funcionamento do Estado, que não aparecem aos olhos da população. A relação de parasitismo da classe capitalista com o Estado e seu manejo em favor do acúmulo de capital determinam a conduta dos partidos da burguesia e, particularmente, dos seus políticos. A concorrência entre os capitalistas se reflete nas instituições estatais na forma de compra de governos, deputados, funcionários e da burocracia estatal. A decadência do capitalismo potencia esse fenômeno inerente à sociedade burguesa. O PT não tinha – e partido nenhum da burguesia tem – como governar fora desse modo de existência do Estado.

2. As alianças do PT com partidos da burguesia

As alianças do PT com partidos da ordem capitalista, para ganhar eleições e consequentemente para governar, materializaram o conteúdo burguês de sua política. O programa estratégico do PT se revelou plenamente ao chegar ao topo do Estado, com Lula na Presidência. Mas antes teve de estabelecer compromissos com partidos dos exploradores, escalar postos governamentais e se valer do financiamento de campanha por poderosos grupos econômico-financeiros. O PT usou como capital o controle da CUT, de movimentos sociais e a capacidade de manipulação eleitoral das massas por meio de bandeiras reformistas, entre elas a moralização do Estado. Grupos econômicos entraram com a dinheirama. E partidos aliados deram o aval de que o PT passou a fazer parte da ordem “democrática”, ou seja, do Estado capitalista. As denúncias de corrupção foram muitas no trajeto de ascensão do PT, culminaram agora em um grandioso espetáculo de tráfico milionário. Quem ousou dentro do petismo resistir ao uso de tais expedientes – e foram poucos – viram-se cassados pela Comissão de Ética ou simplesmente se afastaram. É claro que a decomposição do PT atingiu o ápice com sua direção majoritária mergulhada em negócios de quadrilhas, sob o governo Lula. Tais acontecimentos e conduta do PT demonstram a impossibilidade de qualquer partido alcançar o poder do Estado pela via eleitoral sem depender do financiamento de campanha pelos capitalistas.

3. Decomposição generalizada

O amplo envolvimento de partidos e parlamentares na corrupção indica o grau de decomposição da democracia burguesa. O PT, para governar, sendo minoria, socorreu-se dos recursos disponíveis. Buscou apoio dos partidos dispostos a usar o governo petista como abrigo do fisiologismo. Os 52 milhões de votos atraíram os partidos anões da burguesia, incapazes de fazer frente aos três grandes partidos. O PMDB, o maior ajuntamento federativo de caciques e oligarcas, mesmo dividido, serviu desde o início de escora ao PT frente à oposição do PSDB\PFL. Por esse acordo, fortaleceu sua presença no seio do

governo. Os milhões distribuídos aos “aliados” asseguraram provisoriamente a maioria parlamentar e a estabilidade de Lula. Se não fosse assim, o PT e o Presidente da República estariam inteiramente nas mãos do parlamento, ou seja, da oligarquia partidária constituída pelo PSDB\PFL\PMDB. Mas a base governista constituída não fez senão criar por outro caminho sua dependência. O PT atingiu o objetivo de governar o País, mas às custas de subordinar seu governo a uma coligação comprada por cargos e muito dinheiro. O manejo do Estado deu-lhe as fontes de recurso. O empresário Marcos Valério não passou de uma peça da engrenagem pré-existente, que havia servido principalmente ao PSDB e PFL. Os reformistas petistas, que prometiam democratizar o Estado e juravam fidelidade à “democracia como valor universal”, prestaram-se de instrumento para os interesses capitalistas, o jogo das corporações e para a politicagem do conjunto dos partidos burgueses, tanto da oposição quanto da base aliada. O concreto da “democracia universal” é que o parlamento é um antro de traficantes e larâpios, que serve aos interesses históricos e conjunturais da decadente classe capitalista, contra as massas oprimidas.

4. Fracasso do programa reformista

O PT cumpriu seu desenvolvimento histórico fracassando no objetivo programático de reformar a economia, as instituições políticas e de resolver a situação de miséria dos explorados. Ao assumir o Estado, colocou-se a tarefa de administrar os interesses do grande capital internacional e nacional. Para que assim fosse, contraiu o compromisso de garantir a continuidade da política pró-imperialista do governo anterior e de manter os acordos com os credores. Esse passo foi decisivo para ganhar a confiança da burguesia. Tratava-se de prová-la governando. É o que tem feito com a política econômica de proteção aos banqueiros, multinacionais e agroindústria. As medidas assistencialistas para enganar os famintos acompanham essa diretriz. No essencial, o governo Lula tem se prestado a atacar a vida da maioria e a auxiliar as potências a saquearem o Brasil. Por mais que a esquerda petista procure convencer de que é possível recuperar o PT e seu governo, retomando as teses da origem, não faz senão expor o desespero com o fracasso definitivo da possibilidade de um governo reformista. A demonstração de que o partido do caudilho Lula se afundou no pântano da política burguesa e que passou definitivamente para o lado da horda que comanda o Estado concluiu o ciclo histórico do PT. O reformismo petista se degenerou na política do grande capital, transformando-se em agente do imperialismo, e chegou a conformar juntamente com seus aliados uma quadrilha estatal.

5. Disputa partidária no seio do Estado

A crise é fruto da luta interburguesa travada pelos partidos da oposição e o PT\Lula no interior do Estado. Começou com a exposição de um pequeno larâpio dos Correios recebendo suborno. O PSDB e PFL tiveram a oportunidade de revidar as acusações, feitas pelos petistas no passado, de compra de votos pelo governo de Fernando H. Cardoso. Chegou o momento de desmascarar a honradez do PT e de seu governo. A previsão de invencibilidade de Lula nas próximas eleições

poderia ser mudada. Eis o ponto central da batalha parlamentar e de informação travada em torno das CPIs do Congresso. A fração financeira do capital está muito bem com o PT\Lula. Setores industriais e comerciais estão de mãos dadas com o governo quanto à contenção dos salários e aos serviços prestados pelos sindicatos da CUT\Força Sindical. Exigem apenas respostas a problemas como carga fiscal, juros e direcionamento do orçamento. Como se vê, não há conflitos em torno da diretriz econômico-financeira de proporções que desencadeassem a crise política e os abalos ameaçadores ao mandato do Presidente. Observa-se então que não é mecânica a relação dos partidos com a classe burguesa ou, em particular, com suas frações. É certo que estavam fermentando elementos de conflito, mas a crise política se antecipou a tais condicionamentos. Está aí por que não tem o menor sentido a defesa do PT de que estava em marcha um golpe da direita. Nem se fala mais sobre isso depois que as provas de tráfico da cúpula petista foram apresentadas. Mas é importante compreender as raízes do despedaçamento do governo Lula. Encontram-se na mais acabada integração do PT no Estado e nas suas relações com a oligarquia partidária.

6. Desmoralizar para derrotar

A burguesia e seus partidos de oposição temem o avanço das denúncias até ao Presidente Lula. O objetivo é desmoralizá-lo ao máximo, enfraquecer o apoio eleitoral da população e derrotá-lo no próximo pleito. O impedimento foi acenado como parte da guerra parlamentar contra o governo do PT. Mas não é o objetivo procurado. É uma arma guardada pelo PFL, principalmente. A demonstração de que o Presidente do PSDB Eduardo Azeredo foi um dos precursores do financiamento de campanha por meio de Marcos Valério e que dele se beneficiaram mais de uma dezena de políticos, abrangendo o PSDB, PFL, PDT, PSB, PTB etc arrefeceu o ímpeto investigativo da oposição. Todos são sustentados por grupos capitalistas e todos usam o Estado para o tráfico. A crise entrou em uma fase de negociação. As revelações do arquiteto da campanha publicitária de Lula, Duda Mendonça, de que o tráfico tem proporções internacionais e a do presidente do PL Valdemar Costa Neto de que Lula estava a par das negociatas eleitorais eram os dados legais de que o PFL e PSDB precisavam para o afastamento do Presidente. Mas ainda assim o afastamento continua sendo “o último recurso”, como expressa um dos representantes da Igreja Católica, o bispo de São Carlos. O emaranhado da crise é tal que os partidos não controlam os acontecimentos. Não se sabe que outras revelações mais comprometedoras do governo poderão vir à tona. As denúncias contra o PT vieram de dentro da aliança governamental e envolveram o conjunto dos aliados. A exposição do presidente do PL passou a envolver tanto Lula quanto seu vice José Alencar. É um passo importante para colocar o governo ainda mais na dependência do PFL\PSDB (rodeados pelo PPS, PDT, PSol, etc.), que passam a deter com materialidade evidente a arma do afastamento. Certamente, vão negociar a saída. Os novos fatos vieram em seguida à sintomática “visita” do chefe do Tesouro norte-americano ao Brasil para dizer que a comunidade internacional está contente com o governo, que tem cumprido rigorosamente os acordos ditados pelo FMI. O trunfo de Lula nesse quadro de turbulência é o apoio do capital imperialista, que alicerça a escora de setores internos e limita a ofensiva da oposição contra o Presidente da República. A “guerra” contra o PT pode ir até onde o PSDB e PFL tiverem força. A reunião da CNBB, que criticou o fato do Presidente não se apresentar à nação suas explicações, mostra o afastamento de uma importante força política pró-Lula. A oposição burguesa precisa alcançar maior unanimidade para dar o golpe de misericórdia no governo espatifado.

7. Desmantelamento do PT

Uma importante vitória, talvez decisiva, conseguida pelos gran-

des partidos da burguesia foi o desmoronamento material do PT, base onde se assentou a força de sua política eleitoral. Quanto mais se desmontar a estrutura de influência no aparelho do Estado, arquitetada por José Dirceu, e mais se estancar as fontes de financiamento, mais sufocado estará o PT e menos poder terá para disputar eleições. Esse feito é tão importante que o afastamento de Lula não tem tanta transcendência. Há um loteamento oligárquico do aparato estatal entre os grandes partidos burgueses (PSDB\PFL\PMDB), que tem por detrás a formação histórica do Estado, como expressão da economia semi-colonial e da correspondente classe capitalista, loteamento que foi perturbado com a ascensão do PT, um partido não orgânico da classe dominante. Há consenso de que esse partido é “importante para a democracia”, mas como coadjuvante dos demais partidos dominantes. Importante enquanto controlar os sindicatos e movimentos sociais. Em grande parte, a vida do PT se deve ao caudilho ex-operário Lula. Reduzindo a capacidade financeira do aparato petista, seu caudilhismo enfraquecerá e poderá desaparecer no futuro sem grandes traumas. Esse caminho vem se delineando pela crise e pelas relações objetivas no poder do Estado e no âmbito das classes sociais.

8. PT dá as armas à oposição burguesa

É preciso repetir que o desmoronamento da direção do PT e o processo de sua reorganização resultaram do choque interburguês no seio do Estado. Nada tiveram a ver com a vida das massas. Estas foram arrastadas pelo reformismo a constituir um governo que não lhes pertence e que age até mesmo contra suas necessidades elementares. Os trabalhadores foram enganados com as bandeiras de reformas populares. O chamado de uma ala da esquerda petista de se voltar para os explorados só serve para acobertar o PT apodrecido e sustentá-lo como instrumento da burguesia contra a classe operária e dos camponeses pobres. A bandeira de retomar as origens – ao Manifesto de Fundação do PT – significa a defesa do reformismo, que é inviável e que cumpre um papel reacionário. O PT se afundou na política burguesa justamente por nascer como um partido reformista. Essa é a lição mais importante da bancarrota do PT e de seu governo. Não há como revitalizar o capitalismo, disciplinar a burguesia e acabar com a miséria e o atraso da maior parte da população. O PT, que acabou sendo conduzido por políticos da pequena burguesia, apoiados no caudilho Lula e na vasta burocracia sindical cutista, foi edificado sobre fórmulas como revitalização da economia, incorporação de uma vasta camada de “excluídos” no mercado interno e defesa da soberania nacional (resguardo dos interesses da burguesia brasileira). No início, como oposição, a direção pequena burguesa e o caudilho Lula puderam comparecer com o palavreado e as fórmulas programáticas do reformismo esquerdista. Com fraseados e falsificações históricas, combateu a posição marxista de formar o partido proletário revolucionário. Aliou-se à campanha do imperialismo pela restauração capitalista na ex-União Soviética e usou a desintegração dos partidos comunistas estalinistas para combater o programa da revolução proletária. Condenou a ditadura do proletariado, confundindo-a propositamente com a ditadura estalinista. Escondeu a ditadura de classe da burguesia e o fundamento burguês do Estado com a máscara da “democracia como valor universal”. E, finalmente, os falsificadores da história e manipuladores dos oprimidos assumiram a tarefa de exercer a ditadura de classe da burguesia e chafurdaram-se na podridão do capitalismo. As esquerdas petistas fizeram de tudo para levar o PT e Lula ao poder. Sempre souberam do rio de dinheiro injetado por capitalistas nas campanhas do partido. Agora continuam a defender o organismo canceroso e apodrecido. Há quem use a bandeira da IV Internacional (O Trabalho) para encobrir suas responsabilidades. E com ela age no sentido de recuperar o PT e o governo Lula. Retomam

o conhecido slogan de volta às origens. Pretendem ficar com o espólio do PT, como se fosse possível eliminar as heranças do reformismo. Imputam a responsabilidade do apodrecimento do partido apenas ao “Campo Majoritário”, como se nada tivessem a ver com o financiamento capitalista ao PT. O que não importa se legal ou ilegal, se contabilizado ou não. O fundamental é que as esquerdas petistas não caracterizaram o conteúdo burguês do petismo e o ajudaram a iludir os trabalhadores. Por sua vez, dirigentes do campo majoritário, que dizem desconhecer a rede de financiamento montada por Delúbio e que se posam de enganados pela camarilha de José Dirceu, lançaram a bandeira de “refundar o PT”. Com a maior desfaçatez, fazem-se de inocentes diante das evidências de que o campo majoritário foi regado com a dinheirama, para se fortalecer inclusive externamente na política burguesa e internamente em detrimento das demais correntes petistas. Para isso, esses dirigentes organizaram uma burocracia partidária venal. A corrente Articulação e seus aliados forjaram com sua política os arrivistas e os engenheiros da compra das alianças. O movimento por preservar o PT, seja com a bandeira de “refundação”, seja com a de volta às origens, é uma tarefa que se contrapõe à construção do partido revolucionário.

9. A posição do estalinismo parasitário

A defesa do PCdoB ao governo Lula é consequência da política do estalinismo, que identifica um setor “progressista” da burguesia, disposto a defender a soberania do País, a desenvolver de forma independente a economia nacional e a efetuar reformas populares. É bom lembrar que, no nascimento do PT, João Amazonas, histórico dirigente estalinista, considerou o trotskismo um dos agentes da construção de um partido socialdemocrata. Em pouco tempo, o versátil PCdoB identificou o PT como fator progressista e instrumento da frente popular. Fez do caudilho Lula centro de suas atenções. Parasitou as frentes com o PT para alcançar postos no parlamento. Compôs o governo Lula, articulando sua política parlamentar. Conchavou com os mais reacionários pontífices da oligarquia, do tipo Antônio C. Magalhães. Aprovou a montagem de um ministério, cuja linha central era e é a de proteger o grande capital nacional e internacional. Atuou em consonância com ministros e homens de estado abertamente identificados como corruptos. No quadro da crise, foi destituído do cargo de articulador do governo, para atender a reforma ministerial favorável à oligarquia do PMDB e bandidos aliados. Não teria a menor importância essa trajetória previsível do PCdoB se não fosse o fato de controlar a UNE\UBES. Juntamente com a burocracia da CUT e do MST, vem defendendo o governo que cai de podre. Para o PCdoB, não é o PT e seu governo que se atolaram no pântano da política burguesa, mas é a direita que quer dar um golpe. Falsifica a realidade para manter seus postos no governo ou os favores concedidos pelo Estado. O estalinismo realiza mais uma experiência de adaptação ao capitalismo, agora comparecendo sem atenuantes como uma corrente parasitária.

10. Por que o MST se alia à CUT e UNE em defesa de Lula

O apoio da direção do MST a Lula, sob a figura de João Pedro Stédile, é um grande erro que comete contra os camponeses e demais oprimidos. E não é por insuficiência de compreensão. Consequente com o objetivo de obter assentamentos por meio do Estado, o MST teve o PT como instrumento estratégico. O seu núcleo dirigente se orienta pelo castro-guevarismo. Não tem, portanto, o proletariado como a classe revolucionária capaz de resolver o problema da terra em aliança com os camponeses oprimidos. O castro-guevarismo comparece como uma variante do nacionalismo e do reformismo. No caso, o MST expressa a defesa da pequena propriedade da terra. O socialismo apregoado como uma esperança, um sonho de liberdade

e uma utopia é de conteúdo pequeno-burguês, aspiração camponesa da pequena propriedade agrária. É-lhe inconcebível a tese de que só o proletariado, dirigindo a maioria oprimida, poderá expropriar os latifundiários, por meio da revolução social. O castro-guevarismo combate esse pressuposto, rejeitando a real solução que é a transformação da propriedade privada capitalista em propriedade social, coletiva, socialista. Essa é a razão essencial do MST servir de instrumento do PT e de apoiar o governo petista até hora da morte. A tese de um governo democrático e popular do reformismo coincide com a do castro-guevarismo. A direção do MST trabalhou por essa estratégia e confiou que o governo Lula desse resposta mais avançada que os governos anteriores. Ocorreu o contrário, o movimento camponês limitou sua campanha de ocupação. Permitiu que o governo do PT\Lula reduzisse o ritmo dos assentamentos e que os latifundiários continuassem a assassinar ativistas do movimento camponês, sem responsabilizar os petistas no poder. A união do MST com a burocracia da CUT e com os estalinistas da UNE para defender Lula resulta da política castro-guevarista.

11. O lugar da CUT no governo PT\Lula

A burocratização e estatização da CUT acompanham a trajetória do reformismo petista. As organizações sindicais do proletariado, em grande parte, serviram de instrumento para viabilizar o PT, inclusive financeiramente. E continuam a servir frente à crise. Evidenciou-se a íntima ligação da CUT e seus sindicatos com o petismo. O fenômeno geral da estatização dos sindicatos na época do imperialismo tem a particularidade, no Brasil, atualmente, de ocorrer em grande medida sob a política do PT. A fração do sindicalismo não petista, a segunda em importância, comandada pela Força Sindical, está com o PDT e outros partidos da burguesia. A burocracia que se constituiu após o regime militar, condicionada à democracia burguesa, vale-se de um milionário orçamento proveniente do imposto sindical. Reproduz nos sindicatos as relações promíscuas da sociedade burguesa. A burocracia constituiu uma casta de privilegiados e arrivistas. Quase em sua totalidade, as direções sindicais estão envolvidas na política burguesa. O PT formou uma escola de corrupção sindical. Não por acaso se aproximou do sindicalismo patronal e totalitário da Força Sindical. E passou a reproduzi-lo. A burguesia começou a ter apreço pelo PT no momento em que este evidenciou as condições de tornar os sindicatos correias de transmissão da política de colaboração de classe. Conforme os burocratas mostravam capacidade para manejar posições favoráveis à contenção da luta de classe, ganhavam projeção na política burguesa e se tornavam parlamentares, assessores, administradores etc. O PT potenciou a cooptação de um enorme contingente de diretores sindicais e cutistas pelo Estado. O sindicalismo pelego tem sido um viveiro de quadros para compor a política burguesa e materializá-la nas bases dos trabalhadores. Não há como a classe capitalista organizar sua política no interior do movimento operário e popular sem formar serviços que venham do seio dos próprios explorados. A compra de parlamentares e financiamento de campanhas por todos os meios possíveis é um fenômeno intrínseco ao Estado e à política dos exploradores, mas a formação da burocracia sindical e sua corrupção é um fenômeno imposto de fora às organizações dos assalariados. O apoio da CUT, MST e UNE ao governo atolado na política do grande capital indica o grau de comprometimento de suas direções com a estatização das organizações de massa.

12. Fim do ciclo histórico do PT

O PT e sua burocracia sindical constituíram e constituem um poderoso obstáculo para a independência política e organizativa dos explorados. Alimentam as ilusões eleitorais, as soluções governamen-

tais e o colaboracionismo. Atacam a via revolucionária de responder à exploração do trabalho, ao desemprego e à fome. Mas a experiência com o reformismo chegou a um ponto que indica seu declínio. Historicamente, o PT esgotou seu ciclo, com seu governo trocando o programa de reformas do capitalismo semicolonial pelo programa do imperialismo. É claro que a burguesia irá sustentá-lo politicamente o quanto puder. As esquerdas petistas e não petistas, que formularam uma estratégia para o reformismo (governo dos trabalhadores e variantes), mostraram desconhecer a tarefa de construir o partido-programa. Ou estão perdidas como correntes do PT, ou como oposição fora do PT se negam à autocritica por terem se afastado da tarefa de constituir o programa da revolução e ditadura proletárias. As correntes que levantam a bandeira de “construir uma alternativa” ao PT revelam sua dependência passada ao reformismo petista e aos métodos eleitorais da democracia burguesa. Nem para efeito didático tem sentido essa bandeira. A formação do partido revolucionário se dá pelo Programa de Transição, da IV Internacional, aplicado às condições históricas do País. Não se impõe como alternativa ao fracasso do reformismo. Ao contrário, o programa proletário tem historicamente o reformismo como instrumento da burguesia. Desde os primórdios do marxismo, as teses reformistas foram combatidas. Em sua trajetória, puderam expor sua impotência, chegando à fase do capitalismo imperialista como agente do grande capital internacional. O reformismo petista colocou-se a tarefa de independência nacional do Brasil semicolonial, ajoelhou-se sem ter esboçado o mínimo de resistência perante os amos imperialistas. No passado, o estalinismo (PCB) se decompôs sob a estratégia da revolução democrática encabeçada pela burguesia nacional. Tornou-se instrumento do nacionalismo. Suas teses mostraram-se inúteis com o esgotamento do ciclo nacionalista, iniciado em 1930 e concluído em 1964, com o golpe militar. A oposição de esquerda trotskista dos anos 30 não foi capaz de constituir o programa no seio do proletariado. É sobre os escombros do estalinismo e a ausência do partido marxista-leninista-trotskyista que se ergueu o PT reformista. Arrastou todas as correntes que se reivindicavam da construção do partido socialista. No transcurso do PT, foram se adaptando ao reformismo, negando-se a defender a estratégia da revolução proletária e elaborando uma estratégia de poder para o PT (governo dos trabalhadores), pela via eleitoral (vote no PT, por um governo dos trabalhadores ou vote em Lula, por um governo da cidade e do campo). O fundamental dessa síntese, no momento em que o PT afunda,

é expor a tese de que a luta pelo programa da revolução proletária se distingue de todas variantes esquerdistas e se ergue consequentemente contra o reformismo petista.

13. Comprovação das posições do POR frente ao PT

A crise do PT tem a virtude de comprovar as teses marxistas de inviabilidade do reformismo em nossa época e sua transformação em pró-imperialismo. Também de apresentar sua verdadeira face diante dos trabalhadores: um partido corrompido pelo capital. Facilita o combate à burocracia sindical. Traz à luz do dia a defesa da independência das organizações sindicais e dos movimentos. Testa mais a fundo as posições das correntes de esquerda frente ao reformismo, à democracia burguesa e aos partidos da ordem. E demonstra o oportunismo e a claudicação, no passado recente, da esquerda democratizante frente ao PT e ao caudilho Lula. O turbilhão dos acontecimentos arrasta as esquerdas por detrás da luta partidária interburguesa. Ou se colocam na defesa do governo Lula, ou no campo da oposição burguesa. As bandeiras de apuração da corrupção e punição dos corruptos pelo Estado as fazem confluir com a campanha do PSDB\PFL\PDT\PPS\ . E alimentam a ilusão no parlamento e na justiça. A frente de denúncia com o PDT, PPS e PSol favorece a oposição burguesa. Particularmente, o PSol está metido nas CPIs, que servem ao PFL e PSDB, não só para combater o PT mas também para acobertar seus próprios crimes. O PSTU se meteu nessa frente e age no sentido de exigir que o Ministério Público investigue o Presidente Lula. Por essa via, não se trava a luta independente dos trabalhadores e da juventude. Trata-se de denunciar os crimes não só do PT, mas de todos partidos que compõem o poder do Estado. A podridão do PT e de seu governo serve para mostrar que é preciso derrubar o poder da classe capitalista. O ponto de partida da organização das manifestações é a defesa das reivindicações da classe operária e demais explorados. O crime mais importante do PT foi o de ludibriar os famintos, com as promessas de acabar com a fome. A resposta é sair às ruas em defesa da escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital calculado pelas assembleias dos explorados, terra aos camponeses, educação e trabalho para toda juventude, fim das reformas neoliberais e expulsão do imperialismo. Por esse caminho, coloca-se a bandeira de apuração, por um tribunal popular, dos crimes do PT\PSDB\PFL e demais. Esse combate se dá sob a estratégia de um governo operário e camponês, da revolução proletária.

O Congresso do PT confirma a indicação de Lula da candidatura de Dilma Rousseff. Nesse jornal procuramos evidenciar o apodrecimento do caudilho Lula no seio da política burguesa. Entrevista de Lula ao jornal O Estado de S. Paulo – “O PT que chegou ao governo foi o PT maduro. De vez em quando, acho que foi obra de Deus não permitir que eu ganhasse em 1989. Se eu chego em 1989 com a cabeça do jeito que eu pensava, ou eu tinha feito uma revolução no País ou tinha caído no dia seguinte”.

Massas 387 – 28 de fevereiro a 13 de março de 2010

IV Congresso do PT: Lula e sua camarilha ditam o que aprovar

O I Congresso do PT, novembro/dezembro de 1990, teve o objetivo central de aprovar uma resolução de rejeição à revolução social, à estratégia da ditadura do proletariado e ao comunismo. No mesmo âmbito de decisão, expulsaram-se as correntes de esquerda que não aceitaram a disciplina burocrática do partido burguês que se consolidava como tal. A delimitação de fronteiras entre a manutenção do capitalismo e o de sua destruição pela revolução resultou em um ato final do processo de completa definição do PT como partido da ordem burguesa.

As esquerdas ditas socialistas viram na criação do PT, em fins dos anos 70 e começo de 80, a possibilidade de um partido eleitoral de esquerda que levasse o reformismo às últimas consequências. Formula-

ram a estratégia de um governo dos trabalhadores a ser defendido nas eleições e brandiram um conjunto de reivindicações democráticas, entre elas a “reforma agrária radical, sob o controle dos camponeses”.

A posição majoritária liderada pela corrente lulista (Articulação) levantou, desde cedo, o “programa de um governo democrático e popular”, extraído da tradição estalinista, para comparecer como um partido pró-capitalista renovador das instituições, das formas políticas estatais e das relações sociais. Evidenciava-se a impossibilidade de um partido de esquerda socialista eleitoral e colocava-se a possibilidade de um partido reformista. O triunfo dos partidários do “governo democrático e popular” contou com a força da burocracia sindical

e principalmente do caudilhismo de Lula, líder das greves do ABC que desafiaram a ditadura militar.

O PT deveria se concentrar na tarefa de ganhar setores da burguesia para se potencializar e se credenciar como instrumento de conservação do capitalismo. O I Congresso foi talhado para isso. Aprovava o documento programático de rejeição ao comunismo e expulsaria as correntes que não acatassem a decisão, disposta no regimento interno. Cumprida essa etapa, o PT podia bater à porta dos capitalistas com um passaporte carimbado pelo I Congresso.

Esse processo ocorreu sob a circunstância de crise política e de potencialização eleitoral do petismo, mas não o suficiente para constituir-se no poder do Estado, com Lula presidente. Nas eleições de 2002, o PT se apresentou com uma política amadurecida para governar: havia se livrado do esquerdismo inicial e dos esquerdistas inconvenientes.

A burguesia brasileira e internacional exigiu de Lula que fizesse uma última demonstração – que colocasse o PT de joelhos perante o grande capital, comprometendo-se não só defender o capitalismo, mas também a diretriz geral do capital financeiro, imperialista. Lula acatou e publicou a “Carta ao Povo Brasileiro”. Com esse gesto, o PT se mostrou servil à ditadura de classe da burguesia; e os cofres se abriram para regar fartamente a alegre campanha eleitoral do “Lula, lá”.

Em outubro de 2010, encerram-se dois mandatos de Lula. O caudilho cumpriu à risca a “Carta ao Povo Brasileiro”. Mostrou competência em gerenciar os grandes negócios dos exploradores do povo brasileiro e em sobreviver no emaranhado das quadrilhas de politiquinhos, burocratas e ladrões que comandam o Estado. Mostrou competência em usar o ciclo de crescimento econômico para distribuir migalhas aos miseráveis e mantê-los paralisados. Mostrou competência em estatizar os sindicatos, levando sob cabresto a burocracia sindical para os meandros do Estado. Mostrou competência em manter o MST atrelado às promessas de assentamentos e melhoria das condições materiais dos assentados. Mostrou competência em manietar as pressões do “movimento dos direitos humanos”, “dos direitos raciais”, “dos direitos indígenas etc. Mostrou competência para, na crise, entregar bilhões às multinacionais e até “emprestar para o FMI”. Enfim mostrou competência em projetar internacionalmente o Brasil nos fóruns do imperialismo.

Com a economia indo à frente e com muito recurso, Lula fez mais um milagre brasileiro. Já se fala que ficará na história como estadista ao lado de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Lula, o retirante

nordestino faminto, o operário, o presidente do sindicato metalúrgico e o Presidente da República com mais de 70% de aprovação da população, ocupou triunfante a tribuna do IV Congresso para mostrar aos petistas que Dilma Rousseff já tinha sido escolhida fazia tempo e que o fundamental era garantir a ampla aliança partidária, tendo o PMDB como pilar, assim como o foi em seus dois mandatos. Ao IV Congresso, cabia tão-somente fazer a saudação.

E o programa de governo? A direção do PT procurou inventar a história de que Dilma faria um governo mais à esquerda de Lula. Avançaria a presença do Estado na economia. Lula mandou o presidente do PT, Ricardo Berzoini, imediatamente corrigir o documento, pomposamente intitulado “A grande transformação – Projeto de Desenvolvimento Nacional Democrático Popular, Sustentável e de Longo Prazo para o País”, antes que a imprensa desse um tom de seriedade à suposta esquerdização de Dilma.

O texto não apregoa nada além do que o governo vem fazendo, que é potencializar os bancos estatais, particularmente o BNDES, colocando-os a serviço do grande capital nacional. Mas Lula e Dilma exigiram que ficasse claro que não se está propondo reestatizações. E que os compromissos com a política fiscal, monetária e cambial serão mantidos. Os componentes petistas do Planalto querem que não haja qualquer dúvida ou omissão quanto à avaliação positiva das diretrizes governamentais e do continuísmo. Assim, deveria estar totalmente claro que fortalecer o Estado significa dar condições para os capitalistas investirem, aumentarem seus lucros, agigantarem a acumulação de capital e terem estabilidade para seus negócios. Os programas assistenciais, por sua vez, devem ser tratados no Projeto como perenes, sem qualquer vacilação como aparece no texto.

Os escribas da Executiva Nacional acataram as ordens, e o IV Congresso homologou o documento. A dita esquerda do PT – que comporta inclusive os lambertistas d’O Trabalho – teve de se conformar com o congresso da unidade, nos dizeres de José Genoíno. Em seu discurso, preparado pela camarilha de Lula, a ex-pedetista Dilma exortou a burguesia a ficar tranquila, pois, se eleita, não “haverá retrocessos ou aventuras”.

Os explorados terão de arcar com mais exploração, pobreza e miséria com a promessa de avanços e bem-aventuras feitas aos capitalistas de Dilma.

(...)

O oportunismo sem limites do Jornal O Trabalho é bem conhecido por sua adaptação fisiológica ao lulismo. A nota que segue abaixo denuncia o fato dos lambertistas continuarem manchando o nome da IV Internacional.

Massas 388 – 19 de março a 8 de abril de 2010

Jornal “O Trabalho” se curva perante o IV Congresso do PT

A sua edição de 25 de fevereiro estampa a pergunta: “Depois do 4º Congresso do PT, o que fazer?” A resposta deveria ser: rever suas posições de capitulação perante o reformismo, o governo burguês de Lula e a corrupção de sua burocracia partidária. Se houver alguma centelha de marxismo em algum militante do “O Trabalho”, é hora de se autocriticar e romper com os burocratas petistas que se enfeitam de trotskistas e enlameiam o nome da 4ª Internacional. Já não há como acobertar a capitulação com o argumento da tática de ajudar as massas que confiam em Lula e no PT a fazerem a experiência.

Nosso veemente repúdio à posição do “O Trabalho” se deve ao fato de tomar posição antimarxista em nome do marxismo e especialmente da 4ª Internacional.

No artigo “Depois do 4º Congresso do PT”, estampa-se a miséria política de quem está submisso e quer se mostrar altaneiro defensor

de posições independentes. Começa assim: “Quando Lula encerrou o 4º Congresso do PT dizendo que ‘não tem que ter medo de tomar decisões de estatizar setores estratégicos que não estiverem funcionando’, ele se aproximou do sentimento de boa parte dos delegados, hostilizados pela mídia”. Lula acaba de ter votado seu projeto de pré-sal que mantém os interesses das multinacionais e fortalece o caráter semiprivatizado da Petrobrás. Lula encaminha a privatização dos Correios. As obras do PAC estão voltadas a enriquecer o grande capital, a custa dos explorados.

Continua: “Esses delegados, como os trabalhadores e povos da América Latina, querem as riquezas privatizadas pelo imperialismo, para fazê-las ‘funcionar’ em benefício da nação.” Benefício da nação significa benefício da burguesia nacional.

Lamenta: “Mas no dia anterior, Berzoini jogou o peso da direção

para derrotar a emenda de João Moraes (coordenador da FUP) à plataforma que falava em “crescente nacionalização”, acrescentando a ‘retomada do monopólio estatal do petróleo’. A partícula adversativa “mas” refere-se à fala de Lula considerada positiva pelo “O Trabalho” e à suposta aspiração estatizante dos delegados. Onde foi parar a “boa parte dos delegados” que não pôde derrotar a intervenção de Berzoini? Quem não sabia que Lula e Dilma intervieram junto à direção para que se mudasse toda formulação que desse a impressão de estatismo e de reestatização? Não foi Berzoini que jogou peso contra o adendo da FUP, mas sim Lula e Dilma.

Conclusão: “O resultado simboliza os limites da plataforma do 4º Congresso. Como reestatizar um ‘governo de coalizão’ com o PMDB?” Que limites? A plataforma eleitoral do 4º Congresso foi talhada para manter a burguesia convencida de que o PT e Dilma continuarão com a cartilha dos dois mandatos de Lula. O Congresso não aprovou nenhum plano de reestatização. A indagação sobre a reestatização e a coalizão é vazia.

O artigo chega ao discurso de Dilma, cuidadosamente preparado para não deixar sombra de dúvidas sobre o continuísmo lulista, e questiona como a candidata poderia enfatizar a soberania e contraditoriamente exemplificar com o empréstimo do Brasil ao FMI, que age contra a soberania dos povos. Ora, para Dilma, soberania é o que o

O Manifesto do POR alerta os explorados sobre a vitória eleitoral de Dilma em 2010. Assinala que a crise econômica se agravará e que o governo do PT atacará os assalariados.

Massas 401 – 7 a 21 de novembro de 2010

Aos operários, camponeses, demais trabalhadores e juventude

Com a vitória de Dilma Rousseff, constitui-se mais um governo burguês no Brasil. Somente o programa da revolução proletária e o levante dos explorados constituirão um governo operário e camponês, da maioria explorada e socialista

Com quase sessenta milhões de votos, de pouco mais de cento e trinta e cinco milhões de eleitores, portanto com menos da sua metade, Dilma Rousseff saiu vitoriosa no segundo turno contra o candidato José Serra (PSDB). Na ausência de um partido revolucionário, constituído no seio dos explorados, o Partido Operário Revolucionário em construção defendeu o voto nulo programático desde o primeiro turno. Nossa luta foi e é pela independência política da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida perante os partidos da burguesia, seu Estado e todas as instituições que o compõem, como as igrejas, associações empresariais, imprensa etc.

O PT há muito se aburguesou. O governo de Lula serviu aos interesses do grande capital nacional e multinacional. E Dilma fará o mesmo. A sua candidatura foi montada sobre uma ampla aliança, cuja coluna vertebral é o PMDB. As massas elegeram Dilma, mas quem vai estruturar o governo são os partidos da aliança. Não por acaso, as forças políticas que garantiram a vitória de Dilma reuniram parte da velha oligarquia e figuras marcadas pelos interesses oligárquicos e familiares, como as de José Sarney, Renan Calheiros e Fernando Collor.

Não resta dúvida que a candidatura de José Serra estava escorada por poderosos grupos econômicos e contava com apoio do imperialismo. Mas esse fato não deve obscurecer que Dilma tão-somente constituirá um novo governo burguês e que administrará os interesses da classe capitalista como se fossem de todos os brasileiros.

O POR rechaça a noção de que eleger o melhor entre o pior presente o melhor para o povo e para o Brasil. O melhor e o pior nas eleições dizem respeito à disputa interburguesa entre os partidos da ordem capitalista. As massas eleitorais são arrastadas de um lado a

governo está exercendo: Lula tanto doa recursos para o FMI, quanto colabora com o imperialismo com tropas intervencionistas no Haiti.

O articulista aumenta o tom da voz: “É preciso romper com a política econômica para conquistar a soberania nacional e atender as reivindicações populares”! Mas Lula teve dois mandatos para romper a política econômica de FHC e não fez senão aperfeiçoá-la. E “O Trabalho” não fez senão apoiar o governo de Lula.

Chega ao final, do “O que fazer”?: “De nossa parte continuaremos a luta por um governo do PT” (...) “De nossa parte, combateremos nas eleições contra a volta dos privatistas e pró-imperialistas, junto na campanha de Dilma e do PT...” Tanta conversa sobre reestatização e soberania para professar solenemente a participação na campanha eleitoral do PT, para contribuir com a vitória a Dilma. O que fará seu governo? Romperá com o imperialismo? Atacará o poder das multinacionais? Limitará o domínio da capital financeiro? Será um governo burguês nacionalista? Não, Dilma seguirá os passos do governo Lula que administrou o Estado em função da preservação do capitalismo e dos interesses do grande capital. O “verdadeiro governo do PT” é o de Lula. Não haverá outro. A promessa de que “O Trabalho” continuará a defender “os pontos da plataforma hostilizados pelos privatistas” é uma máscara para encobrir a subserviência ao reformismo contrarrevolucionário.

outro pelo poder econômico e pela propaganda como se de fato se responsabilizassem por escolher o melhor e, portanto, por decidirem o seu próprio destino. Trata-se de um jogo e uma miragem criados pelos partidos da burguesia e pela democracia formal, que de quatro em quatro anos convocam os pobres a apertarem os botões das urnas eletrônicas.

Os trabalhadores nas eleições não decidem nada que dizem respeito às suas necessidades presentes e futuras. Decidem, em alguns segundos de votação, que candidato será eleito – isso é a democracia formal, burguesa. É falso que escolhem programas e propostas. A política econômica do governo eleito será resolvida de acordo com as exigências da situação econômica do capitalismo, ou seja, da exploração do trabalho e da acumulação de capital.

A crença de que Lula foi bom para os pobres, com o Bolsa Família e outros programas sociais, e que Dilma continuará fazendo o mesmo é um veneno inoculado no cérebro dos famintos por meio do estômago. A substância desse veneno é a política burguesa de assistencialismo, de controle e de prostração das massas exploradas.

A bandeira de Lula, Dilma e PT que os pobres estão ficando menos pobres e que a miséria está diminuindo cria a ilusão de que o sistema econômico capitalista de exploração do trabalho caminha para a eliminação das brutais chagas sociais. O assistencialismo serve para arrastar a maioria a apoiar os pretensos reformistas. Na realidade, a classe capitalista aumentou suas propriedades, riquezas e luxos; a classe operária e os camponeses continuaram pobres ou miseráveis. A pequeníssima melhoria para uma camada social é conjuntural e insignificante diante das necessidades primárias, como alimentação,

vestimenta, habitação, saúde e educação. Milhões de brasileiros continuam à margem do essencial. Lula, Dilma e PT fantasiam que seus governos têm como integrar esses milhões ao consumo e dinamizar a economia capitalista.

A maioria pobre que elegeu Dilma votou na boa fé de que tudo continuará melhorando e que os dias de privação vão se acabar. E outros milhões que não deram maioria a José Serra foram convencidos de que estariam se contrapondo à corrupção e à desumanidade daqueles que admitem o aborto, bem como assegurando a estabilidade econômica. Imprensa, padres, bispos, papa, pastores e empresários não se cansaram de apresentar Serra como o melhor candidato. É verdade que uma facção das igrejas trabalhou por Dilma, salientando que seu governo será melhor para todos. Mas a maioria continuou com Dilma na esperança de que a miséria e a fome têm seus dias contados.

Não há nada pior para os explorados do que confiar suas dores aos exploradores. Não há nada pior para os explorados do que não confiar em sua força coletiva e depositar confiança nos traidores. Mas essa trágica constatação é consequência, que não deve servir para responsabilizar os explorados. A causa mais profunda se encontra internacional e nacionalmente na crise de direção política.

As jovens gerações da classe operária e da juventude desconhecem o processo histórico de destruição do partido comunista russo e da III Internacional Comunista, ambos enraizados na Revolução Russa de 1917. Destruição essa levada a cabo pela fração dirigida por Josef Stálin e que se estendeu por todos os PCs do mundo. No Brasil, a degenerescência estalinista do PCB/PCdoB bloqueou o desenvolvi-

mento do partido revolucionário. As organizações de esquerda que se formaram já no final da ditadura militar não foram capazes de se colocar pela tarefa de constituir o programa da revolução socialista e de elevar a organização e a consciência de classe dos explorados.

O PT surgiu no quadro de crise de direção revolucionária e se projetou apoiado inicialmente nos sindicatos e na CUT. Mas acabou se aproximando de setores da burguesia e definitivamente se corrompeu na política eleitoral. A vitória de Dilma acelerará a experiência dos oprimidos com o PT, embora o caudilhismo de Lula tenha permanecido vivo.

O POR alerta a classe operária, os camponeses e a juventude a não confiarem no novo governo. Dilma, o PT, PMDB, PSB, PCdoB e outros aliados terão de continuar as reformas antipopulares, como a da previdência e a trabalhista. A crise econômica mundial ainda não se esgotou. Os seus reflexos no Brasil foram absorvidos, mas a custo de maior endividamento do Tesouro Nacional e do endividamento da população. O grande capital exigirá maior proteção e Dilma estará ao seu serviço.

O Partido Operário Revolucionário chama os trabalhadores e a juventude a se organizarem no seu campo de classe, construir o partido marxista-leninista-trotskista, libertar os sindicatos do controle da burocracia e defender as reivindicações por meio do método da ação direta (greves, bloqueios, ocupações, etc.). O POR estará na linha de frente dos combates, empunhando o programa da estratégia da ditadura do proletariado e da aliança operário-camponesa.

Viva a independência de classe dos explorados!

Nenhuma confiança no novo governo burguês de Dilma!

.....
Esse artigo contém dois aspectos fundamentais: 1) a pressão do imperialismo sobre a política exterior do novo governo; 2) a posição sobre os crimes da ditadura militar. Expressa a impotência do reformismo petista diante das potências e sua incapacidade de enfrentar a resistência dos militares em abrir os arquivos que comprovam o amplo envolvimento das Forças Armadas com a tortura, o assassinato e o desaparecimento de opositores ao golpe de 1964.

Massas 404 – 23 de janeiro a 6 de fevereiro de 2011

Dilma: Primeiros passos

Há a expectativa de uma parte da classe capitalista de que o novo governo de Dilma Rousseff se distancie da gestão de Lula. Sabe-se que não haverá uma ruptura com o lulismo, responsável por manter o PT no poder. Mas se espera uma mudança quanto à política exterior e quanto ao direcionamento dos recursos da União.

O balanço dos porta-vozes mais comprometidos com o imperialismo é de que a experiência do afastamento do Brasil da órbita dos Estados Unidos não foi boa para o País. E que não é sustentável. Não se pode pretender colocar-se no centro de conflitos como os do Oriente Médio. O Brasil, afinal, não é uma potência econômica e militar. De fato, o Brasil não deixou de ser uma semicolônia pela simples razão de elevar o PIB para o quinto lugar no mundo capitalista.

O mesmo se pode dizer em relação ao topete de Lula erguido na América Latina. Interpreta-se como um antiamericanismo, que, apesar de inócuo, acaba incentivando o populismo demagógico e desestabilizador de um Hugo Chávez. A burguesia norte-americana não deixou de reconhecer o valor de Lula como caudilho que garantiu a expansão das multinacionais no Brasil e a obtenção de alta lucratividade. A estabilidade macroeconômica foi um grande feito do governo Lula. O que ultrapassou a avaliação do imperialismo. Teve a grandeza – segundo a burguesia interna e externa – de manter as diretrizes do governo de Fernando H. Cardoso, que afinal de contas não fez senão cumprir a orientação do capital financeiro internacional.

Mas Lula não deveria se exceder na diplomacia mundial. Muito contribuiu na crise colocando os recursos do Brasil para concretizar a diretriz do G-20 de proteger o capital financeiro. Esse reconhecimento ninguém nega a Lula. O problema começa quando procura confluir

os interesses nacionais da semicolônia com os interesses de outras semicolônias. O Brasil se torna, nesse caso, inconveniente para os objetivos dos Estados Unidos e para o imperialismo em geral.

A tentativa de evitar um cerco econômico e militar dos Estados Unidos ao Irã em razão dos persas desenvolverem um programa nuclear autônomo foi considerada petulante. Não importa se o Brasil estava apenas defendendo o direito de País que se ressentia do controle de seu programa atômico pelos Estados Unidos que utilizam a AIA para tal fim. Também foi muito criticada a oposição de Lula diante da edificação de bases militares na Colômbia, ainda que tenha se limitado a lamentos verbais.

As distintas posições dos Estados Unidos e Brasil perante o golpe em Honduras acabaram sendo absorvidas no âmbito da OEA, mas se configuraram como antiamericanismo. Os porta-vozes internos dos Estados Unidos fizeram campanha sistemática para mostrar que o Brasil não tinha por que contrariar as soluções norte-americanas. O golpe não deveria ser apoiado uma vez que contrariava a Carta Democrática da OEA, mas o presidente Zelaya que havia se aproximado de Chávez não deveria ser reconduzido ao poder.

Segundo os porta-vozes do imperialismo – certamente muito bem recompensados – o erro do governo Lula foi o de ideologizar as posições do Itamaraty. Ou seja, potencializar um antiamericanismo histórico da diplomacia brasileira.

O caso dos Direitos Humanos veio a corroborar ainda mais com essa caracterização. Não havia por que o Brasil identificar a linha dos Direitos Humanos da ONU com a dos Estados Unidos. Ocorre que de fato é uma só direttriz. Usar os direitos humanos para condenar Cuba,

Irã, China, etc. seria apoiar o intervencionismo dos Estados Unidos, carro chefe do imperialismo.

O que se espera de Dilma é que ajuste a política econômica interna pró-imperialista com a política externa de colaboração com os Estados Unidos nas questões estratégicas e que envolvam a unidade das potências imperialistas. Não por acaso, a mandatária brasileira assim que foi eleita elegeu para dar uma entrevista o Washington Post (18/11/10). Indicou mudanças na linha do Itamaraty, a começar pela apresentação de divergência quanto à abstenção do Brasil na ONU na votação da condenação do Irã pela violação dos direitos humanos.

Esse gesto, vindo da autoridade máxima do País, significou a revogação da abstenção e a afirmação da condenação. O aplauso da direita pró-imperialista foi geral. Os Estados Unidos se ufanaram com a ousadia de Dilma. É evidente que não há País capitalista que não exerça violência contra opositores e fundamentalmente contra os explorados. O imperialismo acoberta as violações dos direitos democráticos mais elementares em sua casa e seleciona os governos e países que devem ser punidos pelas mesmas razões.

Assim, Dilma acaba de realinhar o Brasil por trás da política imperialista dos direitos humanos. É verdade que Lula já começava a fazer uma virada ao refazer o voto brasileiro na ONU sobre o bloqueio econômico ao Irã.

A mudança verbal operada pelo novo governo passou a ter sintomas práticos. Juntamente com a China, Rússia, Turquia, etc., Dilma rejeitou a oferta de Mahmoud Ahmadinejad de os países considerados não inimigos fazerem uma inspeção nas instalações nucleares do Irã. Aceitaram a Liga Árabe, Egito, Síria, Cuba, Omã e Venezuela.

O senador republicano John McCain, que disputou a presidência com Obama, esteve no Brasil com Dilma na segunda semana de janeiro, objetivando vender armas ao Brasil. Aproveitou para dizer que a “aproximação com o Irã não foi inteligente”. Reconheceu o papel de intermediação do Brasil nos conflitos da América Latina, ou seja, a pressão de Lula sobre Chávez e Morales para não se excederem na retórica nacionalista. Expôs a tese de que o alinhamento do Brasil com os “emergentes” como China, Venezuela e Irã não era do gosto dos ianques.

Nos últimos momentos de seu governo, Lula reconheceu as fronteiras para a constituição do Estado palestino anteriores às ocupações de Israel na guerra de 1967, como prescreveu a ONU. Não deixou para Dilma essa decisão. Certamente, tinha claro que a nova presidente não suportaria as pressões dos sionistas e dos Estados Unidos.

Tudo indica, portanto, que Dilma irá fazer parte do coro regido pelos Estados Unidos. Os primeiros passos da presidente para a direi-

ta foram sinalizados com outros movimentos. Trouxe para a Secretaria dos Direitos Humanos a petista Maria do Rosário. A nova ministra anunciou que mudará o eixo traçado pelos ex-ministros Nilmário Miranda e Paulo Vannuchi que conduziram a Secretaria a esclarecer os crimes da ditadura militar e a indenizar as vítimas.

A meta de Vannuchi de abrir os arquivos, encontrar as ossadas dos desaparecidos e responsabilizar juridicamente os torturadores foi ladeada abaixo. O ministro da Defesa se encarregou de sepultá-la. Lula se mostrou acanhado diante do descontentamento dos militares. Apoiou-se na decisão pró-ditadura do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a Lei da Anistia abrangia os torturadores e assassinos para liquidar as teses de Vannuchi, mesmo que amparadas pelo órgão dos Direitos Humanos da OEA.

Segundo a nova ministra, os direitos das crianças serão prioridades. Quanto aos desaparecidos, assassinados e torturados, a Secretaria não irá além de prestar esclarecimento aos familiares. Nada de punição aos torturadores.

A bandeira de Maria Rosário é de reconciliação. Vannuchi entendia que a reconciliação viria com o Estado reconhecendo sua responsabilidade e com os torturadores prestando contas dos atos que violaram a legalidade. Essa diretriz não foi aceita pelos militares. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, mantido no cargo, ficou entusiasmado com a virada de Dilma, expressa pela nova ministra que já ficou com os olhos marejados quando falou sobre a dura situação das crianças pobres.

O novo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Elito Carvalho Siqueira, foi um dos militares que participaram do combate à Guerrilha do Araguaia. As torturas, as execuções e a ocultação de cadáveres foram fartamente praticadas no Araguaia. A primeira declaração do general dedicou-se à defesa da ditadura. A repreensão da presidenta foi para “inglês ver”!

A questão dos crimes políticos da ditadura saiu das mãos da Secretaria dos Direitos Humanos e passou para a pasta da Defesa. Jobim contratou José Genoíno para assessorá-lo no ministério. O ex-militante do PCdoB, quase participante da “guerrilha” do Araguaia, ex-parlamentar cassado no episódio do mensalão e candidato petista não eleito terá a função de negociar uma saída com os militares de forma a ajustar o Brasil à OEA que não aceitou a decisão do STF sobre a anistia aos torturadores.

O governo de Dilma se assenta na impotência do governo Lula frente ao imperialismo e às instituições da ditadura preservadas e faz uma virada para a direita.

Sob o governo de Dilma Rousseff, os escândalos de corrupção foram também uma constante. Os petistas jamais conseguiram rechaçar a ofensiva da oposição burguesa. Em todo esse processo, o POR insistentemente procurou expor as raízes econômico-sociais da corrupção política.

Massas 417 – 7 a 21 de agosto de 2011

Governo de aliança assentado sobre quadrilhas

O governo do PT se assenta em quadrilhas que habitam os ministérios, ramificam-se no interior do Estado e se espriam nos altos negócios dos capitalistas. O escandaloso caso de corrupção no ministério dos Transportes é apenas uma das pontas do novelo. A grande imprensa assinalou vários focos de malversação do dinheiro público nos ministérios das Cidades e da Agricultura.

O pipocar de denúncias expõe a tremenda pressão de setores da burguesia sobre o governo do PT e PMDB, circundado pelo PDT, PSB, PR e PCdoB. Sabemos que a grande imprensa serve à oposição liderada pelo PSDB. Mas os fatos de ladroagem são tão evidentes que o governo não se animou a dizer que se trata de uma conspiração. Pelo contrário, Dilma, acuada pelas revelações no ministério dos Transpor-

tes, vem procurando mostrar que não compactuará com os ilícitos, uma vez que sejam demonstrados. O que indica a difícil situação do governo petista. A ampla aliança com partidos que vão do PMDB ao PR potencializou as quadrilhas. Ocorre que os interesses são tantos que os asseclas denunciam uns aos outros. Os corruptores e os corrompidos vivem sobressaltados por disputas em torno das fatias do orçamento de cada ministério.

O governo Lula atravessou seu primeiro mandato espremido por escândalos. O PSDB e o DEM trataram de desmascarar a ética e a moral dos petistas, de forma que todos se igualaram. Ficou assentado que nenhum partido e que nenhum governo da ordem capitalista existirá, sobreviverá e progredirá caso não se embrenhe no fosso da corrupção

e participe das quadrilhas burguesas que parasitam o Estado.

Dilma foi eleita por Lula e pela aliança oligárquica e fisiológica. O caudilho aburguesado montou essa pirâmide política. O PT não teria sozinho como arrastar as massas ludibriadas para dar a vitória a Dilma. Não se constitui um governo burguês sem os partidos quadrilheiros e sem as frações capitalistas que sugam o Estado. Os políticos e a alta burocracia do Estado se entrelaçam com os poderosos grupos econômicos. Constituem uma relação orgânica. O dinheiro público é manejado sob tais condições. Eis por que os partidos fundidos com a burocracia do Estado e ligados aos capitalistas, que os financiam, forçosamente constituem quadrilhas com chefes, chefetes e comandados. Essa estrutura estatal e governamental expressa leis da política burguesa.

Os conflitos interpartidários se movem segundo essa conformação e segundo as contradições que se manifestam na economia, nas frações interburguesas e na luta de classes. Os choques em torno da corrupção e dos desmandos não têm nada a ver com moral e ética. Correspondem às disputas em torno da dilapidação dos cofres públicos. Os denunciadores o fazem porque são parte das agências partidárias que concorrem pela detenção do poder político e administrativo de manejar o orçamento.

O PSDB e o DEM perderam força eleitoral e foram sendo alijados dos postos de comando do Estado. No entanto, não perderam o poder de agir no intestino da máquina estatal. Isso por que continuam como dois pilares da política burguesa. A brutal corrupção de seus governos foi assimilada pelo PT, uma vez que passou a dirigir o Estado. Quando estava na oposição, os petistas usavam a arma da denúncia de corrupção e as CPIs para se potenciar. Agora, se vêm na posição defensiva diante dos ataques dos adversários.

A crise no governo Dilma

O ministério dos Transportes estava sob o controle do Partido da República (PR). Três chefes se destacam: o ministro que caiu Alfredo Nascimento; o senador Blairo Maggi, magnata da soja; o deputado federal Valdemar Costa Neto, da bancada parlamentar dos evangélicos. Esses homens colocaram nos postos milionários dos Transportes prepostos, como Mauro Barbosa (chefe do gabinete), que por sua vez organizou os demais quadrilheiros. O senador Blairo colocou no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DENIT) Luiz Antônio Pagot e Valdemar Costa Neto apadrinhou Frederico Dias. Mas o PT não ficou de fora. Participou com Hideraldo Caron e Luiz Cláudio Varejão. É assim que funcionam as alianças.

No momento em que explode o escândalo, os facínoras exigem que o governo os proteja. Em nome dos serviços prestados no Congresso Nacional, o PR pressionou Dilma a contornar as denúncias. Porém, o tamanho da sujeira não permitiu abafá-la. O governo foi obrigado a destituir desde o ministro até subordinados menores. Esperava-se uma operação cirúrgica e assim o estancamento da hemorragia. Mas a crise persiste.

O PR prometeu independência perante a aliança governista. Considerou-se traído por Dilma. O senador Blairo Maggi deixou claro que a fidelidade do PR era a mais canina de todos da aliança. O partido não merecia, portanto, ser defenestrado do ministério dos Transportes sem que o governo o defendesse. Ou seja, que Dilma fizesse o impossível para mantê-los nos cargos. O ex-ministro Alfredo Nascimento discursou no senado acusando o governo de permitir que o PR fosse varrido como lixo. Na política burguesa, a fidelidade é artigo de compra e venda. Os 40 deputados e 7 senadores do PR tinham muito que oferecer. Blairo e Nascimento arrancaram das mangas a fidelidade para acusar Dilma de tê-los apunhalado pelas costas. O que significa que o PR e seus chefes ficaram à mercê do bombardeio

do PSDB e DEM. Nascimento deu o testemunho final: “renunciei ao cargo de ministro no momento em que, diante dos ataques violentos contra mim desferidos, não recebi do governo o apoio que me havia sido prometido pela presidenta Dilma”.

Como se vê, inicialmente, o governo pretendeu proteger o ministro. No entanto, logo viu que estava diante de uma crise política que poderia ser maior do que esperava, no começo de seu mandato. Ou assumia a defesa do PR e enfrentaria a artilharia pesada da imprensa e da oposição; ou cederia aos ataques deixando o PR a descoberto. Optou pela segunda alternativa, uma vez que a oposição não estava à caça do PR e seus capôs. Mas sim do governo Dilma. Portanto, era melhor para o governo sacrificar o fiel aliado e um pouco mais à frente reconquistá-lo. De qualquer forma, o escândalo dos Transportes abriu uma fissura na administração petista. O seu desenvolvimento dependerá das condições econômicas, que evoluem para um patamar mais elevado da crise.

Dilma é responsável pelos aliados

A chamada “faxina” no ministério dos Transportes não contentou a oposição. O PSDB e o DEM querem alargar a fissura na base governamental. O PR e suas façanhas são, afinal de contas, da responsabilidade da presidente. Vale o ditado “diga com quem anda, que te direi quem és”. As denúncias de falcaturas nos ministérios da Agricultura e das Cidades facilitam a ação do PSDB/DEM em prolongar a crise.

O senador Álvaro Dias provocou tremores no Palácio do Planalto ao obter as 27 assinaturas necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A adesão de senadores da base aliada expôs a fragilidade do comando da aliança e o perigo de se perder o controle da situação. A retirada da assinatura de João Durval (PDT) bloqueou a iniciativa do PSDB, mas ainda não se sabe se o risco foi afastado, uma vez que 10 assinaturas são de senadores governistas. Para o governo, é necessário bloquear as forças centrífugas liberadas pela crise no ministério dos Transportes. Uma CPI pode causar um estrago ainda maior nas trincheiras do governo.

As disputas entre governo e oposição em torno da corrupção acobertam os conflitos de política econômica, de distribuição orçamentária para os grupos empresariais e de interesses partidários. O Parlamento serve-lhes de arena. A oposição alijada dos comandos centrais do Estado as transforma em questão nacional, procurando envolver as massas oprimidas. No entanto, volta-se para a classe média, que forma a base eleitoral de todos os partidos burgueses. A classe operária e os camponeses pobres encolhem os ombros porque sabem que a CPI é uma farsa.

O receio do governo não está em que a oposição lidere um movimento popular contra a corrupção. Está em que a CPI funciona como instrumento de luta interna ao Estado. Evitá-la é uma condição para reordenar as forças da base aliada e evitar que o PR se debande para a oposição.

Crise econômica – pressões da burguesia sobre o governo Dilma

Está claro que o Brasil não tem como se manter afastado, imunizado e diferenciado no quadro da crise mundial. Na realidade, a convulsiva situação econômica iniciada em 2008 em nenhum momento deixou de repercutir no País. Não se trata somente da queda do crescimento, que de 7% no primeiro semestre de 2008, passou a ser negativa em 2009 e que nas previsões para 2011 mal alcançará 4,5%. Abriu-se um processo de desequilíbrio generalizado dos fatores que compõem a economia capitalista e que guardam particularidades nos países semicoloniais, como é o caso do Brasil. Observam-se rápidas mudanças na relação entre importação e exportação, na disparada no déficit da conta corrente, na retomada da inflação, no crescimento das dívidas interna e externa, no esgotamento do explosivo

endividamento da população e na queda da produção industrial. A desvalorização do dólar frente ao real (câmbio), a inflação e a retomada da elevação das taxas de juros compõem o quadro de atritos entre as frações da burguesia, que se expressam na política econômica do governo.

O capital financeiro exige maior remuneração em suas operações e o capital industrial reclama da queda de seus negócios e da lucratividade. O governo cedeu aos banqueiros e financistas elevando as taxas de juros (Selic). E agora está diante do dilema de atender aos reclamos da burguesia industrial. O ministério da Fazenda se encontra no canto da parede premido pelos banqueiros e industriais. Como o capital financeiro determina, em última instância, as decisões estratégicas do governo, o capital industrial se vê obrigado a sair dos bastidores da política e a recorrer a ações públicas. A campanha da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) contra a chamada desindustrialização e de defesa do protecionismo fundamentalmente contra a China é o sintoma do aprofundamento da crise mundial, que se manifesta no Brasil.

Pacotes governamentais Impotência frente ao capital financeiro

A persistente desvalorização do dólar vem agudizando os choques interburgueses. O câmbio flexível não suporta a invasão de dólares e com ela a invasão de mercadorias do exterior. O governo não pretende centralizá-lo. Está obrigado a lançar mão de taxas e impostos. Nem bem havia aplicado medidas de contenção do capital especulativo, na forma de Imposto de Operação Financeira (IOF), se viu na contingência de recorrer a um novo pacote mais contundente, uma vez que de nada adiantou. Na realidade, trata-se de mais ameaça do que ação concreta. Deu ao Conselho Monetário Nacional o poder de elevar o IOF de 1% para 25%. Diante das possíveis fraudes, estabeleceu o registro das atividades com os chamados derivativos (operações financeiras especulativas). Finalmente, determinou a aplicação do IOF (6%) sobre operações de longo prazo que fossem resgatadas antecipadamente (uma tentativa de punir as falcaturas).

Essas medidas apenas mostram o quanto o capital internacional tem as mãos livres para saquear o País. Pelo visto, não será capaz de conter a fúria do capital financeiro que procura a todo custo se valorizar na situação de crise mundial. Não por acaso, o governo não tomou nenhuma medida contra os denominados investimentos diretos de estrangeiros (IDE). Continuam a usufruir de total liberdade e privilégios. O governo petista alega que se trata de investimentos produtivos, quando na verdade fazem parte do capital imperialista.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, reclama que o Brasil está sobre o fogo de uma “guerra cambial”. Os Estados Unidos deliberadamente, de fato, desvalorizam o dólar e os banqueiros internacionais deslocam gigantescas somas para os países ditos emergentes. O Brasil constitui, entre eles, um paraíso para seus negócios. A sustentação do crescimento econômico do País - em meio às tendências recessivas mundiais e à desintegração das economias nas potências - se dá artificialmente. Os sintomas são: aumento do endividamento interno e externo, o alto endividamento da população e invasão do capital parasitário. O governo de Lula é responsável por alimentar os interesses do capital internacional. O seu ministro Mantega, agora, resmunga contra a “guerra cambial”. Mostra-se impotente em fazer a defesa nacional. A sua impotência, não obstante, é o reflexo político da impotência da burguesia brasileira em se opor ao domínio do capital imperialista e ao brutal saque da economia nacional.

“Plano Brasil Maior”

A Fiesp e a CNI arrastaram a CUT e a Força Sindical para

reivindicar do governo uma resposta à invasão de mercadorias chinesas e à “desindustrialização”. A manobra burguesa consistia e consiste em comprometer os sindicatos com as disputas intercapitalistas em torno da política econômica, fiscal e monetária. Os sindicatos patronais da indústria aguardavam medidas protecionistas. Finalmente, o governo Dilma anunciou o seu “Plano Brasil Maior”. Eis os principais pontos: 1) desoneração da folha de pagamento de alguns setores, como os de móveis, confecções, têxteis, calçados; 2) subsídio creditício; 3) financiamento público para projetos nacionais; 4) aumento dos produtos que contarão com barreiras alfandegárias; 5) regime tributário específico para a indústria automotiva; 6) devolução de taxas a exportadores.

Nota-se que o Plano procurou atender um pouco de cada setor. Por isso foi avaliado como paliativo. Pretendia-se que a chamada desoneração da folha de pagamentos fosse ampla. Mas acabou se restringindo aos ramos industriais de bens de consumo que utilizam maior número de trabalhadores e que são identificados como genuinamente nacionais. À indústria automobilística, portanto, às multinacionais, o “Brasil Maior” reduzirá o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), exigindo como contrapartida um percentual de nacionalização e de inovação.

O governo petista que desde Lula favoreceu o grande capital nacional e multinacional pretende dar ares de uma política nacional-desenvolvimentista. O que não pode fazê-lo a despeito das multinacionais, que controlam a maior parte dos ramos industriais. É evidente que o ramo automobilístico sempre se valeu do apoio estatal. O protecionismo exigido ao governo pela grande burguesia representa fundamentalmente as disputas das transnacionais pelo mercado brasileiro. A máscara do nacional-desenvolvimentismo que cobre o “Plano Brasil Maior” não tem como esconder os interesses do capital imperialista e do grande capital nacional a ele consorciado.

Tudo indica que as medidas de apoio à indústria são diminutas e de fôlego curto diante da marcha da crise capitalista. A burguesia recebeu com complacência e com críticas os limites do Plano. Os conflitos mais contundentes ainda estão por vir. O imperialismo já anunciou que iniciativas mais duras deverão ser tomadas. Trata-se de realizar cortes profundos no orçamento, contenção de reajustes do salário mínimo, mais alterações no sistema previdenciário etc..

O que a burguesia está exigindo do governo não é favorecer um setor do capital contra outro, embora estejam em atritos, mas sim descarregar os desequilíbrios sobre a classe operária e demais oprimidos. A chamada desoneração da folha de pagamento é apenas um dos ataques aos assalariados. O governo se mostra reticente em levar consequentemente essa exigência porque golpeará a débil previdência. Corre-se o risco dos explorados se rebelarem. O simples fato de ter aceito a tese da desoneração indica a capitulação do governo petista.

Burocracia da CUT volta atrás

A CUT ficou zangada com o seu governo. Dilma não a convidou para ouvir suas queixas e opiniões sobre o “Plano Brasil Maior”. Bateu o pé, decidiu não comparecer na solenidade de seu lançamento. O presidente da Central, Artur Henrique, declarou que não estava contra a política industrial montada pelo governo, mas que faltavam “contrapartidas” em favor dos trabalhadores. Referiu-se ao fato da desoneração da folha de pagamento não conter garantias de que a previdência não seria prejudicada. No dia 2, o Plano foi apresentado, sem a presença da CUT. No dia 4, Dilma chamou os dirigentes zangados para uma conversa. Saltitando de alegria, os burocratas comuni-

caram que a presidente Dilma havia recebido o secretário de finanças da CUT, Wagner Freitas, e representantes das demais Centrais sindicais, declarando-se favorável ao “diálogo social” e disposta a ouvir “as sugestões dos dirigentes”.

A CUT retomou o cerne do problema, que é a tal da “contrapartida” e pediu que o governo considerasse sua proposta de mudança da representação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, passando do quórum de 12 empresários e apenas 2 trabalhadores para o critério da paridade. Os dirigentes da CUT alegam capacidade para integrar um “Fórum permanente de discussão de política industrial tripartite”. Querem colaborar com a burguesia e com o governo, mas precisam se apresentar como se fossem uma terceira força, representando os trabalhadores. Dilma os afagou com o argumento de que os empresários também só foram ouvidos no dia seguinte após a finalização do Plano. E mostrou-se humilde perante a sapiência dos sindicalistas: *“Temos de ficar atentos, ir melhorando o que foi lançado (Plano Brasil Maior). E ficar rouco de tanto escutar. E uma parte estratégica é ouvir o que vocês têm a dizer. Vamos consultar vocês, vocês têm de ajudar a gente a inventar novas medidas, tem muitas coisas que vocês sabem que nós não sabemos”*. Em resposta, Wagner Freitas disse: *“a melhora na interlocução poderia resolver muitos problemas”*. Os burocratas da CUT, para justificarem o desprezo com que o governo os tratou na elaboração do Plano, precisaram de tamanha palhaçada.

O fato é que sindicalista algum, apoiando ou não apoiando o governo burguês, irá influenciar ou decidir qualquer política de Estado. Quanto mais colaborar com a burguesia, mais palhaço se tornará. O problema está em que esses burocratas controlam com mãos de ferro os sindicatos. Para essa tarefa, não são palhaços. Ao contrário, são carrascos. Eliminam a democracia sindical. Jogam duramente contra o instinto de revolta da classe operária e seus métodos de ação direta. Combatem, a ferro e fogo, o programa de reivindicações dos explorados. Sufocam as iniciativas de oposição e a politização da vanguarda.

Manifestação pró-patronal

A Força Sindical liderou uma manifestação no dia seguinte ao lançamento do Plano Brasil Maior. Reuniu a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), dirigida pelos estalinistas do PCdoB, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT), o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

O pretexto foi o de pressionar o governo e o Congresso Nacional a aprovarem a chamada “Agenda Unitária da Classe Trabalhadora”. Assim, cada organização participante levantou a sua bandeira: as Centrais mesclaram reivindicações como “redução da jornada de trabalho”, que é do interesse dos assalariados, com medidas do tipo “redução de juros”, “defesa da indústria”, “política de inovação tecnológica”, “justiça tributária”, que são próprias da classe capitalista. O MST, como não poderia deixar de ser, esteve presente pela reforma agrária. A UNE desfraldou os “10% do PIB e 50% do Pré-Sal” a serem aplicados na educação. A União Brasileira de Mulheres (UBM) desfilou pelos direitos femininos. A União de Negros pela Igualdade (Unegro) compareceu pela igualdade racial. E a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) acrescentou à manifestação o pedido de moradia. A CUT não aderiu porque se configurou como uma ação política de pressão sobre o governo Dilma.

A Força Sindical, sob a direção do sindicalista e parlamentar do PDT, Paulo Pereira da Silva, ficou contrariada diante da posição de Dilma de confeccionar o *Plano Brasil Maior*, sem sua participação, como também ocorreu com a CUT. Essa ala da direita burocrática tem procurado ganhar posição política apoiando-se na fração burguesa

industrial e agindo como porta-voz de seus pleitos econômicos.

Até ontem esteve de mãos dadas com a CUT, participando das reuniões com a Fiesp e CNI pela campanha contrária à “desindustrialização”. A burocracia do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, cutista, abriu as portas para a Força Sindical defender o empresariado nas bases metalúrgicas. A CUT e a Força Sindical realizaram uma passeata conjunta na Rodovia Anchieta em defesa das montadoras, portanto das multinacionais. Não puderam estar juntos na manifestação do dia 3, na Praça Charles Muller, não devido às reivindicações pró-patronais, mas sim porque foi dada a elas um conteúdo de desacordo com a política governamental.

Não é de estranhar o fato do governo do estado e da prefeitura de São Paulo terem apoiado a iniciativa da burocracia direitista. A burguesia não obteve completamente o que queria de Dilma. Logo, a Força Sindical também não. A CUT ficou descontente, mas não pode mexer um só dedo contra seu governo.

A probabilidade do *Plano Brasil Maior* naufragar é grande. O mergulho do país na crise mundial do capitalismo está somente no início. Os atritos intestinos entre as frações burguesas e no interior do Estado vão se ampliar. As frações burocráticas que dividem os aparatos sindicais são partes desse quadro e vão ser arrastadas com maior impulso pelo choque intercapitalista.

A luta pela independência política e organizativa da classe operária

A burguesia, por meio da burocracia sindical, necessita canalizar as organizações sindicais para defender posições da fração industrial em função das mudanças provocadas pelo avanço da crise mundial e nacional. As Centrais estatizadas confundem os explorados embaralhando algumas bandeiras inócuas e distracionistas - como redução da jornada para 40 horas, emprego com qualidade, regulamentação da terceirização - com as do patronato - redução de impostos e juros, subsídio à indústria nacional, proteção à indústria (reserva de mercado para as multinacionais). É preciso, portanto, combater essa política pró-capitalista, separando as reivindicações da classe operária dos pleitos da patronal.

A crise que se avizinha será mais contundente que a de 2008/2009. Empurrará o Brasil para uma situação completamente distinta do período de 2003 ao segundo semestre de 2008, que foi de crescimento e de recuperação de postos de trabalho. As frações e grupos econômicos mais poderosos sabem disso e se lançam em defesa de seus negócios junto ao governo. Contam, para isso, com o despreparo da classe operária e com a colaboração da burocracia traidora.

O capitalismo mundial vive uma crise de superprodução e está obrigado a destruir maciçamente forças produtivas. É o que se verifica nos impasses da economia norte-americana, na bancarrota europeia e no atoleiro do Japão. A avaliação ufanista de que o Brasil não seria arrastado para a retração econômica caiu por terra. O governo petista ainda se agarra no pressuposto exitista que o País está preparado para enfrentar a crise que vem se avolumando nas potências. Mas, certamente, também ruirá. O otimismo burguês serve para iludir as massas. O papel da burocracia da CUT (PT), da Força Sindical (PDT) e da CTB (PCdoB) é de inocular no movimento sindical a falsa previsão de estabilidade e de possibilidade de progresso social.

Ao contrário, é urgente alertar a classe operária e os demais oprimidos, por meio da agitação e propaganda, sobre o vendaval que se aproxima. Alertá-los diante das mentiras e falsificações da burocracia sindical de que a defesa dos interesses da indústria resultará na defesa do emprego. Assim que a retração econômica ganhar força, as demissões em massa voltarão. O maior perigo não está na crise capitalista em si, mas sim no despreparo do proletariado para enfrentá-la com

um programa próprio em uma política de independência de classe.

Programa proletário para a crise

O capital da classe operária se encontra no programa de defesa da força de trabalho e de destruição do capitalismo. Trata-se do acúmulo de experiências da luta de classes internacional e nacional. Quanto ao programa, o proletariado está muito bem armado. Mas, contraditoriamente, não se encontra organizado para empunhá-lo. Falta-lhe sua principal arma, que é o partido revolucionário. Isso explica por que os sindicatos estão rigidamente controlados pela burocracia e as Centrais estatizadas. Apenas um destacamento embrionário encarna o programa da revolução e ditadura proletárias, que é o Partido Operário Revolucionário. Desenvolvê-lo no seio das massas é uma necessidade de vida ou morte. Corresponde ao objetivo de superar a crise de direção. Se é correto afirmar que o capital da classe operária é o programa, a tarefa colocada é a de potenciá-lo construindo o partido, recuperando os sindicatos e a Central e avançando a organização fabril.

.....
A crise econômica passa para o primeiro plano. O governo Dilma se submete às pressões do grande capital e dinamiza as privatizações.

Massas 428 – 6 de fevereiro a 11 de março de 2012

Aeroportos: Privatismo peculiar do governo petista

O PSDB acusa insistentemente de ter sofrido um estelionato político pelo governo de Lula. E não se trata de um ou outro aspecto secundário. Ou seja, Lula e o PT desbancaram Fernando H. Cardoso do poder fazendo oposição ao Plano Real, às privatizações, ao assistencialismo e, enfim, ao seu neoliberalismo. No entanto, reclamam os peessedebistas, Lula se aproveitou da obra de Fernando H. Cardoso e da estabilização que se seguiu às medidas econômico-financeiras de seu governo. A única herança que o PSDB não reconhece é a do mensalão, que foi implantado por Eduardo Azeredo e o empresário Marcos Valério. Mas não é preciso, uma vez que está provado que até nisso o PT copiou o PSDB.

Esse assunto veio à tona não por acaso, mas em virtude das privatizações dos aeroportos acionadas pela presidente Dilma Rousseff e seu vice Michel Temer, do PMDB. O jornal O Estado de São Paulo em tom de triunfo estampou no editorial: “A primeira privatização petista”. Começa assim: “O governo petista fez, afinal, sua primeira grande privatização, entregando três dos principais aeroportos do País – Guarulhos, Viracopos e Brasília – a consórcios com participação de capitais brasileiros e estrangeiros.”

O advérbio “afinal” indica em tom de zombaria que demorou um pouco, mas o PT se desmascarou de seu antiprivatismo oportunista. Pequenas privatizações já haviam sido promovidas pelos petistas, mas que não podiam servir de medida diante das gigantescas privatizações de FHC. Agora, sim, os aeroportos não são quaisquer coisas, como não foram os portos, telefonias, mineradoras, siderurgias.

Fernando H. Cardoso aproveitou para retomar a tese de que a privatização não tem a ver com ideologia, tratando-se tão somente decisão econômico-financeira. Ou seja, o capitalismo é capitalismo, privatizar ou estatizar depende da necessidade da burguesia. Essa é a explicação do estelionato. Os petistas fizeram de sua oposição ao privatismo neoliberal de FHC uma ideologia. Mas uma vez no governo, puseram de lado a sandice verbal. O PT mostrou destreza em atender às pressões do grande capital.

Dilma Rousseff entregou os aeroportos para um consórcio de capitalistas nacionais e internacionais, regados pelos fundos de pensão

A situação exige:

1) separar nitidamente as reivindicações da classe operária dos pleitos patronais;

2) defender um plano de lutas por emprego a todos, pelo salário mínimo vital, pela reposição das perdas salariais e pela proteção das massas diante da elevação do custo de vida;

3) propagandear o programa de expropriação revolucionária dos ramos fundamentais da economia e do sistema financeiro, defendendo a estatização sob o controle operário da produção e desenvolvendo a estratégia da constituição do governo operário e camponês por meio da revolução proletária;

4) recuperar as organizações das massas exploradas, combatendo a burocracia com as bandeiras da democracia operária e independência política frente à burguesia e os governos.

O Programa de Transição da IV Internacional corresponde à situação de desintegração histórica do capitalismo e constitui um poderoso arsenal com o qual o proletariado combaterá a classe burguesa, derrotará a burocracia traidora e se defenderá contra a barbárie imperialista.

de estatais e escorados no BNDES. No entanto, os petistas dizem que não houve privatização, mas apenas concessão. Os porta-vozes da burguesia se divertiram com a tentativa dos pretensos reformadores do capitalismo de se diferenciarem do PSDB e esconderem a materialização de seu espírito burguês.

O PT filisteu não terá como nas próximas eleições levantar a bandeira esfarrapada do anti-neoliberalismo e do anti-privatismo. Na política burguesa, há os francos defensores de posições pró-imperialistas e os camuflados, que se fantasiam de reformistas, progressistas, democráticos e populares.

Dilma Rousseff e Guido Mantega são obrigados a dar explicações

Certamente, o governo optou por um “modelo” de privatização que não agradou aos grandes investidores. Queriam uma entrega total, liquidando a Infraero. Ou então que a estatal ficasse numa posição bem minoritária. O “modelo” adotado foi o de conservar 49% das ações nas mãos do Estado.

Dilma decidiu assim quebrar o monopólio da Infraero e atrair sócios no formato de um consórcio. Foi exatamente o “modelo” adotado por Fernando H. Cardoso para privatizar a Petrobrás. Nem assim o governo petista inovou. Além disso, os investidores apostavam em comprar a concessão a preço irrisório. Mas o leilão foi tão concorrido que os compradores mais cotados ficaram para trás. O modelo de Dilma deu preferência ao quem dá mais e não ao quem praticará a menor tarifa, como já havia ocorrido na concessão de rodovias pelo governo de Lula.

Surpreendentemente, o consórcio Invepar deu lances de 673,4%, 373,5% e 159,8% acima da base inicial de 4,45 bilhões de reais, alcançando a cifra de 24,5 bilhões de reais. Como se vê, o governo estabeleceu um valor de venda ínfimo, que, se não fosse o interesse dos capitalistas ávidos para utilizar seus capitais em negócios lucrativos, os aeroportos seriam praticamente presenteados.

A Invepar associou-se a Acsa da África do Sul, a Egis Airport francesa e a Corporación América de capital argentino e outros e bancou

um ágio que desnor-teou os mais poderosos grupos nacionais e estrangeiros, também consorciados, que não acreditaram nos atrevidos lances. Sobreveio a suspeita de que o governo havia manipulado o resultado em favor dos Fundos de Pensão (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobrás) e da empreiteira OAS e que os valores dos lances não permitem a rentabilidade, de maneira que as tarifas terão de ser elevadas.

O Conselho Internacional de Aeroportos que representa as mais poderosas companhias mundiais considerou que a via escolhida para privatizar não atenderá às necessidades de ampliação da capacidade dos terminais brasileiros até a Copa do Mundo, culpou em grande parte Lula por ter retardado o processo. Outra organização empresarial do capital internacional, Iata, acusou o leilão de falta de transparência.

A disputa comercial pelo controle dos aeroportos e as acusações de manipulação demonstram o quanto importante são os transportes, um dos setores de serviço em expansão no Brasil. Dilma foi obrigada a esclarecer sua conduta, para mostrar que estava isenta de jogadas. O ministro Mantega se reuniu com os vencedores para lhes pedir explicações e para fazer um gesto de prestação de contas aos perdedores. Ouviu que as contas foram feitas e que os aeroportos serão muito lucrativos.

Esse trâmite não teria a menor importância política se não refletisse o quanto o leilão configurou uma privatização de alto interesse para o capital internacional. O governo Dilma deu um passo sem volta no sentido do entreguismo. Não importa que o vencedor tenha os Fundos de Pensão como pilar nacional, nem que os seus associados estrangeiros não sejam os mais poderosos para que a quebra do monopólio estatal sobre os aeroportos expresse um conteúdo antinacional e pró-imperialista.

Gostando ou não do “modelo” petista, a burguesia elogiou a coragem de Dilma de romper a hipocrisia da não-privatização. A CUT e o Sindicato dos Aeroviários deram alguns latidos e terminaram sua oposição com alguns ganidos que poucos ouviram em frente da Bolsa de Valores. Os investidores ainda têm uma porção de aeroportos para abocanhar. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, está doidinho para fazer o seu leilão.

.....

O Supremo Tribunal Federal conclui o julgamento do Mensalão, sem que o governo e o PT esboçassem qualquer resistência ao tribunal de exceção criado pela reação. Destaca o fato dos petistas não terem sido capazes de exigir que o Mensalão mineiro do PSDB fizesse parte do processo.

Massas 443 – 14 a 28 de outubro de 2012

Mensalão: Condenada a cúpula do PT

O julgamento do “Mensalão” chegou ao seu ápice com o Supremo Tribunal Federal (STF) concluindo que o ex-ministro da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, e o ex-presidente do PT, José Genoíno, cometeram corrupção ativa. Falta somente a decisão sobre quantos anos pegarão de cadeia e se cumprirão a pena em regime semiaberto ou fechado.

Uma primeira consequência já se manifestou: José Genoíno se demitiu do cargo de assessor especial do Ministério da Defesa. Lembremos que o ex-guerrilheiro do PCdoB, no Araguaia, e fundador do PT, chegou a ser cogitado nos tempos áureos de seu mandato parlamentar a ser indicado para ministro da Defesa. O homem renegou a tal ponto seu passado que se tornou um protegido do ministro da Defesa Nelson Jobim, que tudo fez para evitar qualquer apuração sobre os crimes da ditadura. Caiu em desgraça com o escândalo do Mensalão, delatado em junho de 2005 pelo deputado Roberto Jefferson, do PTB, partido aliado do governo Lula.

José Dirceu, por sua vez, foi afastado do posto de ministro em junho de 2005 e teve seu mandato parlamentar cassado em dezembro.

A classe operária, a juventude e a população brasileira têm pouca tradição de luta antiimperialista. O Brasil semicolonial passou por uma breve experiência de nacionalismo burguês com o varguismo. Esse fracassou terminantemente, escancarando o País para a penetração das multinacionais. O golpe militar de 1964 interrompeu o conflito interburguês em torno do nacionalismo, comedido, diga-se de passagem, e do voraz entreguismo.

Os governos militares com uma mão conservaram aspectos do nacionalismo e com outra atenderam aos interesses do capital internacional. Os governos “democráticos” que os sucederam sequer ou-saram retomar o nacionalismo comedido.

O PT socialdemocrata parecia que iria dar algum trabalho ao grande capital com suas teses advindas do estalinismo moribundo e da esquerda nacionalista pequeno-burguesa que restou do período varguista. Foi somente aparência, logo o PT, atado ao caudilhismo de Lula, estava carcomido pelo financiamento eleitoral despendido pelas grandes empresas e bancos.

Não houve um só acontecimento em que o PT e sua burocracia sindical afrontassem o grande capital. A privatização dos aeroportos é consequência natural de sua política de criar oportunidades para os ricos ficarem mais ricos.

Os pobres? Esses são apresentados como os grandes ganhadores da dinâmica econômica do capitalismo. A crise que avança, porém, está se encarregando de desmontar a farsa do governo democrático e popular, ainda cultuados por uma parte da esquerda petista.

É muito importante denunciar o conteúdo pró-imperialista do governo petista e o servilismo da burocracia sindical às multinacionais. Temos a convicção de que o proletariado se deparará cada vez mais com as forças econômicas do imperialismo e da burguesia nacional a ele consorciada. Começará pelas reivindicações fundamentais e evoluirá para a tarefa de expropriação revolucionária da grande propriedade dos meios de produção.

A luta contra as privatizações não tem um fim em si mesma. Tão-somente serve para as massas se levantarem contra o imperialismo e seus lacaios nacionais e avançarem para o programa da revolução e ditadura proletárias.

Homem forte do PT, estrategista partidário e preparado para suceder Lula, recebeu duro golpe.

Delúbio Soares, ex-tesoureiro, homem apagado, carregou todo o peso do Mensalão. Confessou a existência do trâmite com o empresário Marcos Valério, Banco Rural e Banval. Deu a versão de se tratar de finanças usadas como caixa 2 para a campanha eleitoral. Expulso do PT, logo foi reincorporado. O ex-tesoureiro já não tinha importância política no julgamento. O alvo era José Dirceu, em primeiro lugar, e o Genoíno, em segundo.

Também lembremos que a CPI dos Correios, instalada em junho de 2005, serviu ao PFL (hoje, DEM) para advogar a cassação do mandato presidencial de Lula, acusado de abrigar em seu governo a corrupção e de ter conhecimento do Mensalão. Lula reforçou a versão de caixa 2, disse que foi traído e pediu desculpa pelos erros do PT. A crise política foi superada com as cassações de mandatos parlamentares e afastamento do ministro da Casa Civil. Lula ganhou um segundo mandato. A economia estava bem para a burguesia. O sindicalismo burocrático auxiliava o governo a manter a classe operária e os cam-

poneses em profundo refluxo e recuo. No entanto, nos bastidores do Estado continuou a correr o processo do Mensalão, saindo aparentemente da esfera política (parlamentar) para a judicial.

As pressões da oposição liderada pelo PSDB e DEM se mantiveram. O PT e seu governo trabalharam para que o envolvimento do PSDB com o “Mensalinho” de Minas Gerais servisse de moeda de troca. Ocorre que não havia interesse da burocracia e das forças oligárquicas que controlam o Estado de potencializar o escândalo peessedebista. Não demorou, explodiu o Mensalão do DEM no Distrito Federal. Caiu o governo de José Roberto Arruda e subiu um do PT. Parecia que os ventos estavam pelo do esmaecimento do Mensalão petista. Ocorre que a CPI dos Correios havia concluído com a comprovação de que houve o mensalão e o procurador da República, Antônio Fernandes de Souza, apresentaria em seguida, no mesmo mês de abril de 2006, a denúncia contra 40 acusados de agir como quadrilha. José Dirceu é considerado mentor e chefe do Mensalão. Uma vez acatada pelo STF, o novo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, apresentou seu relatório descarregando a bateria sobre José Dirceu. A grande imprensa – Revista Veja, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, entre outros – desencadeou uma campanha feroz para que o STF apressasse o julgamento e evitasse o decurso de prazo. A palavra de ordem era de não deixar o PT escapar.

Em pleno julgamento, a Veja publicou uma matéria apontando Lula como comandante do Mensalão. A investida causou temor até mesmo nos partidários de liquidar política e moralmente José Dirceu. As pressões da imprensa tomaram a feição de uma campanha partidária. O PT, Lula e o governo Dilma se mostraram acuados. Orientaram-se pelo silêncio. O que o STF decidisse seria acatado. Tratava-se de colocar o Estado de Direito e a democracia acima de tudo, embora os petistas jurassem que cometeram a infração de caixa 2, praticada por todos os partidos, que não houve compra de parlamentares, que apenas Delúbio confessadamente era o grande responsável, que Genoíno assinou a papelada sem tomar conhecimento de toda a operação de caixa 2 e que José Dirceu estava isento de qualquer ato ilícito.

A linha impressa pelo procurador Gurgel e assumida pela esmagadora maioria dos juízes foi a de que o Mensalão se configurou como uma mega operação de arregimentação de parlamentares para a base governista mediante pagamento. O dinheiro veio de contratos e vantagens públicas à empresa de publicidade de Valério e aos dois bancos envolvidos. O PT, assim, montou um esquema de desvio de dinheiro do Estado, os empresários serviram para a lavagem e políticos de vários partidos da base aliada se locupletaram. Os petistas afirmam que emprestaram dinheiro dos Bancos, com apoio de Valério, para constituir um caixa 2 de financiamento de campanhas, com o qual favoreceu os partidos da coalizão. Caso o STF rejeitasse a versão da procuradoria-geral da República, o processo praticamente morreria. José Dirceu não seria atingido. As consequências judiciais e políticas seriam menores. Por mais que os advogados se empenhassem em provar que o dinheiro foi usado para financiar a campanha do PT e de seus aliados, o STF estava decidido a seguir o percurso traçado pelo procurador Gurgel.

O juiz Ricardo Lewandowski, encarregado de ser o revisor dos pareceres do juiz relator Joaquim Barbosa, contracenou com os argumentos de que não foi comprovado nos autos o Mensalão, ou seja, a compra de parlamentares, aceitando a versão do PT. Os votos em favor da absolvição de José Dirceu foram o do relator e o do juiz Dias Toffoli, ambos discordantes da tese do Mensalão. Dias Toffoli se encontrava em uma posição desconfortável, por ter sido subordinado a José Dirceu. Mas, quando foi aceita sua participação sem contestação, o circo já estava montado. Não havia nenhum risco de que seu voto tivesse algum valor. José Dirceu foi levado ao pelourinho antes mes-

mo do julgamento. Esperava apenas uma confirmação formal. Talvez os seus carrascos o poupem de alguma cena constrangedora no dia de sua prisão.

Tribunal de exceção

José Dirceu emitiu uma nota chocha e chorosa intitulada “Ao povo brasileiro”. Reivindicou seu passado de luta contra a ditadura e acusa: “Hoje, a Suprema Corte do meu País, sob forte pressão da imprensa, me condena como corruptor, contrário ao que os autos, que clamam por justiça e registram, para sempre, a ausência de provas e a minha inocência. O Estado de Direito democrático e os princípios constitucionais não aceitam um juízo político de exceção. Lutei pela democracia e fiz dela minha razão de viver. Vou acatar a decisão, mas não me calarei.”

José Genoíno também fez seu libelo de inocência em uma Carta Aberta ao Brasil. Reclamou: “A Corte foi, sobretudo, injusta. Condenou um inocente, condenou-me sem provas”. E também denunciou o papel ativo da imprensa em sua desgraça. Em alguns lampejos, durante o caminhar do processo, se falou em voz baixa que se tratava de um ataque ao PT.

A regra de Dirceu e Genoíno foi a de individualizar, cada um com sua agonia de injustiçado, assim como faz a justiça para condenar (não se condena o partido dos corruptos, a empresa de publicidade e os bancos). Em nenhum momento, o PT se colocou por fazer uma defesa política de sua versão e uma defesa coletiva de seus militantes processados. De nada adiantou, os petistas apanharem quietinhos, pensando em não agravar a ofensiva dos ministros da “mais alta Corte”. Ficaram acuados diante da campanha furibunda da revista Veja, do O Estado de São Paulo, etc., acuados como a raposa diante dos cães dos caçadores.

Quem não viu que se tratava de uma ação política? Desde quando o Supremo é neutro, imparcial e autônomo? O PT foi colocado no banco dos réus na figura de José Dirceu e José Genoíno. O PSDB, a imprensa que lhe serve de porta-voz e a fração mais direitista da burguesia lamentam não ter podido chegar ao caudilho Lula. Isso porque fez um governo exitoso para o capital nacional e internacional, porque tem ascendência eleitoral sobre as massas, porque ainda poderá ser útil e porque não provém da esquerda pequeno-burguesa que desafiou a ditadura recorrendo às armas. Mas Dirceu e Genoíno, depois de ganharem poder e notoriedade, foram pegos nas malhas da justiça como corruptores, como formadores de quadrilha.

Não havia prova contra Dirceu. Um encontro com Marcos Valério e Delúbio Soares era apenas um indício. Nada mais poderia ser atribuído ao chefe da Casa Civil. Diferente de Genoíno que colocou sua chancela nos documentos. Então como condenar sem provas? Os ministros da Corte assumiram o denominado “domínio funcional do fato”. Não é necessário provas, bastam deduções extraídas de relações. Dirceu é a cabeça máxima do PT, sempre controlou a máquina partidária, ocupava um posto estratégico, por onde passavam as alianças, logo não poderia haver o Mensalão sem que não fosse arquitetado por ele. Essa nova maneira de julgar e condenar sem provas constitui uma mudança de jurisprudência.

A regra até então vigente era exatamente o contrário. Diante de provas, o STF livrava boa parte dos réus que ocupavam um lugar de destaque no seio da burguesia. As decisões da Corte seguem as suas próprias conveniências políticas. O caso do Mensalão é distinto de todos os demais que por ali passaram. Estava em suas mãos a chance de colocar o PT em seu devido lugar. Um partido que não foi gestado diretamente pelos agentes do capital e que ousou se intrometer na disputa pelo poder entre o PSDB, PMDB e PFL (DEM) - os três grandes partidos da burguesia -, posando de reformista, ético e moralista,

tinha de ser punido, assim que foi pego praticando o mesmo que o PSDB e que os demais partidos. O PT se intrometeu no histórico monopólio do poder partidário, da venalidade política e da corrupção material.

O presidente Fernando Henrique Cardoso comprou voto de parlamentares para aprovar a emenda constitucional que lhe conferia a possibilidade de um segundo mandato. É mais do que comprovado que estabeleceu negociações entre grupos econômicos, para que se apropriassem de empresas públicas no processo de privatização. O Mensalão foi criado pelo proeminente homem do PSDB, Eduardo Azeredo. Caso o processo seguisse a ordem histórica dos fatos, o deslinde do Mensalão dos petistas seria outro. Mas nem a procuradoria-geral da República e nem o Supremo pretenderam abrir todo o bastidor da corrupção dos partidos da burguesia. Somente os tontos e os interessados admitem a explicação técnica do juiz Joaquim Barbosa de que o Mensalinho do PSDB foi denunciado no STF posteriormente ao do Mensalão.

O escândalo do PT é fichinha diante das ações do governo de Fernando H. Cardoso contra o Tesouro Nacional. Não é preciso falar muito sobre a bandalheira que são as contribuições dos empresários para os partidos, sua interferência direta nas eleições e depois nos contratos públicos. O Estado é esquadrihado por quadrilhas ligadas à burocracia estatal e aos partidos burgueses. Nada disso “sensibilizou” e nem vai mexer com a procuradoria-geral da República e com o Supremo. O tribunal de exceção que condenou José Dirceu a partir de deduções e que aceitou sem comprovação a existência da compra de parlamentares não se dirigiu a indivíduos. Trata-se de um tribunal da burguesia montada por uma de suas poderosas frações para colocar o PT em seu devido lugar, ainda que esse partido tenha dado provas de completa fidelidade ao fundamento da propriedade capitalista e da democracia burguesa.

Submissão covarde

José Dirceu se vale do passado de perseguição sofrida pela ditadura para dizer que acabou sendo crucificado no altar do Estado de Direito e da democracia. Diz que acata a decisão do Supremo. E que haverá de provar sua inocência. José Genoíno segue a mesma trilha. Mas o fato é que os dois altos dirigentes petistas ficaram o tempo todo amuados. Comportaram-se como réus que acreditam que o silêncio servirá a um julgamento justo. Estava claríssimo que as peças foram montadas para que a condenação viesse tal como queriam os opositores, a Veja, O Estado de São Paulo, etc. Quem acompanhou diariamente os noticiários teve a clara noção de que se tratava de uma novela, com seus capítulos bem determinados e com a fatídica previsibilidade. Armou-se, assim, no País, um tribunal político, sob o manto do judiciário.

O PT usou a máquina do Estado como fazem todos os partidos no poder. Não cometeu nenhum crime extraordinário. Os juizes da Corte, que sempre estiveram curvados perante o Executivo e que sempre trataram com deferência os réus burgueses e seus agentes, aproveitaram para espezinhar os petistas como se fossem as escórias da política e a quadrilha que se valeu das bondades da democracia. Celso de Mello, em seu voto, jogou o PT na fossa de excremento. “Estamos a tratar de uma grande organização criminosa que se posiciona à sombra do poder, formulando e implementando medidas ilícitas, que tinham a finalidade, precisamente, da realização de um projeto de poder”. Assim, deu a tonalidade política à figura judicial de formadores

de quadrilha, apresentada pela procuradoria-geral da República.

O que o PT e seu governo poderiam fazer se afinal de contas a operação subterrânea existiu? Reconheceram que violaram a lei usando o caixa 2. Mas essa violação não era uma exceção e sim a regra. Como pagar por uma transgressão que é regra? Ocorre que desde o início da crise do Mensalão ficou visível que a tese da compra de parlamentares pelo PT estava muito bem implantada. Caberia ao PT e ao seu governo lançarem-se em defesa de sua versão. Deveriam questionar a lisura dos ministros do Supremo. Teriam de denunciar em campanha política o tribunal montado pela Veja, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, etc. O PT estava obrigado a vir à população denunciando a manobra política galgada pelos juizes com a teoria do domínio funcional do fato. Finalmente, o PT não poderia ter aceito a legitimidade do relatório de Gurgel e da decisão da mais alta Corte do País. Ao contrário disso, José Dirceu antecipou à sentença que o colocaria como chefe de quadrilha declarando que acatava a decisão, fosse lá o que fosse.

O PT se revelou submisso ao Estado de Direito e à democracia pela qual trabalhou. Ou seja se mostrou submisso à ditadura de classe da burguesia, às instituições putrefatas do Estado e aos ataques da oposição. O PT comportou-se com covardia diante da campanha da imprensa. E assumiu com submissão e covardia o escandaloso julgamento, que não provou a compra de deputados e não precisou de provas para condenar José Dirceu. O fundamental, porém, está no conteúdo geral da condenação expresso pela sentença do ministro Celso de Mello. Tratava-se de barrar um “projeto de poder”. Essa bandeira foi levantada pela oposição e seus séquito assim que o PT e Lula chegaram à presidência da República.

Os chefes do PT traçaram sim um “projeto de poder”, contraindo uma aliança com o PMDB e ampliando-a sem limites. Para isso, foram se metendo a fundo na política burguesa. O mergulho de profundidade o levou às quadrilhas que habitam o aparato do Estado. Fez um pacto com uma de

elas, que havia servido ao PSDB. Ao ceder parte do poder aos quadrilheiros do PTB, o governo Lula teve a desgraça de ser atingido pelo escândalo da venda de licitação dos Correios à empresários. O malfetor Maurício Marinho, presidente da instituição, fazia o serviço sujo a mando de Roberto Jefferson, que, vendo sua quadrilha desmoronar, delatou o Mensalão e colocou José Dirceu, seu inimigo, no centro do furacão.

Como se vê, o PT já estava banhado de excremento. O Supremo teve a tarefa de isolá-lo do restante da podridão e atribuir a ele o maior dos crimes de corrupção já praticados e por isso o maior dos julgamentos judiciais, éticos e morais que a história da República já enfrentou. Talvez por isso Lula tenha dito, em defesa mirrada de seus companheiros, que a condenação é “hipocrisia”.

O POR desde a sua origem apontou que o PT estava se corrompendo na política burguesa. Antes de cometer qualquer crime que a burguesia pudesse condená-lo, o PT cometeu o crime de traição à confiança da classe operária e dos demais oprimidos que nele confiaram e que ainda confiam. O POR não levantou a bandeira de condenação do PT e de seus dirigentes pelo STF, justamente por reconhecer que se tratava de uma disputa interburguesa no seio do Estado. Denunciou a corrupção do PT entre os trabalhadores e a juventude. E estabeleceu a posição de que somente um Tribunal Popular poderia investigar a denúncia do Mensalão e condenar os crimes contra o patrimônio público.



No governo Lula foi criada a Força Nacional de Segurança Pública. Trata-se de um instrumento que reforma a ditadura de classe da burguesia contra a classe operária e demais explorados. Não por acaso, houve unanimidade sobre o objetivo de uma Força Federal policial a ser utilizada em apoio às polícias estaduais. Um teste nesse sentido foi a intervenção da Força Nacional de Segurança nas greves que eclodiram nas obras do PAC.

Massas 452 – 7 a 21 de abril de 2013

Força Nacional de Segurança do governo do PT sitia operários, índios e ribeirinhos

O governo Dilma Rousseff tem ampliado a ação repressiva do Estado sobre as greves e manifestações em setores considerados de risco. A lei que impede o livre direito à paralisação do trabalho, que prevê multas aos sindicatos, processos judiciais e prisão das lideranças está sendo considerada limitada nos casos das greves-levantes, que ocorrem nas obras do PAC.

O envio da Força Nacional de Segurança para conter os piquetes, os bloqueios de estradas e a fúria dos grevistas das usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte se tornou uma prática comum. A Força Nacional de Segurança, criada por Lula, é um contingente de policiais altamente treinados para reprimir as manifestações sociais. Os fatos estão demonstrando que Lula criou uma tropa de choque federal capaz de atuar na luta de classes em qualquer ponto do País.

Dilma e o ministro da Justiça, o petista Eduardo Cardozo, usam constantemente esse aparato repressivo. Agora, no final de março, diante da revolta dos índios, ribeirinhos e operários de Belo Monte, o governo do PT enviou um pelotão da Força Nacional de Segurança para permanecer no local por três meses. O objetivo é manter os operários sitiados e, assim, impedir novas greves e manifestações das populações prejudicadas pelas obras da usina hidrelétrica.

As burocracias da CUT, da Força Sindical e suas aliadas lamentam a lei antigreve, mas submetem os sindicatos às suas determinações. Calam-se diante da intervenção da Força Nacional de Segurança nas greves. Trabalham contra as greves-levantes e contra os métodos instintivos da classe operária de defesa da paralisação dos meios de produção. Isso porque fazem parte do governo do PT, condição essa que as obriga a disciplinar a luta de classes.

“Serviço de Inteligência” (ABIN) age no Porto de Suape

A Medida Provisória (MP) dos Portos, que amplia a privatização, vem provocando protestos e paralisações nos principais portos do país.

Em Pernambuco, o conflito se ampliou. O governador Eduardo Campos (PSB) e Força Sindical se aliaram em torno da MP para fazer oposição ao governo do PT.

O governador Eduardo Campos manifesta restrição à MP porque retira o poder dos governadores de licitar novos terminais de carga, entre outros interesses corporativos. Assim, comparece atritando com o governo Dilma na tentativa de reunir uma fração da burguesia e da burocracia sindical, procurando angariar notoriedade em torno de sua candidatura às eleições de 2014.

A luta dos operários contra a MP se concentra na perda do controle sobre a contratação da mão-de-obra para trabalhar nos portos e nos perigos da terceirização. A MP entrega a contratação para as empresas privadas, que, certamente, em nome da chamada “modernização”, agirão destruindo postos de trabalho e direitos.

Portanto, os interesses dos operários não se confundem em nada com os interesses políticos do governador e da burocracia forcionista.

Em resposta, o governo Dilma recorreu à ABIN para “monitorar” Suape. Pretende, por meio do serviço secreto (ABIN), controlar os operários, dispostos a irem à greve. A imprensa noticiou que a ABIN conta com grupo de pessoas infiltradas e relatórios que vão para as mãos do general José Elito, responsável pelas informações sigilosas à

presidência da República.

Assim, Dilma recorreu a um dos aparatos do Estado burguês, mais visível nos momentos de ditadura militar, para derrotar e incriminar as lideranças operárias que resistem à MP dos Portos.

Os operários devem denunciar o uso da ABIN, exigindo sua extinção. Defender a independência dos organismos dos trabalhadores da política burguesa. E lutar com seus próprios métodos contra a MP.

Reação de Eduardo Campos e seus aliados

A informação de que a ABIN irá seguir os passos daqueles que se colocam contra a MP dos portos deixou irado o governador de Pernambuco e seus comparsas. O senador Rodrigo Rollemberg acusou o governo do PT de promover um “atentado à democracia”. A Força Sindical classificou a ação de “espionagem para controlar os movimentos sociais”. O senador Pedro Taques (PDT), em termos mais duros, respondeu à informação de que o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general José Elito, garantiu que não há nenhuma operação do governo de monitoramento com a seguinte frase: “Oxalá esse general esteja falando a verdade, porque, do contrário, estaremos em um estado policial, reacionário”. O deputado do PPS, Rubens Bueno, exige a presença da ministra da Casa Civil e do diretor geral da ABIN na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para se explicarem.

O governo e a ABIN negaram que haja qualquer monitoramento do movimento sindical ou outra instituição do País.

Como se vê, o conflito interburguês em torno da MP dos portos deu origem a uma crise política no seio da base de sustentação do governo de Dilma. Essa gente que diz que há um atentado à democracia e que repudia o estado policial assim o faz em defesa dos interesses de uma fração burguesa vinculado aos interesses comerciais dos portos. Se fosse contrária ao estado policial e ao atentado à democracia imediatamente colocaria o fim da ABIN, do GSI e da Força Nacional de Segurança. Os politiquinhos do PSB, PDT, PPS, etc., que se valem do conflito em torno da MP para fazerem oposição ao governo federal, posam de democratas, quando na verdade desenvolvem sua política sob a guarda desses mesmos órgãos da ditadura de classe da burguesia. Não se irritaram porque a ABIN vai espionar os operários e preparar informes ao governo para perseguir as autênticas lideranças da luta grevista, mas sim porque se sentiram afetados em sua liberdade de manipular os portuários em função do jogo político que está armando em direção às eleições presidenciais.

A classe operária deve rechaçar tanto o governo quanto os politiquinhos que fazem oposição. Deve se alertar para o fato de que o Estado burguês controla dia-a-dia os passos do movimento operário, de suas lideranças combativas e das correntes revolucionárias. Deve dizer: vocês protestam contra o governo enviar a ABIN para espionar o que faz o governador e a burocracia sindical, mas nenhum de vocês convoca a classe operária para acabar com todos esses órgãos de repressão.

Hipócritas, burgueses! Vocês sequer são democratas! Vocês ajudaram Lula a criar a Força Nacional de Segurança. Vocês quiseram o fim do SNI da ditadura, mas aceitaram que em seu lugar fosse posta a ABIN. Ao contrário, nós do movimento operário levantamos a bandeira radical das liberdades democráticas: eliminação de todo aparato repressivo, fim das leis antigreve, fim dos processos e prisões de lideranças grevistas.

Massas 465 – 27 de outubro a 10 de novembro de 2013
Concluída a entrega do campo de Libra

Governo do PT serve aos interesses das petroleiras

Protegido por um aparato de guerra, o leilão de entrega do campo de Libra às multinacionais foi concluído como previa o governo de Dilma Rousseff. Participaram do consórcio a Petrobrás, Shell, Total, CNPC e CNOOC. As petroleiras terão 35 anos para exaurir a reserva de pré-sal estimada em 12 bilhões de barris de petróleo e 120 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Estimados por alguns, em valor monetário, de R\$ 3 trilhões.

Dilma Rousseff apareceu em cadeia nacional para mentir aos brasileiros. Exultante, procurou mostrar que não agiu como entreguista, que o critério de partilha não privatizou o petróleo, que o Estado continua com seu controle, que nos 35 anos de exploração o Tesouro receberá mais de R\$1 trilhão e que parte desses recursos irá para a educação, saúde, cultura, etc. Dourou a pílula perante uma população despolitizada e alheia à importância do petróleo para a economia nacional e para os interesses do imperialismo. Caso esses números se confirmem (sempre são suspeitos), o consórcio ficará com dois terços dos R\$ 3 trilhões. Dilma omitiu o total da conta, apresentando apenas sua parte de R\$ 1 trilhão.

O governo do PT se comportou como um vendilhão. Consumado o negócio, precisou se mostrar como um bom negociante, evidentemente em nome dos brasileiros e da Nação. A conclusão política dos governistas é que se o governo estivesse nas mãos do PSDB o negócio não teria sido tão bom. Certamente, o PSDB seria mais descaradamente entreguista.

Os opositores ao governo petista, no entanto, questionam sob o argumento de que Dilma não fez um bom negócio. Segundo eles, o critério de partilha que coloca a Petrobrás como operadora e organizadora de consórcio impossibilitou que houvesse concorrência. Assim, o único concorrente pôde se manter dentro do mínimo estipulado pelo critério de partilha. Dão a entender que caberia ao governo acirrar a disputa entre as multinacionais e assim tirar maior proveito do campo de Libra. Como se vê, a diferença entre PT e PSDB está em saber quem melhor negociaria a entrega do petróleo às multinacionais.

Leilão entreguista

Ficaram de fora petroleiras como Exxon Mobil (norte-americana), Chevron (francesa) e BG e BP (britânicas). Não tiveram interesse porque a Petrobrás é, ao mesmo tempo, operadora e concorrente. Essa é a interpretação mais provável, segundo os analistas da oposição.

Pressupunha-se que o leilão iria fracassar, constituindo apenas um consórcio entre a Petrobrás e as chinesas CNPC e CNOOC. Mas eis que a Shell e a Total entraram cada uma com 20% e as chinesas com 10% cada. O que somadas têm a maioria (60%). A Petrobrás é a operadora, mas minoritária, com 40%.

Foi montado todo um jogo nos bastidores. A Shell e a Total viram a oportunidade de elevar seus reservatórios, obtendo 40% do negócio. As demais petroleiras não perdem por esperar. Há mais campo de pré-sal. A Exxon Mobil, a mais poderosa entre as petroleiras, sem dúvida, espera por sua oportunidade. Novas medidas de atração dos poderosos trustes do petróleo poderão ser tomadas por Dilma Rousseff caso seja reeleita em 2014.

Soberania nacional segundo Dilma Rousseff

Dilma Rousseff não se envergonhou de ocultar aos brasileiros que colocou a imensa riqueza de Libra nas mãos das multinacionais. Os politiquinhos do PSDB, por sua vez, desavergonhadamente, ocultaram que o critério de partilha não deu de fato à Petrobrás e ao Estado o controle dos reservatórios e de sua exploração. Todos mentiram

para a população que ignora a jogatina com os interesses nacionais e que assistiu passivamente ao entreguismo.

Mas a mais grave mentira de Dilma Rousseff é a de que o leilão expressou a soberania nacional. Os números são importantes para saber até onde se chegou com o entreguismo. O resultado poderia ser pior, se fosse por meio da concessão? Poderia. Mas o que traduz uma política de soberania de uma Nação não é se o governo foi um bom ou mau negociador, se poderia ser melhor ou pior. O que traduz a soberania é o monopólio das fontes de matérias-primas.

O governo do PT, de Lula a Dilma, se posicionou em manter o curso de desnacionalização da economia. Aqui reside todo o problema. A entrega do campo de Libra consiste em apenas mais um impulso nesse sentido.

Avança a desnacionalização

Sob o último governo militar – o de João Batista Figueiredo –, com o País mergulhado na crise do endividamento e atendendo às pressões do imperialismo, abriu-se o processo de desestatização. Doravante, vários setores estratégicos controlados pelo Estado foram entregues a grupos empresariais. A desestatização serviu à burguesia nacional? Em grande medida, favoreceu o capital internacional.

A quebra do monopólio estatal do petróleo foi um dos setores atingidos. O governo de Fernando H. Cardoso semiprivatizou a Petrobrás. Importante parcela de seus lucros passou a ser repatriada pelos investidores estrangeiros. As petroleiras ganharam acesso às reservas petrolíferas do Brasil, por meio de contrato de concessão. Assim, viram crescer suas reservas mundiais.

Somente os muito mal informados não sabem que a oligarquia do petróleo dita os preços e praticam a política das potências. Um país semicolonial que conta com grandes jazidas tem a seu favor uma poderosa arma econômica, desde que não a aliene, como acaba de fazer o governo do PT.

A partilha de Lula

A descoberta das bacias do pré-sal obrigou o governo Lula, em 2010, a decidir como atender a cobiça das multinacionais. Mudou o critério de concessão para o de partilha. O fato de privilegiar a Petrobrás não mudou o essencial dos critérios montados no governo de Fernando H. Cardoso, que são de quebra do monopólio estatal do petróleo.

No processo de afirmação dos critérios de partilha e de montagem dos consórcios, a imprensa vendida fez alarde de que as novas tecnologias de extração do gás do xisto, pelos Estados Unidos, tornariam o petróleo extraído do pré-sal inviável economicamente. Há no governo quem advogasse essa notícia. É nesse clima que se procurou, inclusive, minar o critério de partilha e o poder da Petrobrás.

As petroleiras ditam em última instância a conduta do governo

As mais poderosas petroleiras, encabeçadas pela Exxon Mobil, apostaram no fracasso do leilão. Mais uma vez, a imprensa vendida alardeou que apenas os chineses constituiriam com a Petrobrás o consórcio e que este não seria capaz de cumprir o contrato. Mas de repente a Shell e a Total surgem cada uma com 20%. O que explica o milagroso interesse? Os números são imprecisos, mas os divulgados (de 8 a 12 bilhões de barris ou de 12 a 15 bilhões de barris) mostram que o campo de Libra contém uma capacidade igual ao total das reservas até hoje exploradas (14 bilhões de barris). É uma fortuna que

impediu às multinacionais de fazerem uma frente compacta para inviabilizar o leilão.

Também não é secundário o fato dos chineses pretenderem estender seus tentáculos até o Brasil. A Petrobrás, afinal, detém a tecnologia da prospecção em águas profundas. É do interesse das sanguessugas não somente aproveitarem as ricas reservas como também do conhecimento acumulado pela Petrobrás. A Shell e a Total certamente usufruirão desse privilégio, tanto quanto os chineses.

A burguesia brasileira antinacional

O que os números do campo de Libra, o jogo de interesses das multinacionais e a aliança anglo-francesa das petroleiras com as chinesas estão mostrando? Mostram que o Brasil está à mercê das multinacionais do petróleo. Mostram que o governo do PT foi incapaz de fazer frente ao processo de privatização de bens estatais e de desnacionalização.

É necessário, no entanto, completar a caracterização. A burguesia brasileira é quem dita, em última instância, a conduta do governo petista. A burguesia como classe se manifesta por meios de suas agências, organizações corporativas, imprensa, partidos, governadores, matilha de técnicos, intelectuais, etc. Há muito a burguesia abandonou o nacionalismo (nunca professou um nacionalismo radical) e se deu por contente em ser o sócio menor do capital imperialista.

Em seu pronunciamento, Dilma refletiu bem essa condição com a máscara de “parcerias e de parceiras” colocada no rosto do capital rapina. As multinacionais são apresentadas como um visitante conhecido e bem vindo, que está atrás de algum lucro – o que é esperado no capitalismo –, mas que também traz para o Brasil o desenvolvimento econômico e social. Foi essa imagem de “parceiros” saudáveis e confiáveis em seus propósitos que o governo do PT transmitiu para os brasileiros comodamente postados em frente à TV.

Não era preciso convencer a maioria passiva de que o governo fez o “melhor” para o País. Mas um bom lance de publicidade poderá fazer a diferença nas eleições presidenciais. Serviu também para consolar a esquerda petista, a burocracia do sindicato dos petroleiros e da FUP e os tontos que continuam a acreditar que estão diante de um governo de esquerda, democrático e popular.

O fundamental, no entanto, se encontra no fato do governo petista expressar a condição da burguesia brasileira como sócia menor do capital imperialista. As divergências e diferenças quanto à forma do entreguismo é parte das disputas interburguesas. Ser mais ou menos entreguista, fazer maior ou menor concessão às exigências das multinacionais, favorecer a este ou àquele monopólio concorrente, depende das circunstâncias econômicas, políticas e de luta de classes. É incontestável que o governo Dilma esteve sob tais pressões. Nada altera a conclusão de que expressou a posição histórica da burguesia brasileira de manter a submissão do Brasil à burguesia imperialista.

Inconsequência da burocracia sindical nacionalista

O leilão montado por Dilma Rousseff deve ser rechaçado por ser entreguista e expressar a posição antinacional e pró-imperialista do governo petista. Os petroleiros em greve poderiam ter travado um combate de linha de frente, se tivessem essa clara caracterização do governo. Mas estavam sob uma direção governista, que se viu obrigada a pedir timidamente a suspensão do leilão.

Os burocratas queriam que Dilma constituísse a Petrobrás como a única exploradora do campo de Libra. É como se não estivessem diante de um governo submetido ao grande capital. Assim, fizeram um movimento para inglês ver. O leilão estava sendo preparado há tempo. Mas as federações petroleiras e Centrais sindicais não se lançaram a preparar os explorados e a juventude a ganhar as ruas contra o entreguismo do governo.

A sua direção não levou o movimento a desmascarar o governo do PT. E por quê? Porque são base de apoio de Dilma Rousseff e porque são burocratas acomodados à penetração das multinacionais e à desnacionalização. Nunca fizeram nada contra o governo vendilhão do PT. Os sindicatos da Federação Única dos Petroleiros (FUP) se curvaram diante do poderio da Petrobrás e das petroleiras internacionais. Permitiram que a terceirização comesse os operários petroleiros pela perna. Diante do vergonhoso entreguismo, a FUP e a CUT esboçaram uma oposição demagógica. Em sua nota, os burocratas da CUT e do PT concluíram que poderia ter sido pior e que graças à sua pressão o formato da partilha se impôs.

Seguidismo da burocracia de esquerda

E os sindicatos petroleiros ligados à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), dirigidos pela CSP-Conlutas/PSTU, que papel tiveram? Seguiram os passos da FUP/CUT. Não fizeram uma campanha diferenciada, não procuraram organizar um movimento voltado à denúncia do governo à população, não mobilizaram a juventude que hoje se acha disposta ao combate e não trabalhou por constituir uma frente de luta antiimperialista. O PSTU se comportou como um nacionalista, às vezes de verbo radical e choroso contra a privatização de Dilma Rousseff, se limitando às bandeiras de suspensão do leilão e por uma Petrobrás 100% estatal. Alinhou-se, assim, por detrás da bandeira da FUP de suspensão do leilão.

A situação foi propícia para despertar a atenção dos explorados pelo programa proletário de defesa das riquezas nacionais e de independência da semicolônia perante o imperialismo. Mas as direções que controlam os sindicatos operários se ativeram a denúncias inócuas e a pedir o cancelamento do leilão. A FNP, controlada pelo CSP-Conlutas/PSTU, que poderia combater as posições governistas da FUP/CUT, não foi capaz de desenvolver uma campanha sob a base do programa proletário de expropriação do capital imperialista. A mesquinha bandeira nacionalista de Petrobrás 100% caiu no vazio.

Adaptação ao capitalismo pela esquerda

As burocracias de esquerda nos sindicatos se revelam adaptadas ao capitalismo justamente diante de grandes acontecimentos como o da entrega do campo de Libra. São socialistas em sua imprensa, mas quando têm de defender o programa de expropriação da burguesia se comportam como reles nacionalistas e reformistas.

Dizem que é hora de ganhar a consciência das massas que estão com o governo e com a FUP. Negam que a consciência das massas se elevará se a direção que se propõe socialista defender firmemente o programa de expropriação revolucionária e a tomada do poder pelo proletariado. Sem a defesa sistemática das tarefas e objetivos revolucionários, não é possível elevar a luta das massas que se apegam às suas necessidades elementares à luta pela derrocada da burguesia.

Construir a direção revolucionária

Não há outro caminho, ou se constitui uma direção que empunhe o programa da revolução proletária, socialista; ou a burguesia e seu governo continuarão a entregar as riquezas do Brasil às multinacionais e ao capital financeiro. A descoberta da imensa riqueza do pré-sal não fez senão vir à tona o quanto o País se encontra submetido à penetração imperialista. Uma das primeiras tarefas de libertação e de soberania nacional é a de nacionalizar sem indenização todos os recursos naturais. Sem a expropriação das multinacionais e do grande capital nacional a ele consorciado, não se pode iniciar as grandes transformações que coloquem o Brasil em posição de independência e soberania. As riquezas naturais devem sair de sua condição de capital e de controle da classe burguesa para a condição social, coletiva, sob o controle da classe operária e dos demais explorados.

Esse artigo indica que o PT corrompido na política burguesa dá as armas para a oposição. Dilma não apenas está diante de um grande escândalo da Petrobrás como de uma crise econômica de grandes proporções.

Massas 475 – 26 de abril a 11 de maio de 2014

PT acuado pelo PSDB

Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, deu causa favorável à instalação da CPI da Petrobrás exclusiva. A intenção do PT e partidos aliados do governo Dilma era o de incluir na CPI - encabeçada pelo PSDB - o caso de corrupção do cartel dos trens em São Paulo. Com a decisão da ministra, está assegurada a vitória da oposição.

O PT acuado aceitou o fato. Renan Calheiros, presidente do Senado, provavelmente recorrerá ao plenário do STF, objetivando ganhar tempo diante das eleições que se avizinham.

Nem bem o PT respirou, aliviado diante do fim da Ação Penal que concluiu com a prisão de três altos dirigentes do partido, ergueu-se no horizonte um novo temporal, que começa a tomar a feição de um furacão. Pasadena se abriu como uma trincheira eleitoral para o PSDB. Dilma Rousseff vem perdendo pontos nas pesquisas. A sorte está em que nem Aécio Neves (PSDB), nem Eduardo Campos se elevaram ao ponto de indicar a derrota da candidata petista.

Para além da inconveniência eleitoral, o fundamental está em que o PT se mostra atolado na corrupção. O que não é uma marca solitária. O escândalo dos trens em São Paulo ultrapassa e cobre juntos o mensalão e Pasadena. No entanto, é a oposição que está na ofensiva política.

O PSDB e aliados contam a seu favor com a campanha diuturna da grande imprensa e com o judiciário. Diante do monumental desvio de dinheiro em três governos peessedebistas em favor das multinacionais e de seus políticos, o PT foi incapaz de tomar a iniciativa política. Para ser justo, houve uma tímida tentativa de vazamento de informações pela Polícia Federal, mas bastou um grito do PSDB para que José Eduardo Cardoso, ministro da Justiça, recuasse. Politicamente, o PT ficou bonzinho. Assim tudo está se passando de maneira a esvaziar o escândalo.

A pergunta é por que o PT não tomou a ofensiva se tem o governo federal e uma considerável força em São Paulo? Porque está atolado até o pescoço no pântano da política burguesa e não conta com o apoio de importante fração da burguesia paulista. O PT se transformou em um partido burguês. Segundo as leis que regem a política, um partido burguês não pode reunir forças a não ser no interior do aparato do Estado e no meio empresarial. Lula alcançou essa façanha em uma situação econômica favorável, mesmo assim, em seu primeiro mandato, foi intensamente fustigado em razão da CPI dos correios e do mensalão.

Dilma, ao contrário, chegou à presidência com muita dificuldade e se deparou com o precipício da crise mundial. A corrupção e mal feitos da política petistas não potenciam em si mesmos a oposição. Foi o que Lula demonstrou, ganhou com facilidade um segundo mandato. Espera-se que Dilma também faça o mesmo prodígio. Mas não está em melhores condições para derrotar Aécio Neves e realizar um segundo governo que não esteja mergulhado em profunda crise política.

Poderosas frações do grande capital nacional e internacional chegaram à conclusão de que é preciso mudar a condução econômica do Brasil. Infelizmente, para o grande capital, o paulista José Serra caiu no fundo do poço nas últimas eleições. Restou o mineiro Aécio Neves, que deve fazer o milagre de deslocar grande parte dos oprimidos ligados ao governo do PT pelos laços do programa Bolsa Família.

A burocracia sindical que comanda a CUT ainda tem capacidade para manter os lastros petistas em um grande contingente da classe operária. Nota-se, porém, que está também completamente atolada no lodaçal da corrupção. E, principalmente, está diante da tarefa de convencer os metalúrgicos a se submeterem aos planos de contenção das montadoras. Seu comprometimento com as multinacionais, assim como o do governo Dilma, não faz com que estas deixem de se alinhar aos interesses estratégicos de procurar um governo que lhes dê segurança de mudança na política econômica. Espera-se que o novo mandatário do Estado assuma duras medidas econômico-sociais.

Apesar de todos os esforços de Dilma em adaptar seu governo aos ditames do grande capital, a presidente perdeu credibilidade. O esforço da oposição burguesa se dirige a convencer as massas de que a perda de credibilidade dos capitalistas é também a dos brasileiros em geral. Sua política econômica não somente se esgotou como se decompôs. Não se trata aqui de descrever sua decomposição, basta apenas observar em grandes linhas a per-

sistência da alta inflacionária, a impossibilidade de manter os preços controlados represados, a redução do superávit primário, o desequilíbrio do balanço de pagamento, o retorno da Selic alta e o fracasso da redução da tarifa de energia elétrica. Eis por que o PT está na defensiva e o PSDB na ofensiva.

Uma ala da esquerda petista, acompanhada por desqualificados "trotskistas", insiste que está em marcha um golpe da direita. Na realidade, a situação política se caracteriza pela falência do PT, pela sua dependência ao PMDB e pela ofensiva do PSDB como expressão da fração do grande capital concentrado no Sudeste.

A CPI da Petrobrás poderá ser abafada pela maioria parlamentar governista. Mas o estrago já está feito. Não há como os petistas esconderem a administração da empresa petrolífera, estratégica para a economia do País, embora semiprivatizada, de acordo com as negociatas que os capitalistas fazem às escondidas dos explorados e por cima dos interesses nacionais.

É um bom momento para se desenvolver a resposta operária. Trata-se de levantar o **controle operário da produção** e a **estatização da Petrobrás**. A partir dessas bandeiras, defender o programa de **reestatização de todas as empresas privatizadas, sem indenização**. Por essa via, os marxistas combatem todas as variantes da política burguesa e dão um passo na penetração do programa da revolução e ditadura proletárias no seio das massas. Esse é um motivo concreto para se organizar uma Frente Única Antiimperialista e Anticapitalista.



Nem bem foi reeleita, Dilma Rousseff montou um ministério econômico de acordo com as exigências do grande capital e do imperialismo. Indica que sacrificará a vida dos explorados. A campanha do POR: é preciso construir uma frente única de oposição revolucionária ao governo e levantar uma plataforma de reivindicações de defesa da vida das massas.

Massas 487 – 3 a 17 de novembro de 2014

Política Operária : O significado político da vitória de Dilma Rousseff/PT

Por uma pequena margem de votos, a população rejeitou entregar o poder do Estado ao PSDB. O fato de Dilma vencer as eleições no sufoco, no entanto, indicou uma grande aversão de parte da população ao PT.

Em linhas gerais, os mais pobres ficaram com Dilma; a classe média, em boa medida, com Aécio Neves. A burguesia, por sua vez, também teve seus alinhamentos. O grande capital identificado com a fração da burguesia Sul/Sudeste, particularmente a paulista, e multinacional se perfilaram com o PSDB. Considerável parcela das oligarquias regionais, principalmente do Norte/Nordeste e de grupos econômicos fisiologicamente ligados ao Estado se manteve com o PT.

Os recursos milionários dependidos pelo poder econômico se distribuíram entre as duas candidaturas. Notoriamente, Dilma Rousseff recebeu a maior quantia. Em compensação, Aécio Neves contou com o poderio dos meios de comunicação.

Basta essa breve descrição das forças em choque para concluir que a acirrada disputa interburguesa agiu pesadamente sobre as massas exploradas para que estas decidissem em qual dos lados ficariam. Dariam continuidade ao governo do PT ou interromperiam, entregando a presidência da República ao PSDB. Dilma convenceu a maioria de que a sua queda e a ascensão de Aécio trariam graves consequências para a vida dos explorados. O candidato do PSDB não conseguiu demonstrar que continuaria com os benefícios assistencialistas do PT. As camadas mais conservadoras e reacionárias da classe média se lançaram em apoio a Aécio sem ter claro as consequências da mudança de governo, se guiando em grande medida pelos escândalos de corrupção e pelos preconceitos de classe.

Tais diferenças permitiram à burocracia sindical e à esquerda petista afirmarem que venceu o “projeto de desenvolvimento com distribuição de renda” contra o “projeto de reformas neoliberais”. Nada garante, porém, que as diferenças de política econômica do PT e do PSDB serão preservadas no segundo mandato de Dilma. O passado governamental de Lula e de Dilma não necessariamente se repetirá. A crise econômica ditará as medidas a serem tomadas pelo novo governo. A grande burguesia que apoiou Aécio, de fato, constitui a força que ditará em última instância a governabilidade. O peso das oligarquias regionais perde relativa substância diante dos grandes desequilíbrios econômicos e financeiros que passaram a vigorar a partir da crise mundial de 2008. Não é essa base burguesa de apoio ao PT que ditará o curso da política econômica. Mas sim o grande capital nacional e imperialista.

Está aí o ponto de intersecção entre o PT e o PSDB, ou melhor, entre as duas grandes alianças burguesas que disputaram a presidência. As diferenças quanto à política econômica e a sua relação com as fra-

ções da burguesia, bem como com setores da classe operária, tendem a se arrefecer em função das necessidades do capitalismo em crise.

Os petistas e a esquerda primam por ocultar o fundamento de classe do governo de Lula e de Dilma. Toma-os como se fossem distintos dos governos burgueses, sem dizerem se são pequeno-burgueses ou proletários. No entanto, são claramente burgueses. Está aí por que o novo governo de Dilma terá de expressar obrigatoriamente as respostas estratégicas da burguesia nacional e internacional para a desintegração do capitalismo.

Os 51,64% que deram vitória a Dilma não decidirão absolutamente nada sobre o que presidente fará ou que deixará de fazer. Tão somente elegeram uma das variantes de governo burguês. Uma vez no poder, responderá ao capital e não ao trabalho. Sobre essa base, é possível prever o caminho que tomará Dilma Rousseff. Ao contrário, de se distanciar do “programa” apresentado por Aécio Neves, dele se aproximará. O que quer dizer que acima de tudo prevalecerão os negócios e

os interesses da classe capitalista. Segundo eles, aos explorados, cabe a estrita função de criar riqueza para valorizar, acumular capital e concentrar a propriedade privada dos meios de produção.

Supor um governo burguês disposto a contrariar as leis econômicas do capitalismo, é uma aberração. Está aí por que os petistas e as esquerdas ocultam o caráter de classe do governo do PT. Dilma Rousseff atacará, sem dúvida, os explorados. Em plena campanha, levantou a bandeira branca para os setores da burguesia mais furiosos com o governo. Procurará se reconciliar com tais frações para garantir a governabilidade, ou então terá de enfrentar uma crise política de grandes proporções. A reconciliação se dará às costas da maioria que elegeu Dilma.

O Partido Operário Revolucionário, em desenvolvimento, defende junto à classe operária e demais explorados que

é necessário desde já organizar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma. Assinala que a crise econômica golpeará mais profundamente os assalariados, os camponeses e a juventude. E que a resposta não virá do governo petista, mas sim do próprio movimento das massas em luta. Ressalta que é preciso superar as ilusões eleitorais e assumir os métodos revolucionários de combate à exploração capitalista do trabalho. Defende que as esquerdas e a vanguarda proletária constituam uma frente única de oposição revolucionária ao governo de Dilma e de defesa de uma plataforma de reivindicações que de fato proteja a vida dos explorados. Somente é possível uma oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma se se tem por estratégia a conquista do poder pelo proletariado e a constituição de um governo operário e camponês por meio da revolução proletária.



MASSAS

ÓRGÃO BIMESMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 486 - DE 4 A 16 DE OUTUBRO DE 2014 - R\$ 3,00

Nem Dilma, nem Aécio.

Nem PT, nem PSDB

Voto Nulo

**pela construção do
partido operário
revolucionário**

Oposição revolucionária a Dilma

A resposta da vanguarda proletária é a de convencer os explorados da necessidade de pôr em pé um movimento de defesa de suas reivindicações, que unifique a maioria por meio da ação direta contra os ataques de Dilma Rousseff.

Massas 489 – 5 a 19 de dezembro de 2014

Oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff (PT)

O Partido Operário Revolucionário, desde que rompeu com o PT, por considerá-lo como instrumento de dominação da burguesia, nunca apoiou a sua chegada ao poder do Estado e levantou a bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo de Lula. O mesmo ocorreu sob o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Agora, com a reeleição e com o novo ministério econômico entregue abertamente ao capital financeiro, não há mais como o PT ocultar o conteúdo burguês de sua política e de seus governos.

Não há nada de estranho ou excepcional no fato de Dilma Rousseff colocar à frente do comando do Estado um Joaquim Levy. Dispensamos reproduzir a biografia deste serviçal dos banqueiros. Lula já havia demonstrado a flexibilidade do PT em se adaptar a situações em que as diretrizes do grande capital têm de ser aplicadas sem contestação. O seu primeiro ministro da Fazenda Antônio Palocci foi escolhido a dedo para cumprir a “Carta aos Brasileiros”, assinada por Lula, cujo compromisso foi o de não violar o funcionamento do capitalismo, de manter intactos os interesses do grande capital e o de dirigir o Estado como instrumento da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. Os Levys não são estranhos às hostes petistas e nem forasteiros à sua política de administração do Estado burguês.

Quando o POR levantou a bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo de Lula, havia o temor em toda esquerda de contrariar o apoio dos explorados ao caudilho metalúrgico de São Bernardo. O PT estava em alta, ostentando a bandeira da democratização do Estado, da constituição de um governo democrático e popular, da desoligarquização do Congresso Nacional, da ética na política, do desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, da rejeição ao predomínio do capital financeiro sobre as diretrizes da política econômica, da inclusão social e da autonomia do Brasil diante das potências. Não demorou a se evidenciar a face capitalista do governo petista, antioperária e antipopular. Mas não para as massas, embaladas pela esperança de mudanças, pelos programas assistenciais, pelas “políticas afirmativas”, pelo crescimento econômico, pela redução da taxa de desemprego e pelo aumento real do salário mínimo.

A oposição revolucionária implicou nadar na contracorrente. Como rechaçar a política de cotas? Como se contrapor ao ProUni, Fies, etc.? Como denunciar o miserável aumento do salário mínimo? Como desmascarar o assistencialismo burguês? Como combater a farsa da inclusão social, das políticas afirmativas? Os capitalistas ganhavam muito na situação de crescimento. O imperialismo, utilizando-se da ONU, impulsionava a diretriz de redução da fome e da miséria no mundo por meio do assistencialismo dos governos semicoloniais. Estava bem de acordo com o impotente reformismo pequeno-burguês do PT. Servia-lhe de estímulo à prática do colaboracionismo de classe.

A oposição revolucionária significou preservar a independência ideológica do proletariado, levantar o programa próprio de reivindicações, impulsionar qualquer manifestação dos explora-

dos colocando-a sob a estratégia do governo operário e camponês, enfrentar a burocracia pró-capitalista e pró-governamental. Os explorados passam por ilusões e as superam por meio de experiências próprias. Mas é necessário que a realizem sob uma direção revolucionária, para que possam não apenas reconhecer a traição dos petistas como também avançar com sua organização partidária. Caso não seja esse o caminho, os explorados acabam se colocando sob a influência de outra variante hegemônica da burguesia. É o que acaba de ocorrer com o deslocamento de um grande contingente dos oprimidos sob os apelos eleitorais para o PSDB.

O PT ganhou as eleições, mas saiu politicamente derrotado. Dilma reconheceu no meio da disputa que estava disposta a ceder quando declarou perante a burguesia que poria para correr seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, e formaria um novo ministério que direcionasse a política econômica de acordo com as condições da crise. O que significou admitir que traria para o novo governo homens ligados diretamente aos banqueiros, que condicionariam as diretrizes econômicas à dívida pública, ao pagamento do gigantesco montante de juros, ao avanço das privatizações, à contenção da intervenção do Estado e à primazia do capital financeiro privado.

Caso Joaquim Levy tenha como fazer a mudança pretendida pelo grande capital, as massas pagarão caro. Estarão sujeitas à tese de que o aperto fiscal e a consequente recessão são necessários para uma retomada futura do crescimento. Os banqueiros e toda sorte de especuladores terão garantidos seus ganhos, enquanto os explorados arcarão com demissões em massa, aumento do desemprego e reduções nos salários.

Mas para aplicar as medidas antioperárias e antipopulares, Dilma e sua nova turma “neoliberal” terão de se livrar da luta de classes. Necessitará da passividade do proletariado, dos camponeses e de setores da pequena burguesia urbana. Conta para isso com o franco apoio da burocracia sindical da CUT e com o consentimento da Força Sindical. Esse é o ponto obscuro da situação. Os explorados reagirão diante dos ataques? Romperão a camisa de força da burocracia sindical e do PT? Junho de 2013 indicou a existência de uma tendência de luta das massas. Tudo indica que permanece. Trata-se de nela se apoiar para resistir à ofensiva antioperária e popular.

O conteúdo da Oposição Revolucionária ao Governo Dilma ganhará concretude no movimento de resistência operária e popular. As respostas diárias às medidas ditadas por Dilma/Levy mostrarão o caminho do combate aos explorados. O maior obstáculo para cumprir essa tarefa está no caráter embrionário do Partido Operário Revolucionário. É necessário avançar a sua construção para potencializar a luta de classes. A firme oposição revolucionária ao novo governo burguês do PT no seio da luta dos explorados criará as condições para avançar na construção do partido da revolução proletária.

Trajetória do PT na Paraíba: da origem democratizante ao papel de serviçal das oligarquias

Criado na Paraíba em agosto de 1980, o Partido dos Trabalhadores acompanhou a trajetória de seu aburguesamento em nível nacional. Surgiu com um programa reformista que prometia um governo democrático e popular, porém desembocou na política oligárquica e pró-imperialista. A limitada democracia burguesa, no Brasil, nasceu desfigurada. Na Paraíba, os partidos que não são expressão orgânica das oligarquias, para existirem, estão obrigados a se submeter às famílias que disputam o controle do Estado burguês, como é o caso do PT.

A maior liderança oligárquica paraibana foi Argemiro Figueiredo (interventor da Paraíba entre 1936 e 1940), tio-avô dos irmãos Veneziano e Vital do Rego (PMDB) e considerado um mestre por Ronaldo Cunha Lima (que transitou do MDB ao PSDB). O PT foi linha auxiliar, alternadamente, destas duas famílias. Outra grande expressão das oligarquias foi o “grupo da várzea”, organizado após o golpe de 1964 do qual fazia parte o “coronel” da indústria canavieira **Aguinaldo Velloso Borges, mandante do assassinato de João Pedro Teixeira, em 1962, líder das Ligas Camponesas de Sapé, e de Margarida Maria Alves, dirigente do sindicato de trabalhadores rurais de Alagoa Grande, em 1983. Aguinaldo Ribeiro (PP), nomeado Ministro das Cidades por Dilma entre 2012 e 2014, é neto do velho oligarca. Assim, é nítida a impotência do reformismo para “desoligarquizar” o Estado. No caso da Paraíba, o PT apoiado na pequena burguesia é que se oligarquizou.**

Origem na pequena-burguesia: Igreja e esquerda clandestina

Ao contrário do que se passou em São Paulo, a formação do PT paraibano não foi baseada no movimento operário. Isso porque, além da inexpressiva industrialização, grande parte do sindicalismo era governista e estatizado. Os setores sindicais que participaram da formação do PT eram próximos à Pastoral Operária, ou oriundos do funcionalismo público, principalmente de professores, através da Associação dos Professores do Estado (AMPEP), primeira organização sindical a se vincular com o PT no estado. O movimento camponês, que teve na Paraíba o berço das Ligas Camponesas, no início da década de 1980, ainda sofria os efeitos da repressão ditatorial e começava a se reorganizar sob a influência da Igreja, não participando deste momento de fundação do PT.

Sem a presença operária, as principais forças políticas construtoras do PT foram militantes de ex-organizações clandestinas de esquerda e a Igreja Católica, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais, principalmente a Pastoral Operária, Rural, da Juventude e Universitária. Quanto aos agrupamentos de esquerda, havia inicialmente dois principais grupos. De um lado, aqueles de matriz estalinista oriundos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). De outro lado, as organizações de influência trotskista, como Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB), Organização Socialista Internacionalista (OSI), Democracia Socialista (DS) e Convergên-

cia Socialista. Além destes, também fez parte da construção do PT um grupo de estudantes de UFPB, campus de Areia, ligado à Política Operária (Polop).

A primeira direção provisória do PT, em 1980-1981, foi composta por representantes da Igreja, do MEP e do PCR, tendo este último hegemonia na composição da direção. No ano seguinte, o PT sofre o primeiro racha pela direita, com a saída de Wanderley Farias (PCR). A motivação da saída desse grupo foi por divergências quanto à campanha pela Constituinte e sobre a unidade sindical com outras forças políticas, tendo em vista questões eleitorais. Farias rompeu e ingressou no PMDB.

Em 1983, em seu segundo encontro estadual, o PT se engajou na luta pelas “Diretas Já!”. Nesse Encontro, a DS passou a fazer parte da direção. Em 1987, o PT definiu como bandeiras: eleições diretas para presidente; reforma agrária ampla, sob controle dos trabalhadores; combate à inflação e arrocho salarial, repúdio ao plano Bresser; luta por saúde, moradia e educação; e contra coligações com partidos da burguesia. Essa posição foi aprovada apenas formalmente. Não correspondia à luta revolucionária pela construção de um partido do proletariado.

A Articulação e a política de maior integração aos partidos burgueses

No ano seguinte, em 1988, a corrente Articulação, que já vinha exercendo influência em algumas lideranças, chegou à Paraíba e passou a disputar o controle do partido com a DS e demais correntes revisionistas do trotskismo. No Encontro Estadual de 1989, a Articulação deu a linha política do partido no estado, mesmo sem ocupar diretamente a direção. Com vistas a formar um bloco de oposição à Articulação, a DS encabeçou a formação do Campo Socialista, composto pelos agrupamentos autodenominados trotskistas e independentes. Em 1990 e 1992, a DS elegeu um deputado e um vereador, mas não chegou a desbancar a hegemonia da Articulação. Ricardo Coutinho (atual governador da Paraíba, eleito e reeleito pelo PSB), também é eleito vereador, na época não era ligado a nenhuma corrente interna, mas simpatizante do Campo Socialista.

No começo da década de 1990, a esquerda católica atenuou sua participação no PT. O PCR foi para o PMDB, compondo o MR-8. Assim, no início da década, a disputa pela direção do PT se dava entre a DS (Campo Socialista) e a Articulação. Em 1993, a Articulação defendeu a aliança eleitoral com PSDB e PMDB (partidos que expressavam as oligarquias regionais) e setores do PDT, para garantir palanque à candidatura presidencial de Lula. O Campo Socialista, através da chapa “Um Rumo Revolucionário Para o PT”, se contrapôs a tal política não com a estratégia e os métodos de um programa proletário. Argumentou em favor da independência perante as oligarquias, mas com suposto “projeto alternativo”, que não passava da utópica ideia de democratizar o Estado burguês. Como se vê, a posição dos revisionistas (mandelistas) de “construção da hegemonia das forças democráticas e populares” não expressava a política marxista, mas sim a do reformismo pequeno-burguesa.

Em 1994, estourou o conflito entre os dois grupos a par-

tir da divergência sobre o PT apoiar a candidatura do senador Antônio Mariz (PMDB) para governador. Nesse período, ocorreu um racha nacional na Articulação, afetando o PT-PB e enfraquecendo essa corrente temporariamente no estado, o que impediu a aliança com o PMDB naquele ano. O partido acabou lançando a candidatura de Avenzoar Arruda, pela “Frente Paraíba Popular”, coligado com PCdoB, PSB, PV e PSTU, que inaugurava sua participação em eleições, após a saída do PT em 1992, quando ainda se chamava Convergência Socialista.

Fraudes e escândalos expõem a decomposição do reformismo

Em 1995, as disputas e acusações mútuas de fraude no processo de eleição para o diretório estadual extrapolaram os organismos internos e tornaram-se públicas, expondo o processo de degeneração do petismo. O acirramento do conflito culminou com a intervenção da executiva nacional. Foi nomeada uma direção provisória e uma comissão de ética para proteger os membros da Articulação e aliados. Em 1996, houve chapa única para a direção estadual. O Campo Socialista se desfez, demonstrando sua impotência.

No ano seguinte, se formou o Campo de Esquerda, que retomou o oportunismo do ex-Campo Socialista, composto pela DS, Articulação de Esquerda, Força Socialista, Coletivo Frei Anastácio, Coletivo Ricardo Coutinho e independentes. Na situação, além da Articulação, fazia parte também a Democracia Radical, criada em 1998, pelo vereador Luciano Cartaxo. A Articulação ganhou novamente a disputa pela direção do Partido. Com a presidência do deputado Luiz Couto, se iniciou uma nova fase, de hegemonia absoluta da Articulação.

Mesmo com o cerceamento cada vez maior à democracia interna no partido, após disciplinar as demais correntes, a Articulação tinha um problema com elementos que, dada sua força eleitoral, não estavam dispostos a se submeter a suas diretrizes. Era o caso do então deputado estadual Ricardo Coutinho e deputado federal Avenzoar Arruda. O primeiro era o mais problemático, que acusou abertamente os dirigentes de tentar fazer com que o PT se submetesse às oligarquias paraibanas, acusando-os de serem mais governistas que a própria base dos partidos do governo.

A crítica de Coutinho se devia à aliança que o PT fez em Campina Grande com o PMDB, que era controlado pelos Cunha Lima. Na avaliação da direção do PT, Cássio Cunha Lima, pela segunda vez prefeito de Campina Grande, era um representante do “centro democrático”. O PT na Paraíba estava expressando o movimento mais geral do partido de se coligar com grupos e frações de classes que o partido havia se comprometido a combater. De alternativa ao clientelismo, latifundiários, coronéis e burguesia, o PT passou a ser auxiliar das oligarquias, porém com verniz democratizante. Todavia, em 1999, a Articulação não mostrava todas as suas garras. Encenou indignação com as acusações de Coutinho. Com a justificativa da indisposição de Coutinho em apoiar a candidatura de Luiz Couto, a direção estadual iniciou seu processo de expulsão. Houve nova intervenção do diretório nacional, que criou uma comissão de acompanhamento da crise, composta por Arlindo Chinaglia, Joaquim Soriano e Silvio Pereira. O PT de João Pessoa expulsou Coutinho em dezembro de 2000, prontamente o PSTU, PV e PSB o convidaram para ingressar

em suas fileiras, porém ele recorreu e permaneceu no PT até 2003, quando entrou no PSB.

PT indicou vice de Cássio Cunha Lima em 2000

Cássio Cunha Lima, filho de Ronaldo Cunha Lima, iniciou sua vida política na juventude universitária do PCdoB, quando estudante da UEPB. Os Cunha Lima foram apoiados por este partido em todas as disputas eleitorais até 2002, sendo que o grupo de Campina Grande permaneceu fiel a Cássio até hoje e compõe o secretariado do atual prefeito de Campina, Romero (primo de Cássio).

Os Cunha Lima dominavam o PMDB paraibano até 1998, quando foram derrotados pelo grupo de José Maranhão. A vitória significou grande perda de espaço dos Cunha Lima em postos no Governo Federal, sob o governo de FHC. Nas eleições de 1998, os Cunha Lima foram escanteados, ao mesmo tempo, viram com interesse a alta votação obtida pela sindicalista Cozette Barbosa (PT) em sua candidatura ao Senado. Para neutralizar a forte opositora, Cássio Cunha Lima costurou uma chapa com Cozette. Ele como prefeito e ela como vice, juntos conquistaram 71,4% dos votos. A coligação era composta por PMDB / PTB / PCdoB / PRTB / PT / PSB / PSL / PMN / PV / PPS / PGT / PRP / PSDB / PRN / PL e PSC. Tal aliança foi avalizada com a presença de Lula, uma vez que Cássio o apoiou no segundo turno em 1989 e a direção nacional procurava atrair o apoio dos Cunha Lima para 2002. Vale destacar que, em 2001, os Cunha Lima romperam com o PMDB e entraram no PSDB, e ainda tiveram aliados ocupando o controle de outros partidos, como PTB, PV e PL. Com o afastamento de Cássio para se candidatar a governador, Cozette assumiu a prefeitura depois do esvaziamento dos cofres e privatizações. Nas eleições seguintes, não conquistou nem 10% dos votos e desapareceu da política.

Em João Pessoa, sintonizados com o projeto cassista, o PT municipal inviabilizou a candidatura do então deputado estadual petista, Ricardo Coutinho, à prefeitura, em 2000. Durante a visita de Lula ao estado, não houve nenhuma agenda conjunta. Ricardo retirou a candidatura e o PT lançou nomes sem perspectiva de vitória, cumprindo o papel de linha auxiliar dos Cunha Lima. Quatro anos depois, Ricardo, já filiado ao PSB, se elegeu prefeito de João Pessoa com apoio de José Maranhão (PMDB). O candidato do PT, Avenzoar Arruda, coligado apenas com o PSDC, obteve 3,29% dos votos.

A vez do maranhismo

Em 2006, o PT indicou o vice-governador na chapa de José Maranhão (PMDB), coligado com PRB, PSB, PCdoB, PSL, PMN e PRONA. Perderam para Cássio, mas com sua cassação por denúncias de corrupção, Maranhão acabou assumindo. No pleito seguinte, continuou com Maranhão, coligado com PTB, PP, PR, PRB, PSC, PSL, PMN, PHS, PTdoB e PCdoB. Perderam para Ricardo Coutinho, cuja coligação abarcava PSB, PSDB, DEM, PDT, PPS, PTC, PV, PTN e PRP. Ainda em 2010, o PT paraibano elegeu seu primeiro deputado federal, Luiz Couto. Nas eleições seguintes, o PT paraibano foi aumentando progressivamente o número de eleitos, integrando-se cada vez mais à máquina do Estado burguês e eliminando qualquer fronteira em relação a sua política de alianças. Foi importante a chegada do PT à presidência, o que se refletiu em campanhas mais caras, alianças nacionalizadas (geralmente impostas pela direção nacional) e uso da máquina.

Eleições municipais de 2012 e a aliança com os Ribeiro (PP)

Especial — Balanço Político dos 12 anos do governo do PT — MASSAS — 49

Agnaldo Ribeiro compõe a base aliada do governo Dilma e ocupou o Ministério das Cidades de 2012 a 2014. É neto de **Aguinaldo Velloso Borges, oligarca do “grupo da várzea” responsável pelo assassinato de líderes camponeses.** Em 2012, a executiva nacional do PT interveio em Campina Grande em favor da oligarquia dos Ribeiros. Em troca do apoio de Paulo Maluf à Haddad na disputa pela prefeitura de São Paulo, Lula se comprometeu, entre outras coisas, a apoiar Daniela Ribeiro (PP), irmã de Agnaldo. Parte minoritária do PT de Campina Grande tentou ignorar o acordo, lançando Alexandre Almeida como candidato pela legenda, obtendo 1,17% dos votos. Predominou o apoio dos petistas de Campina à representante dos latifundiários da região. No segundo turno, foi a vez de apoiar Tatiana (PMDB), candidata dos Vital do Rego, com pronunciamentos de Dilma e Lula.

No mesmo ano, em João Pessoa, o PT lançou a candidatura de Luciano Cartaxo, coligado com PRB, PP e PPS. O apoio do ex-prefeito Luciano Agra, que havia rompido com Ricardo Coutinho foi decisivo para a vitória do petista. Garantindo ao menos uma capital no nordeste para o partido.

A disputa pelo governo em 2014: contra a direção nacional, apoio a Coutinho

Ricardo Coutinho, saído do ventre do PT e do movimento sindical, para chegar ao posto de governador e nele se manter, se enlameou na política burguesa, expressando, sobretudo, a burguesia do litoral paraibano, ainda que tenha servido também às famílias oligárquicas. Coutinho mostrou ser capaz de fazer duros ataques aos trabalhadores. Em seu primeiro governo, de 2010 a 2014, fechou 233 escolas estaduais, avançou na privatização da saúde, dos terminais rodoviários, arrochou os salários dos servidores e tentou aprovar mordanças que os impeçam de exercerem seus direitos democráticos à liberdade de expressão e organização. Acomodou em cargos comissionados setores das burocracias dos movimentos camponês, sindical e

da juventude, mesmo assim enfrentou diversos protestos.

Fazendo grande alarde contra as oligarquias e contra o retrocesso, o PT, desta vez, se juntou à candidatura de Ricardo Coutinho. Na mesma coligação estava outro oligarca ainda não citado, Efraim de Moraes do DEM, que coordenou a campanha e garantiu apoios no interior. Coutinho costurou a aliança com o PT, a despeito da direção nacional do partido. O PT nacional desconheceu a decisão da convenção estadual e impôs a aliança com o PMDB. Diante da desobediência, o PMDB ingressou na justiça para desfazer a coligação do PT com o PSB, sem sucesso.

Os irmãos petistas Luciano e Lucélio Cartaxo capitanearam a recusa à aliança com o PMDB, lançaram um nome inexpressivo do PT local e, posteriormente, negociaram a composição na chapa de Coutinho. Lucélio ficou em segundo lugar na disputa pelo senado. Com isso, se potenciou como força política para as próximas disputas. Coutinho retribuiu o apoio do PT local com o apoio a Dilma no segundo turno, desconsiderando a orientação do PSB nacional de voto em Aécio. O PP, que também tentou uma composição com o PT, acabou entrando na coligação de Cássio, anunciando que isto não afetaria a aliança nacional com o PT. Aguinaldo chegou a montar um comitê pró-Dilma e Cássio em João Pessoa.

Conclusão

A trajetória do PT exposta neste artigo demonstra a falência do reformismo, a inviabilidade de cumprir suas promessas originárias e seu destino de se afundar cada vez mais na política burguesa e se tornar um capacho das oligarquias. As necessidades dos operários, camponeses e classe média arruinada das cidades permanecem pendentes. A situação no estado é de pobreza, fome, seca, falta de emprego, salários baixíssimos, falta de acesso à saúde e educação. A solução destes problemas, porém, vincula-se com a luta pela revolução proletária. As esquerdas centristas e reformistas acabam reeditando o mesmo programa reformista com pequenas variações. O balanço da história do PT no estado demonstra que a falta de um partido operário revolucionário precisa ser superada.

Rio Grande do Norte

O PT no RN: do reformismo pequeno-burguês à capitulação às oligarquias

As greves de 1978 a 1980, no ABC Paulista, a fundação do PT em 1980 e a criação da CUT em 1983 influenciaram o movimento sindical no RN. Ocorreu uma ruptura com o sindicalismo subserviente ao regime militar. Essa ruptura se deu sob a orientação do reformismo petista. Sendo assim, os sindicatos passam a funcionar como correia de transmissão dessas posições. As diversas lutas travadas contra os ataques à vida dos oprimidos tiveram como estratégia o fortalecimento eleitoral do PT. De Geraldo Melo/PMDB (1987-1991) a Rosalba/DEM (2011-2015), o que se viu foi a subordinação dos explorados à estratégia eleitoral parlamentar.

É importante destacar o papel dos sindicatos, em especial dos servidores públicos. Em oposição aos dois mandatos de Garibaldi Alves Filho/PMDB (1994-2006), os sindicatos dirigidos pelo PT se valeram das lutas para desgastar o governo. Este não negociava com os movimentos sindicais, assim enfrentou fortes greves do funcionalismo, em especial o da edu-

cação. No entanto, a política eleitoral dos dirigentes sindicais petistas tinha um limite. As greves sempre estavam no marco das audiências públicas, dos discursos inflamados de seus dirigentes, que todo o tempo pretendiam desgastar eleitoralmente a oligarquia Alves.

O atraso econômico do estado do RN e seu fraco desenvolvimento industrial explicam o fato do PT ter surgido no funcionalismo público, estendendo-se ao campo, impulsionado pela pastoral da terra. A forte presença da oligarquia agrária no estado, com a alta concentração de terras, ocasionando por vezes a expulsão de famílias inteiras de suas terras, conformou uma massa de camponeses sem terra, que se integrou ao MST, organizado no final da década de 80, quando do surgimento do movimento no estado a partir de um grupo de militantes vindo do Rio Grande do Sul.

Em 1989, o PT elegeu seu primeiro vereador na capital do estado, Fernando Mineiro, professor que se destacou nas lutas

do magistério contra o então governo Geraldo Melo (PMDB), que reprimiu duramente as greves. Nesse mesmo período, o PT passou a administrar a prefeitura da pequena cidade de Janduí, propagandeando “seu modo petista de governar”, defendendo a moralização dos serviços públicos. Em 1990, o PT elegeu seu primeiro deputado estadual o também professor Júnior Souto. O SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) teve um importante papel na propagação das ideias eleitorais reformistas. Uma parcela de trabalhadores e estudantes canalizou o voto no PT, como forma de colocar “seus representantes” no parlamento. Nesse período, ainda se ouvia nos discursos do PT o combate às oligarquias e a defesa da desconcentração da propriedade agrária latifundiária.

Não tardou muito para que os petistas passassem a justificar as alianças eleitorais com setores oriundos das oligarquias. Em 1992, iniciaram-se os acordos em torno da prefeitura de Natal, com o então candidato do PSB Aldo Tinoco, uma figura populista, uma cria política da ex-prefeita Vilma de Faria (PSB). Mesmo não tendo apoio unânime na militância petista, Lula veio ao RN declarar apoio ao candidato que também foi apoiado por José Agripino Maia, oligarca e homem da ditadura militar. A justificativa e explicação dos petistas era a de que deveria combater a oligarquia Alves do hoje Ministro da Previdência do governo petista Garibaldi Alves Filho (PMDB).

O poder das oligarquias no RN, a alta concentração de terras, os métodos de apadrinhamento político nas cidades e o voto de cabresto são características dos processos eleitorais. Aos poucos, o PT foi se adaptando a esse processo, mantendo-se como base de apoio do PSB de Vilma de Faria, que veio do antigo PDS. Para governo do estado do RN, Vilma contou com o apoio do PT, que participou diretamente do governo assumindo cargos e tendo Mineiro/PT, então deputado estadual, como principal defensor do seu governo.

O avanço da oligarquização do PT

O ano de 2006 marcou a consolidação do processo de oligarquização do PT no estado. Vilma de Faria foi caracterizada pelos petistas como candidatura das forças “progressistas” do estado. O PT assumiu cargos no governo, juntamente com o PCdoB. Durante os dois mandatos do governo Vilma, o papel das direções do movimento foi o de conduzir a luta para as pressões parlamentares, apresentação de emendas e diálogo com o governo. Foram mais oito anos de engessamento das lutas.

Toda a adaptação do PT ao eleitoralismo e a defesa do “governo democrático e popular” não serviram para fortalecer o partido como uma força social que se projetasse eleitoralmente no RN de forma independente. Sempre precisou, inclusive para eleger seus parlamentares, de estar de braços dados com setores da oligarquia potiguar. De forma oportunista, sempre esses setores são chamados de “progressistas”.

No governo de Rosalba/DEM, o PT se comportou como uma oposição e novamente todas as lutas foram canalizadas para o desgaste eleitoral. Várias categorias do funcionalismo foram à greve, destacando o estado como “Rio Greve do Norte”. Durante as lutas, por meio das quais as categorias se levantavam contra o caos nos serviços públicos e o arrocho salarial, a CUT ficou omissa. As greves foram definindo uma a uma, mas o desgaste do governo, como pretendiam os petistas, foi obtido.

Em 2013, nos bastidores, já se costurava uma aliança do PT com o PMDB, que é base aliada do governo federal, representado no estado pela oligarquia Alves. A aliança foi rejeitada por Henrique Alves (PMDB), que preferiu conformar uma ampla base política que ia do PSB ao DEM. Preterido pelo seu “aliado progressista” em nível nacional (PMDB), o PT correu para o grupo eleitoral de Robson de Farias (PSD, vice da atual governadora de Rosalba/DEM), que também sempre esteve junto às oligarquias e foi deputado por 24 anos, conseguindo também projetar seu filho Fábio Farias a deputado federal desde 2006. A chapa com Robson/PSD e o vice do PCdoB foi a chapa que passou a se utilizar do discurso de que era preciso derrotar as oligarquias. Os petistas, embriagados pelo resultado eleitoral, venderam a ilusão de que derrotaram as forças oligarcas. Esqueceram-se, em seu discurso, que a até bem pouco tempo Robson Faria era parte da oligarquia reacionária do RN.

A vitória de Fátima Bezerra ao Senado confirma o prognóstico do POR de oligarquização do PT

Fátima Bezerra, ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, foi deputada estadual, em 1994, deputada federal (por três mandatos) e, agora, em 2014, foi eleita para o senado, derrotando a ex-aliada, agora opositora, Vilma de Faria (PSB), candidata dos Alves e Maia. A expressiva votação da candidata petista, 800 mil votos, se explica pelo apoio dos prefeitos, vereadores e deputados. O carreirista e pequeno-burguês deputado petista Fernando Mineiro afirmou que a eleição de Fátima Bezerra para o Senado era expressão “do esgotamento do padrão político do RN”, explicando ser consequência de uma mudança na consciência das massas. Nada mais falso. Fátima recebeu apoio das oligarquias, que foi dos Alves, Maias, chegando aos Rosados (basta ver a expressiva votação obtida em Mossoró), reduto eleitoral da atual governadora Rosalba/DEM. Uma grande contradição na explicação do petista é a comprovação dos deputados federais eleitos: dos 8 eleitos, 7 são das oligarquias. O outro foi apadrinhado por estas.

A eleição de Fátima é a consolidação de um processo de adaptação e capitulação do PT diante das oligarquias do RN.

Como se vê, o PT não nasceu do ventre das oligarquias, mas para se potencializar eleitoralmente se enfiou nas suas entranhas. Para manter-se no aparelho do Estado burguês, avançou a sua submissão, se propondo a administrar um Estado putrefato, que inevitavelmente descarregaria a crise sobre os ombros dos oprimidos. Como constatamos, seu papel passou a ser o de conter cada vez mais as lutas, nas cidades e no campo. Está aí por que assumiu a posição de porta-voz do governo eleito para explicar a crise do RN, o endividamento e a necessidade de manter o pagamento aos grandes capitalistas, a exemplo dos contratos com a OAS.

O PT fracassou em seu discurso de democratizar o Estado, afastando as oligarquias, distribuindo renda e promovendo reformas. Teve que se adaptar, aliar-se às oligarquias para gerenciar a crise do Estado burguês, protegendo a propriedade privada e os interesses dos capitalistas e para isso descarregando todas as mazelas sobre as massas oprimidas.

Para os marxistas, o processo de oligarquização do PT no RN confirma a caducidade da estratégia reformista de transformar a sociedade capitalista por meio das instituições da burguesia (eleições). Essa via, de fato, é a da colaboração que mantém a opressão e a exploração sobre o proletariado e demais oprimidos. Tornou-se necessário

combater inflexivelmente o PT. Não se pode enfrentar as oligarquias sem lutar contra a aliança oligárquica. A oposição revolucionária se assenta na defesa da unidade do movimento, da democracia operária e da independência de classe do proletariado diante dos governos e partidos da ordem burguesa.

A tarefa do Partido Operário Revolucionário é a penetrar no seio do proletariado com seu programa. A firme atuação e a defesa da constitui-

O PT na Bahia

No final da década de 1970, por meio de subsídios, isenções de impostos, doações de terrenos, financiamentos, além da construção da infraestrutura (construção de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e a ampliação da oferta de energia), o governo instalou o Complexo Petroquímico de Camaçari que, antes disso, tinha na exploração e no refino de petróleo no Recôncavo, descoberto na década de 1940, a principal atividade industrial. Esse empreendimento, em que o Estado fazia parte da composição acionária das indústrias petroquímicas, com capitais nacionais e internacionais, repercutiu em Salvador e região metropolitana, propiciando o fortalecimento de uma pequena-burguesia que, juntamente com o operariado dos ramos químico e petroleiro, constituiu a base social que fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) na Bahia no início da década de 1980.

O conflito pela posse da terra congregou pequenos produtores rurais e setores das chamadas Comunidades Eclesiais de Base, ensejando a fundação do PT nos municípios do interior da Bahia. O programa agrário do PT, no qual o Estado se constituiu como uma instituição que realizará a Reforma Agrária, garantindo acesso à terra aos camponeses sem terra, concedendo apoio técnico e financeiro aos pequenos agricultores, passou a ser empunhado pela direção dos sindicatos de trabalhadores rurais, resultando no êxito de candidatos do PT que conseguiram chegar às prefeituras dos municípios do interior da Bahia a partir da década de 1990. Seguindo a linha política geral do partido em nível nacional, o PT da Bahia apresentava um programa de reformas democráticas do Estado sem atrito com a grande propriedade privada dos meios de produção.

Tanto em municípios de pequeno porte, como Pintadas, quanto nos de médio porte, a exemplo de Itabuna e Vitória da Conquista, o PT conseguiu eleger candidatos a prefeito ao longo da década de 1990, cujo contingente tornou-se expressivo ao longo dos anos 2000, alcançando, em 2012, o número de 93 entre os 417 municípios. Esse êxito eleitoral-parlamentar, porém, sempre foi frustrado nos dois maiores colégios eleitorais da Bahia: Feira de Santana e na capital, Salvador. O êxito eleitoral permitiu a integração cada vez maior do partido ao Estado burguês, embalado pelo discurso que supostamente se diferenciaria dos demais partidos.

Em Salvador, à exceção das eleições municipais de 1992, quando o PT apoiou a candidata eleita Lídice da Mata (na época filiada ao PSDB, atualmente senadora pelo PSB, em aliança com o PCdoB), nas demais o partido disputou as eleições com candidato próprio. O candidato Nelson Pelegrino, um dos fundadores do PT no estado, foi derrotado no primeiro turno nas eleições de 1996 e 2000 pelo candidato da oligarquia de Antônio Carlos Magalhães, Antônio Imbassahy (PFL), e, em 2004, não conseguiu a quantidade de votos suficientes para disputar

ção de uma frente única com base numa plataforma de reivindicações e aprovação de pontos programáticos para um programa de oposição revolucionária ao governo burguês de Robson de Farias (PSD/PT/PCdoB) criarão as condições para avançar a construção do partido da revolução proletária. A consolidação do partido-programa é parte da tarefa histórica de superar a crise de direção revolucionária e o caminho para se avançar no sentido da revolução e ditadura proletárias.

o segundo turno que ocorreu entre o candidato carlista Cesar Borges (PFL) e João Henrique (PDT). Nas duas últimas eleições municipais, os candidatos do PT chegaram a disputar o segundo turno, sendo que, em 2008, Walter Pinheiro foi derrotado por João Henrique (PMDB), candidato reeleito, e, em 2012, ACM Neto obteve a vitória nas urnas pela retaliação dos eleitores a Nelson Pelegrino, candidato do governador, Jaques Wagner (PT) que, naquele ano, foi intransigente com a greve dos professores da educação básica e dos policiais militares.

Até chegar ao governo do Estado, em 2006, quando Jaques Wagner, com o apoio do PMDB, PCdoB, PSB, PPS, PV, PTB, PMN, conseguiu derrotar, no primeiro turno, o Paulo Souto (PFL), candidato à reeleição, interrompendo a sucessão da oligarquia carlista que estava no poder desde 1990, o PT participou das eleições ao cargo do poder executivo da Bahia da seguinte forma: em 1990, sem constituir alianças, o PT lançou José Sérgio Gabrielli, um dos fundadores do partido na Bahia, como candidato na eleição que foi vencida por Antônio Carlos Magalhães (PFL); em 1994, após a intervenção da direção nacional do PT, o partido apoiou Jutahy Magalhães Junior (PSDB), candidato originário das oligarquias agrárias do estado, nas eleições em que o carlista Paulo Souto (PFL) derrotou João Durval Carneiro (PMN), ex-integrante do PDS que sucedeu Antônio Carlos Magalhães no governo da Bahia de 1983 a 1987, no segundo turno; em 1998, a oligarquia carlista manteve-se no poder com eleição de César Borges (PFL), que derrotou o candidato do PT, Zezéu Ribeiro, com 1.894.855 votos de vantagem; em 2002, a primeira participação de Jaques Wagner na disputa pelo governo da Bahia resultou no triunfo de Paulo Souto (PFL), no primeiro turno, com pouco mais de 814 mil votos de vantagem em relação ao candidato do PT. Wagner se elegeu em 2006, pondo fim ao ciclo carlista no governo. Em 2010, o PT, em aliança com o PCdoB, PDT, PHS, PP, PRB, PSB e PSL, conseguiu reeleger Jaques Wagner, no primeiro turno, com mais de 3 milhões de voto de vantagem em relação ao segundo colocado, Paulo Souto (DEM).

A eleição e primeiro mandato de Wagner se deram no contexto em que o governo Lula ainda experimentava as consequências do crescimento econômico internacional, com o crescimento do PIB, o que lhe dava uma margem maior para a ampliação das políticas assistencialistas, aumentos do salário mínimo (embora muito aquém das necessidades elementares dos trabalhadores) e baixos índices de desemprego. Certamente, essa conjuntura favorável e o empenho do governo federal na campanha concorreram para o êxito do PT e a eleição de Jaques Wagner, depois de anos de hegemonia da oligarquia carlista sob influência do falecido Antônio Carlos Magalhães (ACM). Como ocorreu com a eleição de Lula, a eleição de Wagner se deu a partir de uma ampla aliança com partidos

da burguesia e das oligarquias. O PT chegou ao poder com o discurso de democratização do Estado e realização de reformas necessárias para o desenvolvimento econômico do Estado e superação dos índices de miséria e pobreza, além de avanços nas condições de vida de trabalhadores do campo e da cidade. Como ocorreu nacionalmente, o PT se constituiu, na verdade, num instrumento a serviço dos interesses dos capitalistas locais e dos monopólios internacionais, que se aproveitam dos subsídios e desoneração de impostos concedidos pelo governo para se instalar na região e explorar a força de trabalho com baixos salários.

A realidade da Bahia é marcada pelo desenvolvimento econômico desigual e combinado. A indústria se encontra concentrada no Polo Petroquímico de Camaçari, no Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho (região metropolitana de Salvador), e em algumas cidades do interior, como Feira de Santana, enquanto o restante do Estado convive com o atraso, a miséria e a superexploração. Nos últimos anos, o agronegócio tem se expandido, particularmente na região do São Francisco, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Desde o princípio, o governo Jaques Wagner colocou-se na linha de frente na defesa desses conglomerados econômicos, atuando pessoalmente na atração de empresas para o Estado, fornecendo, para tanto, condições de infraestrutura e desoneração de impostos, além de muita mão-de-obra disponível.

Durante a sua gestão, o governador Wagner teve de enfrentar greves e mobilização de servidores, como foi o caso da greve da Polícia Militar e dos professores estaduais, ambas em 2012. A greve dos professores durou 115 dias, sem que houvesse avanços nas negociações com o governo com relação às condições de trabalho, ensino e salariais. A greve da polícia foi violentamente reprimida pelo governo, levando à prisão de lideranças. Em 2014, ocorreu uma nova greve de policiais que

durou apenas três dias. No caso da greve dos professores, a categoria sofreu perseguição, ameaça de demissão, salário descontado, além da criminalização do movimento grevista pelo governo petista. Os professores lutavam pelo cumprimento de um acordo realizado em 2011 e pelo cumprimento do Piso Nacional do Magistério.

No governo Wagner, o avanço do agronegócio e do latifúndio também levou a conflitos entre índios e latifundiários. Além dos sem terras, acossados pelos grandes proprietários de terras e pelas empresas capitalistas do campo, os índios Tupinambás, no Sul da Bahia, continuam a sofrer constantemente a violência dos fazendeiros da região. O governo Wagner chegou a requisitar, junto ao Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo (PT), o envio de tropas do exército para reprimir os indígenas nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una. Vários índios já foram mortos por conta da violência na região.

Na última eleição, Jaques Wagner conseguiu eleger seu sucessor, ex-chefe da Casa Civil do governo da Bahia, Rui Costa (PT), por uma coligação com partidos como PP, PSD, PDT, PR, PTB, PMN, além do PCdoB, para a gestão de 2015-2018. Derrotou o candidato Paulo Souto (DEM), que contou com o apoio do prefeito de Salvador, ACM Neto. No programa do candidato do PT, apresentado aos empresários locais, constam não só os investimentos em infraestrutura e logística, como a continuidade dos incentivos aos capitalistas. Trata-se, portanto, da continuidade da política colocada em prática pelo governo Jaques Wagner nos dois últimos mandatos. Certamente, o incremento das contradições econômicas, políticas e sociais e o avanço da crise levarão parcelas de trabalhadores e servidores a se chocarem com as medidas do novo governo que terá de atacar a fundo a vida e as condições de trabalho dos explorados na Bahia para defender os interesses dos grandes conglomerados econômicos capitalistas instalados no Estado.

O PT no estado do Ceará

O Partido dos Trabalhadores no estado é tão antigo quanto o PT nacional. Tem 34 anos de existência. A eleição de Maria Luíza Fontenele para a prefeitura de Fortaleza, em 1985, se projetou nacionalmente. Foi dado o destaque pela imprensa burguesa de que se tratava de uma vitória da esquerda, a primeira em uma capital de estado. Não demorou muito para que o grupo de Fontenele se mostrasse impotente diante da oligarquia. O palavreado reformista e humanista se deparou com a dura realidade nordestina, em particular com as contundentes contradições do atraso econômico e da miséria das massas. Os reformistas nada puderam fazer para cumprir as promessas de mudança em favor dos pobres e oprimidos. Sem dúvida, a eleição de Fontenele surpreendeu a oligarquia cearense acostumada a dominar sem nenhuma contestação.

O fracasso da administração da prefeita permitiu que o PMDB vencesse as eleições. Juraci Magalhães e sua quadrilha ficaram à frente da prefeitura por 14 anos. Em 2002/2003 explodiram os escândalos de corrupção, entre eles o desvio de 2 milhões de reais da merenda escolar. A desmoralização da administração dos partidários de Juraci abriu caminho para o PT se recuperar do fracasso e derrota de Fontenele.

Contrariando a orientação da direção majoritária do PT e de Lula, o diretório regional do Ceará lançou a candidatura

de Luizianne Lins à prefeitura de Fortaleza. A posição da nacional era a de fazer uma coligação com o PCdoB e apoiar a candidatura de Inácio Arruda. A candidata Luizianne pertence à Democracia Socialista, corrente mandelista, revisionista do trotskismo. Era do interesse da direção nacional a aliança com o PCdoB, fiel cão de guarda do governo Lula. Mas havia também a avaliação de que Arruda estaria em melhores condições eleitorais do que Luizianne. O fato de a petista pertencer à DS não era o principal obstáculo. Essa corrente já se encontrava profundamente integrada à política burguesa do PT. Um dos principais dirigentes da DS, Miguel Rosseto, já detinha um dos ministérios do governo Lula.

O fundamental era que Arruda detinha 34% da intenção de voto e Luizianne, apenas 6%. Assim, o politiqueiro do PCdoB estava à frente de todas as candidaturas. Surpreendentemente, Luizianne foi para o segundo turno, disputando com Maroni Torgan/PFL. Havia estabelecido uma coalizão com o PDT, vice na chapa de Luizianne. No segundo turno, ampliou-a para o PPS. Até mesmo Juraci Magalhães declarou voto em Luizianne. A ascensão de uma candidata considerada de esquerda trouxe à memória a vitória de Maria Luíza Fontenele. Parecia que o Ceará se destacava por destoar da direita petista. O que logo foi desmentido pelas diretrizes econômicas, sociais e ad-

ministrativas da nova prefeita petista. A implementação de sua “economia solidária”, “cooperativismo” e “distributivismo” naufragou. Na essência, a prefeitura continuou sendo um instrumento da oligarquia. No entanto, o reformismo humanitário da DS serviu de máscara a adaptação do PT aos interesses dos capitalistas do estado, particularmente os empresários do transporte urbano e às construtoras.

Nas eleições de 2008, Luizianne contou com o consentimento da direção nacional e de Lula. Ampliou-se o quadro das alianças com os partidos burgueses (PMDB, PSB, etc.). O PCdoB renunciou lançar candidatura e entrou na coligação do PT. O assistencialismo do governo Lula favoreceu enormemente a administração de Luizianne e impulsionou a ampliação de alianças partidárias. A coligação “Fortaleza cada vez melhor” deu a vitória, no 1º turno, a Luizianne.

Os dois mandatos da DS, concluíram com a derrota do PT nas eleições de 2012. O seu candidato Elmano Freitas e seu vice do PR foram derrotados por Roberto Cláudio, do PSB. É notável o fato de que a família dos Ferreira Gomes, amparada na sigla do PSB, tenha se utilizado do caudilhismo de Lula, do oligarquismo do PT e da adaptação da DS para se potenciar. A ruptura do PSB, depois de seis anos de aliança com o PT, foi muito bem calculada. O PT e Luizianne serviram de instrumentos para os Ferreira Gomes desbancarem o PMDB, de Eunício Oliveira e o cambaleante PSDB, de Tasso Jereissati, que chegou a ser considerado pela burguesia paulista como uma força política modernizadora do estado do Ceará. No se-

gundo turno, Roberto Cláudio contou, inclusive, com o apoio do PCdoB.

É preciso assinalar o declínio da Democracia Socialista e o fortalecimento da ala direitista do PT. O controle exercido pelo deputado federal mafioso, José Guimarães, da Democracia Radical, tende a se consolidar, contando com sua aproximação da oligarquia dos Ferreira Gomes. Por outro lado, a Articulação, encabeçada pelo senador José Pimentel, conhecido como coveiro da previdência social, mantém parte do poder. O ex-presidente da CUT, Francisco de Assis Diniz, que dirige o diretório estadual do PT, se encontra completamente apodrecido na política burguesa. Nas eleições internas do PT, a DS perdeu a direção estadual, ficando com o controle do diretório municipal de Fortaleza.

A ala mais à esquerda, como corrente interna do PT, é O Trabalho. Essa organização também revisionista do trotskismo se aprimorou na tática de aproximação com a burocracia sindical. É conhecida por subordinar o sindicato dos servidores públicos à política dos governos petistas. Foi incapaz de combater a adaptação da DS/Luizianne à oligarquia.

O POR tem sido um adversário ferrenho do PT. Submeteu-o à crítica programática e se contrapôs à política de sua burocracia de estatizar os sindicatos. Esse breve balanço da política do reformismo no estado se apoia numa sequência de formulações, que demonstra a trajetória de aburguesamento do PT e de conivência da esquerda pequeno-burguesa revisionista do trotskismo.

PT em Rondônia: colaboração e corrupção desde o nascimento

O PT em Rondônia não surgiu como um partido de massas, ligado às grandes mobilizações da classe operária, como em outros estados. Nunca foi um partido com uma expressão em toda a região, nunca conseguiu suplantar os partidos tradicionais. Na verdade, desde muito cedo ficou marcado pela colaboração com os governos e com os partidos oligárquicos, chafurdando na corrupção tão logo assumiu prefeituras, como a da capital, Porto Velho.

Relação com o movimento camponês

Pela ligação estreita entre o MST e o PT, pode-se afirmar que os petistas estiveram à frente das mobilizações camponesas ocorridas entre o final da década de 80 e o início da década de 90, que aconteceram pelo interior do estado. Sem dúvida, era o melhor campo de atuação em uma região dominada pela agropecuária e que, desde o início da década de 80, mostrava potencial para a luta no campo, tendo em vista não somente os vastos territórios ocupados por latifundiários improdutivos, mas também pela composição social do estado, que até hoje é um dos que mais apresenta migrantes de outras regiões do país.

Entretanto, ainda que esse potencial existisse, o Partido dos Trabalhadores, por sua estratégia eleitoral, conseguiu enfraquecer sua ligação com o movimento camponês e destruir parte das tradições de luta.

Por nunca ter sido eleito ao governo do estado, o PT desde

o início da década de 90 aceitava os cargos oferecidos pelos governos do PMDB. E é justamente no governo de Valdir Raupp que ocorrerá o massacre de Corumbiara.

A violência do Estado e dos latifundiários é descarregada com toda força, em 9 de agosto de 1995, contra algumas centenas de famílias sem-terra que haviam ocupado a Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, no sul do estado. Oficialmente, 16 pessoas foram assassinadas, incluindo crianças, e pelo menos uma centena desapareceu, havendo relatos de queima de corpos e ocultação de cadáveres na região. Na ocasião, pela influência que tinha sobre o movimento e por participar do governo do PMDB, que ordenou o massacre, a direção estadual do PT em Rondônia firmou um acordo de divisão das mais de 600 famílias que foram despejadas à bala da Fazenda Santa Elina. A divisão das famílias e manutenção da Fazenda improdutiva selou a traição do PT ao movimento dos sem-terra em Rondônia. Não é por acaso que anos depois surgiu a Liga dos Camponeses Pobres, organizada pelos maoístas, em contraposição às dirigidas pelos petistas.

Apesar das traições, o MST e a Pastoral da Terra organizaram manifestações até o governo de Fernando Henrique Cardoso. O Grito dos Excluídos chegou a reunir mais de dez mil camponeses em Porto Velho. Com a chegada de Lula ao governo federal, a política da CUT, do MST, das Pastorais e dos sindicatos, como o Sintero, foi o de esvaziar as manifestações e apoiar os sucessivos governos petistas.

Relação com o movimento sindical

Os petistas fundaram o maior sindicato, que é o Sintero, que congrega trabalhadores da educação tanto das redes municipais e estadual, e CUT em Rondônia.

A fundação do Sintero ocorreu em 1989. Seu primeiro presidente foi o então desconhecido Roberto Sobrinho, que faria uma ascendente carreira nas instituições burguesas. Em 1993, deixou o sindicato para assumir a Secretaria da Educação do Município de Porto Velho, na administração do prefeito do PSDB, José Alves Vieira Guedes. Como se vê, alguns petistas estão no governo estadual do PMDB e outros, no do PSDB. Alguns membros do PT e dos movimentos sociais criticam a adaptação. É evidente a impostura de tais críticos. Continuam sustentando na prática o carreirismo e na teoria a posição de que é preciso “ganhar postos e ganhar hegemonia”, que para eles é o que ensina Gramsci. Assim, se submetem à política da oligarquia que controla o estado de Rondônia.

Em 26 de setembro de 1990, surgiu a CUT no estado, igualmente dirigida pelos petistas e abertamente adaptada à tática das negociatas com o patronato e com os governos. No estado, a CUT nunca se destacou por organizar as lutas. Foi criada essencialmente para fortalecer a estratégia eleitoral do PT e impedir a constituição de uma direção classista.

A CUT serviu de instrumento do governo federal para a implantação das obras do PAC. Trabalhou para amortecer a resistência dos ribeirinhos, camponeses e índios à construção das hidrelétricas ao longo do Rio Madeira. A sua propaganda ufanista ressaltava o “desenvolvimento da região e a criação de empregos”, o que nada mais era do que a reprodução sem qualquer originalidade da propaganda oficial dos governos Lula e Dilma. Agora, com as mais fortes cheias que se viu do Rio Madeira, tanto em Rondônia quanto no sul do Amazonas, causadas, sem dúvida, pelo represamento das águas junto às hidrelétricas, a CUT ficou em absoluto silêncio. Nas eleições, exaltou as obras do PAC, convocando a população a reeleger o governo burguês de Dilma Rousseff.

O PT no Estado de São Paulo

O Partido dos Trabalhadores surgiu no Estado de São Paulo, teve seu berço na região do ABC paulista, núcleo industrial metalúrgico do país. Assim, sua ascensão eleitoral nos primeiros anos de existência teve seu ponto mais alto justamente nas cidades operárias. Estas realizaram a experiência com as administrações petistas ao longo de trinta anos. O que se viu nos governos municipais petistas é que não foram na essência diferentes dos outros governos dos partidos próprios da burguesia. Reproduziram o fisiologismo, a corrupção, o favorecimento dos proprietários dos meios de produção e do capital financeiro, a repressão aos movimentos sociais. Em nível do governo estadual, o PT perdeu as disputas para o PMDB e depois para o PSDB. Todas as tentativas de conquista do governo estadual fracassaram. E a influência no parlamento paulista recuou, seja com a redução do número de deputados, seja com a debandada de aliados nacionais para os braços dos governos peessedebistas. Hoje, apesar do aumento do número de prefeituras no Estado, o PT se encontra em declínio. É justamente no estado de São Paulo que se concentra a maior força eleitoral

Diante do vigoroso movimento grevista dos operários das Usinas de Jirau e Santo Antônio, a CUT fez o impossível para acabar com a revolta dos peões. Abriu caminho para a intervenção reacionária da Força Sindical. Concluiu sua posição de burocratas vendidos aceitando a ação repressiva da Força Nacional de Segurança Pública.

De esquerda reformista a um partido burguês

Ainda que os resultados eleitorais do PT no estado tenham sempre sido pífios, comparados aos grandes partidos oligárquicos, com Roberto Sobrinho, o PT chegou à prefeitura de Porto Velho, em 2005. Político “moderado”, não se diferenciou dos partidos da oligarquia. Reelegeu-se em 2008.

Como os demais candidatos, Roberto Sobrinho, de longa passagem no sindicalismo e na politicagem burguesa, foi acusado em 2013 de corrupção. Chegou a ser preso, mas logo solto pelo Tribunal de Justiça de Rondônia. Em 2014, não foi eleito para deputado federal.

Em relação à política nacional, Dilma perdeu no estado e apenas dois candidatos a deputado estadual conseguiram ser eleitos. Como era de se esperar, o candidato a governador do PT, Padre Ton, defendeu o voto, no segundo turno, ao candidato do PMDB, Confúcio Moura.

Colocado dentro dos quadros da democracia burguesa, o PT no estado aparece como um partido que, desde muito cedo, renunciou à luta dos trabalhadores da cidade e do campo. Abraçou a política de acordos, alianças e colaboração com os grandes partidos oligárquicos. Sem expressão entre as massas (a não ser em uma parcela dos camponeses, que foi traída), aparece como um partido mediano que não consegue ser oposição ao PMDB ou ao PSDB.

Restrita a sua participação eleitoral, o PT é hoje o retrato de um partido de esquerda reformista em decomposição. No estado de Rondônia, foi incapaz de defender os camponeses contra os massacres, colaborou com o governo para acabar com as greves operárias e orquestrou traições por meio da CUT em favor dos governos e aos patrões.

antipetista, basta ver a votação obtida por Aécio Neves na última eleição presidencial.

As correntes de esquerda (O Trabalho e a Esquerda Marxista) insistem na tese de que o PT joga um papel progressista e que seus governos se distinguem pelo apoio que os explorados lhes dão. Negam-se a demonstrar o caráter burguês dos governos petistas. Estão comprometidos com a burocracia sindical da CUT. Nota-se que nestes anos todos, a esquerda petista não ganhou força, nem projeção. Não influenciam nas diretrizes do partido, comandada por uma camarilha.

Domínio petista em Diadema dura 30 anos

Em 1982, Gilson Menezes foi eleito pelo PT. Seu mandato foi de conflito com os movimentos por moradia da região. Perseguiu politicamente o vice-prefeito Tonhão e o vereador Manuel Boni, lideranças dos sem-teto, conseguindo a expulsão de ambos do PT. Em 1988, elegeu seu candidato José Augusto. Mais um prefeito repressivo. Comandou o despejo violento da Vila Socialista, que tinha cerca de mil famílias e foi massa-

crado pela PM, com dois mortos e dezenas de feridos. Pouco depois, foram presos os vereadores Manuel Boni e Romildo Raposo. José de Filipi foi eleito em 1992, e se mostrou homem de confiança dos capitalistas. Em 1996, Gilson Menezes é eleito prefeito pelo PSB, sendo a primeira derrota petista na cidade, mas para um homem que veio de seu ventre. José de Filipi venceu em 2000 e 2004, e saiu da prefeitura para ser homem forte na campanha eleitoral e nos governos federais petistas. Mario Reali foi eleito em 2008. Mas, em 2012, ele perdeu no segundo turno para Lauro Michels, do PV. Depois de 30 anos de administrações petistas, Diadema vai para as mãos da oposição burguesa.

Santo André

Celso Daniel ocupa a prefeitura desde 1996, até 2002, quando foi assassinado e substituído por João Avamileno, que se reelegeu em 2004 e foi derrotado em 2008. Em 2012, o PT conquistou a prefeitura com Carlos Grana.

O caso do assassinato de Celso Daniel é uma mancha para o PT. Ele era cotado para chefiar a campanha de Lula à presidência em 2002. Mas entrou em atrito com as quadrilhas que controlavam os gastos da prefeitura e foi morto. Sete testemunhas de seu caso foram assassinadas nos anos seguintes. Recentemente, o processo foi anulado pelo STF, a pedido dos advogados do acusado Sérgio Sombra, principal suspeito de ser o mandante do crime. Os outros seis acusados estão condenados e cumprem pena.

Campinas – mais um pesadelo para o PT

Toninho do PT venceu em 2000. Foi assassinado em 10/09/2001. Mais de 13 anos depois, sua morte permanece não esclarecida. Ao assumir a prefeitura, chocou-se com empresários dos ramos de transporte e coleta de lixo. Também foi testemunha da CPI do narcotráfico. Foi substituído por Izalene Tiene. Na eleição de 2008, o PT apoiou o candidato do PDT, Dr. Helio. Mas seu vice, Demetrio Vilagra, do PT, assumiu em 2010 quando o prefeito foi afastado por decisão judicial. Mas Demetrio, por sua vez, foi também cassado pela Câmara Municipal, em 2011. Em 2012, o PT perdeu a prefeitura para Jonas Donizette, do PSB.

São Bernardo – o papel da burocracia do sindicato

Maurício Soares foi advogado do sindicato metalúrgico do ABC, berço da CUT e do PT. Ele vence as eleições a prefeito em 1988. Depois, foi para o PSDB e voltou à prefeitura em 1996. Em 2000, foi para o PPS e se reelegeu nesse ano. Em 2008, foi para o PSB e apóia a eleição de Luiz Marinho, do sindicato e do PT. Acabou então retornando ao PT. Marinho se reelegeu em 2012. A força e influência da burocracia sindical na cidade começou a cair recentemente, quando Aécio Neves venceu Dilma Rousseff no berço do PT e do lulismo.

Santos

Telma de Souza venceu as eleições em 1988. Seu governo foi de crise política e conflito com os movimentos sociais, em

particular com o funcionalismo, do início ao fim do mandato. Foi derrotada em 1992. Passou a atuar como parlamentar em nível estadual e depois no federal. Disputou a prefeitura em 2012 novamente e perdeu.

São Paulo

Erundina venceu as eleições à prefeitura em 1988, superando nas prévias do PT o candidato da direção Plínio Aruda Sampaio. Surpreendeu as pesquisas, que davam certa a vitória de Maluf. O momento favorecia a ascensão eleitoral do PT, com a eleição de Olívio Dutra (Porto Alegre) e Vitor Buaiz (Vitória). O governo de Erundina pretendia posar de benfeitor das periferias, realizando mutirões de construção de moradias em que a prefeitura dava material e a mão-de-obra ficava por conta dos moradores. Mas se chocou com greves de motoristas (com líderes presos por fazerem greve pela primeira vez). Favoreceu as empresas de ônibus com o pagamento sobre a base de planilhas e não de contagem de passageiros. O PT acaba perdendo as eleições seguintes para Paulo Maluf, em 1992. Marta Suplicy foi eleita em 2000, com apoio de Covas (PSDB). Sua gestão é marcada por medidas populistas, como o bilhete único e a construção de escolas “CEUs”. Há várias denúncias de favorecimentos da gestão petista a empresários, especialmente os do transporte e da coleta do lixo. Em 2004, Marta perde para o peessedebista José Serra. Marta chegou a apoiar Covas em 1998 contra Maluf, que chamou de “nefasto”. Mas o PT venceu com Haddad em 2012, com apoio do mesmo nefasto Maluf.

PT no Estado

No estado, em 2012, o PT subiu de 63 para 71 prefeituras. Foi o ponto mais alto alcançado pelo partido. Em 2014, Aécio teve 64,31% dos votos contra 35,69% de Dilma Rousseff, expressando o forte desgaste do PT no Estado, aí incluídas as cidades do ABC paulista (em Diadema ganhou, mas bem apertado, 54%, quando tinha uma média de 70%). Na Assembleia Legislativa paulista, o PT caiu de 22 para 14 deputados. Seu candidato ao governo (Padilha) teve apenas 18% dos votos.

No Estado de São Paulo, apesar de nunca ter se aproximado da conquista do governo estadual, a trajetória de ascensão e declínio do PT se pode ver com mais intensidade e velocidade que no restante do país. O PT nasceu no núcleo industrial metalúrgico do ABC, angariou apoio das cidades com expressiva moradia operária, conquistou apoio da classe média nos grandes municípios, ganhou governos de estados importantes, como o Rio Grande do Sul, e alcançou a presidência da república apoiado por essa mesma classe média. Sua completa integração ao Estado burguês, à corrupção e ao fisiologismo, sua subserviência às oligarquias, seu apoio ao capital financeiro e aos latifundiários, seu pró-imperialismo nas relações internacionais, tudo isso o tornou um partido burguês, ainda que não nascido no ventre da burguesia, e o desgastou junto à mesma classe média e aos setores operários. O destino do PT em nível nacional já se pode antever na sua decadência no estado de São Paulo.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**